



Confisco

LÁ SE VAI O NOSSO LUCRO

— Página 3 —

Previdência

SAÚDE NÃO É FAVOR. É DIREITO

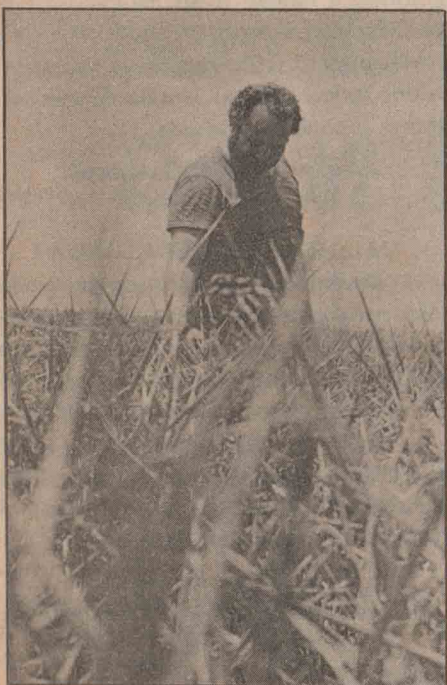
— Página 5 —

Arroz

QUEM SEGURA A SAFRA?

Enquanto no Mato Grosso o arroz vai cedendo lugar para a soja, nas regiões arrozeiras do Rio Grande se tem muita fé no desempenho da lavoura.

— Página 6 —



A OPÇÃO POR UM MODELO ERRADO

— Página 15 —

Terra

A IGREJA TOMA PARTIDO

— Última página —

Estrutura do Poder

É PRECISO VOLTAR ÀS BASES

— Página 13 —

Feijão

O INCENTIVO CHEGOU TARDE

Passada a época do plantio são anunciadas medidas que procuram incentivar o aumento da produção. Muita gente vai arriscar na safrinha, mas sem a certeza de colher.

— Página 24 —



COOPERATIVA REGIONAL
TRITÍCOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, esquina
Porto Alegre - Caixa Postal 111
IJUI - RS
GERAL - PABX 332-1549

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva

Presidente:

Ruben Ilgenfritz da Silva

Vice-Presidente:

Arnaldo Oscar Drews

Superintendente:

Clóvis Adriano Farina

Diretores Contratados:

Euclides Casagrande, Nedy Rodrigues
Borges, Nelcy Rospide Nunes, Oswal-
do Olmiro Meotti, Werner Ervin Wag-
ner, Eduardo Augusto de Menezes,
Valdir Zardin, Rui Polidoro Pinto,
Luis Régis do Amaral, Bruno Eisele e
Walter Suliman Duarte.

Conselheiros (Efetivos):

Alberto Sabo, Erni Schünemann,
Egon Eickoff, Telmo Rovero Ross,
Joaquim Stefanello.

Conselheiros (Suplentes):

Alfredo Driemeyer, Reinhold Luiz
Kommers, Ido Marx Weiller, João
Telló, Arnaldo Hermann, José Carlos
Vione.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Dari Bandeira, Antoninho Boiarski
Lopes, Alevino Righi.

Conselho Fiscal (Suplentes):

Leonides Dallabrida, Alvaro Darci
Bernardi Contri, Eloy Milton Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

IJUI (Sede)	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto	77.000 t
Tenente Portela	60.800 t
Vila Jóia	67.000 t
Esq. Umbú (Sto. Aug.)	50.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	48.000 t
Maracajú	84.000 t
Sidrolândia	12.000 t
Rio Brilhante	12.000 t
Dourados	60.000 t



COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao qua-
dro social, autoridades, universidades
e técnicos do setor, no país e exterior.
Nossa tiragem, 17.500 exemplares.

Associado
da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornalistas e Servidores de Cooperativas

Registrado no Cartório de Títulos e
Documentos do município de Ijuí,
sob n. 9. Certificado de marca de
propriedade industrial M/C11 n.
022.775 de 13.11.1973 e figurativa
M/C11 n. 022.776, de 13.11.1973.

REDAÇÃO

Christina Brentano de Moraes
Marlene François Motta

Composto no Jornal da Manhã, Ijuí, e
impresso no Jornal do Comércio,
Porto Alegre.

Ao leitor

Nunca uma autoridade econômica se dispôs a ir lá na colônia perguntar ao produtor o que ele estava querendo produzir. Também nunca foi perguntar como ele queria produzir e qual o preço que ele achava justo por esta produção. A agricultura sempre esteve marginalizada na hora de decidir o que era melhor para ela.

É a coisa mais fácil que existe para incentivar uma cultura largar dinheiro, via crédito rural, quando se quiser incentivá-la. É também muito fácil resolver colocar um imposto em cima de uma cultura, quando se quiser taxá-la para aproveitar os ganhos que teria o produtor na hora de comercializá-la. O produtor, afinal, não é convidado a dar sua opinião sobre o assunto. Existe todo um jogo de interesses servidos muito bem pela política agrícola. Só quem não pode jogar é o agricultor.

É sempre assim. No Brasil é a agricultura quem paga as importações feitas por outros setores. Por isto é preciso, segundo determinações do modelo, existente que se plante culturas de exportação, das quais a soja é um exemplo típico. No Brasil a indústria se desenvolve em cima da agricultura, graças a ela, e ao modelo agrícola aqui adotado, é um grande negócio produzir fertilizantes no Brasil, como também é um grande negócio produzir defensivos químicos, máquinas, tratores, montar indústrias de transformação. Só que o produtor, logicamente, não participa das decisões que levam à determinação do preço que ele irá pagar por estes produtos.

O Brasil optou por um modelo agrícola errado. Ele é errado, obviamente, para a agricultura, mas é o ideal para outros setores. É um modelo que beneficia as multinacionais, pois afinal são elas que detêm os insumos que a pesquisa recomenda que sejam utilizados nas nossas lavouras. E este tipo de pesquisa, serve a quem?

É possível num país como o Brasil, que tem terra até não acabar mais, se conviver com graves conflitos de terra, com a situação angustiante dos minifúndios, enquanto milhões de hectares de terras brasileiras são de propriedade de estrangeiros?

Do leitor

HONRA O DESEMPENHO

Acusamos, com agrado, o recebimento do excelente nº 70 do Cotrijornal. Ao registrarmos este fato desejamos assinalar que gostaríamos de receber normalmente o Jornal, que temos a certeza muito honra e dignifica o desempenho e o prestígio da Cotrijuí.

Renato Amaral Berni

Secretário Executivo

COOPERFORMOSO

Goiânia - GO

UM TORCEDOR

Sou vosso leitor do Cotrijornal já há mais de dois anos. Cada exemplar que recebo causa-me satisfação e me permite avaliar o valor qualitativo dos artigos e assuntos publicados, servindo de orientação não tão somente para os produtores associados, como também para os técnicos em extensão rural, assistência técnica e creditícia.

Trabalho no setor de Crédito Rural da Caixa Econômica Estadual - Agência Vera Cruz - e o Cotrijornal tem dado-me não poucas informações aplicáveis na minha função.

Agradecido pela cooperação que venho recebendo, fico torcendo para que o Cotrijornal venha em minhas mãos ainda por muitos anos.

Irio Petri

Santa Cruz do Sul - RS

"No Brasil se optou por um modelo que proporcionasse uma modernização conservadora", como está dito numa parte da mesa redonda sobre modelo agrícola que publicamos a partir da página 15. Foi uma modernização que agregou o uso de insumos, de máquinas, mas que não mexeu no que seria fundamental: a estrutura fundiária, o sistema de posse e uso da terra.

Uma medida tomada completamente à revelia do produtor está agitando todas as zonas de produção do Estado. É o confisco que volta, depois das terríveis conseqüências que ele já trouxe na comercialização da soja, isto na safra de 1976.

Este confisco, que o Governo prefere chamar de Imposto de Exportação, vai tirar 13 por cento da nossa produção de soja. Isto seria o lucro do produtor, atado até o pescoço em dívidas depois de duas frustrações de soja e duas frustrações de trigo. Não chega fazer frustrar uma vez a safra por causa de preço? Onde está a prioridade que o Governo anuncia para a Agricultura, se ele mesmo confisca a nossa produção? "É uma medida injusta, ilegal, autoritária", dizem os Sindicatos, tanto os de trabalhadores como os de empregadores rurais do Rio Grande do Sul. "É uma medida que deverá ser suspensa imediatamente. Do contrário, deveremos recomendar aos nossos associados que deixem de investir na agricultura e se recusem a plantar trigo, na próxima safra.

Realmente é preciso por um basta nesta situação. Chega do agricultor não ser ouvido nas suas mais justas reivindicações. Chega de não participar das decisões que lhe dizem respeito.

A movimentação está grande em todo interior do Estado e alguma medida mais positiva deverá ser adotada, mais cedo ou mais tarde, pelos produtores, completamente deixados de lado na hora de decidir o que é melhor, não só para si, mas também para a economia do País.

COOPERATIVA PORTUGUESA

Somos uma cooperativa de Consumo, fundada, em 1892, a atravessar uma crise de sobrevivência.

Os actuais Corpos Gerentes, que acabam de assumir a responsabilidade da Direcção da Cooperativa durante os próximos dois anos, estão vivamente interessados, não só em dinamizar toda a vida da Cooperativa, como ainda contribuir, através das mais diversas iniciativas para o desenvolvimento do movimento cooperativista em Portugal.

É dentro deste espírito e da vontade que nos anima na continuação de tais objetivos que estamos interessados, se for possível, em receber a vossa revista de divulgação do cooperativismo.

Sociedade Cooperativa União Familiar
Operária - Porto - Portugal.

O VALOR DO MATO

Gostei muito da reportagem "O Valor do Mato", sobre reflorestamento no nº 70 do Cotrijornal.

Como tenho pequena propriedade em Nova Friburgo - RJ, gostaria de experimentar a araucária, desconhecida na região.

Seria possível enviar-me semente?

Auny Chaves Lopes

Rio de Janeiro - RJ

NR: a araucária, seu Auny, é o conhecido pinheiro brasileiro, uma árvore que era típica em todo o sul do Brasil.

Sua semente é o pinhão, e só será possível colhê-la a partir de maio. Para podermos remeter-lhe esta semente, será preciso inicialmente sabermos o quanto o senhor pretende plantar.

CRIANDO O DEBATE

Continuo um assíduo leitor do Cotrijornal e renovo meus parabéns a esta publicação que procura criar o debate e a desenvolver o senso crítico de nossos sofridos agricultores no sentido de lhes melhorar as condições de vida.

Alexandre Duarte Dallapicola
Porto Alegre - RS

VALOR AO COOPERATIVISMO

Desde a mais tenra idade, malgrado não pertencer a qualquer Cooperativa, procurei tomar conhecimento e dar valor ao Cooperativismo, uma das formas mais acertadas de alcançar o bem comum.

Assim sendo, gostaria de solicitar que a esmerada publicação prossiga sendo enviada à Federação que presido, onde integra os arquivos da entidade.

José Levy e Lima
Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais
Rio de Janeiro - RJ.

CHEGA DE MEDIDAS INJUSTAS

O ânimo que começou a tomar conta dos produtores de soja com a perspectiva de uma safra que permitisse uma recuperação das duas últimas frustrações, deu lugar a um espírito de revolta e desconformidade quando eles começaram a se dar conta do que vai representar a taxaço do produto pelo Governo, chamada de Imposto de Exportação.

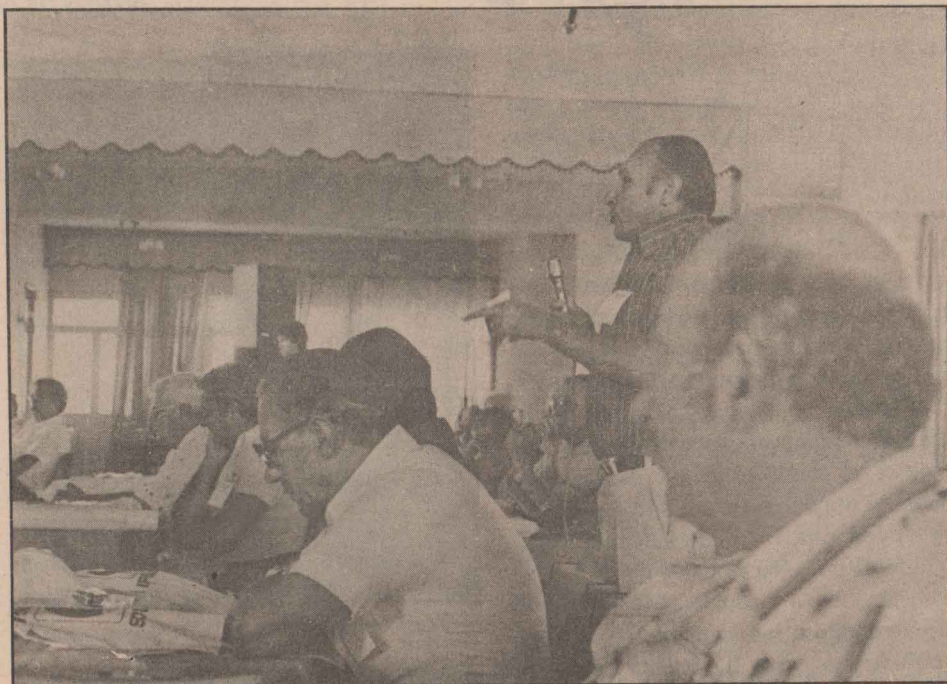
Se o nome dado é imposto, na verdade esta medida não passa de um puro e verdadeiro confisco, repetindo o que já aconteceu em 1976, com reflexos extremamente negativos à economia do produtor e do próprio Rio Grande do Sul.

As declarações de produtores têm tomado conta de muito noticiário de rádio, televisão e jornal. Os sindicatos estão se mobilizando na tentativa de evitar que o Governo repita esta medida e inclusive pensam até mesmo em adotar posições de represália se o confisco não for imediatamente eliminado.

No dia 4 de março, por exemplo, se reuniram os Sindicatos Rurais de todo Estado em Carazinho, quando se decidiu que se persistirem o imposto de exportação e as atuais taxas de juro (elevadas a partir de dezembro do ano passado), os Sindicatos desaconselharão aos associados novos investimentos no setor rural, bem como o plantio de trigo na próxima safra.

MEDIDA DO PACOTE

Este Imposto de Exportação, foi instituído pelo "pacote" econômico divulgado em dezembro pelo Governo, quando também foram elevadas as taxas de juros (que passaram de 13 e 15 por cento para até



Os sindicatos protestaram contra a injustiça da medida

38 por cento, nos financiamentos de investimento para os grandes produtores) e também o cruzeiro foi desvalorizado, de uma vez só, em 30 por cento.

De dezembro até agora o imposto já foi alterado três vezes. Atualmente ele é de 13 por cento no grão de soja, 5 por cento no farelo e 28 por cento no óleo. E não é apenas a soja que sofre com o imposto. No arroz, ele chega até 30 por cento.

Reinholdo Luiz Kommers, presidente do Sindicato Rural de Ijuí, que foi um dos primeiros a se manifestar contra a medida, afirma que ela é injusta e lamentável:

— É uma grande injustiça este confisco e ele nos traz grandes aborrecimentos. Todos os agricultores estão dispostos a trabalhar e a produzir cada vez mais. Os agricultores são uma classe abnegada que

quer trabalhar e produzir, desde que não nos sejam amarradas as mãos e criados impecilhos para tal.

Um dos aspectos que os produtores mais lamentam é que o confisco foi determinado depois do plantio, quando não se poderia mais voltar atrás, reduzindo a área cultivada, e nem ao menos tentar um outro cultivo.

O DIA DO CHEGA

O Carlos Karlinski, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, também de Ijuí, é quem conta.

— O próprio Governo reconheceu em épocas anteriores que o confisco de 12 por cento de 1976, foi uma medida drástica. No entanto, hoje, o Governo volta a tomar essa mesma medida, confiscando agora 13 por cento da produção. Lá na reunião em Carazinho

o pessoal lembrou muito o que aconteceu no setor da pecuária por causa do confisco sobre a carne que foi colocado pelo Governo: os produtores simplesmente foram forçados a vender as matrizes para os frigoríficos. Como reflexo deste confisco — que não ajudou nem o produtor, nem o consumidor e muito menos o País — se vive hoje um sério problema de abastecimento de carne.

Também foi nesta reunião que os Sindicatos proclamaram o Dia do Chega, numa clara alusão de que não ficarão impassivos a estas medidas tomadas de cima para baixo. Eles dizem que "chega de vermosa política de produção primária passar pelas mais contraditórias orientações em períodos inferiores a uma safra; chega de estarmos com o chapéu na mão solicitando nossos direitos que não são atendidos; chega de não sermos ouvidos sobre os preços dos insumos que nos são simplesmente impostos, de não sermos ouvidos sobre os preços da nossa produção, que têm sido tabelados fora da realidade; chega de esperar pelo futuro. Queremos viver e progredir no presente".

Os Sindicatos exigem a eliminação do imposto de exportação, por se tratar de uma medida ilegal, desumana e inconstitucional (já existe o ICM). Segundo eles, esta deve ser a luta imediata dos órgãos representativos da classe que devem, inclusive, recomendar aos produtores, nesta primeira fase reivindicatória junto às autoridades da área econômica, que retardem o processo de comercialização das safras até o atendimento final.

O lucro do Governo: Cr\$ 47 bilhões

Fala-se muito hoje no tal confisco, também conhecido como imposto de exportação e que é um desconto de 13 por cento sobre a soja e seus derivados (óleo e farelo) quando vendidos para fora do país.

Mas não é só esse desconto que existe. Tem ainda o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) que também é de 13 por cento e mais o Funrural, que é de 2,5 por cento.

Para se ter um exemplo mais concreto, pode-se fazer um cálculo do valor descontado, a partir de uma tonelada ou de um saco de 60 quilos de soja. Tomando como base a cotação da Bolsa de Chicago no dia 15 de fevereiro deste ano, para embarque do produto em maio, o valor bruto de uma tonelada de soja seria de 266,68 dólares. Como um dólar vale Cr\$ 45,21, o valor em cruzeiros de uma tonelada seria de Cr\$ 12.056,60, e o valor bruto de um saco de 60 quilos de soja seria Cr\$ 723,39.

Na tabela abaixo, estão os descontos, em cruzeiros sobre uma tonelada e sobre 60 quilos:

IMPOSTOS	DESCONTOS (%)	S/Tonelada	S/60 quilos
I.C.M	13,0	1.567,36	94,04
FUNRURAL	2,5	301,41	18,08
Confisco	13,0	1.567,36	94,04
Total.	28,0	3.436,12	206,16

Se partirmos de uma estimativa moderada de que a área de cultivo do soja no Brasil é de 9 milhões e 200 mil hectares, com uma produtividade de 1.500 quilos por hectare, o Governo ganhará apenas com os impostos citados no quadro (ICM, Funrural e Confisco) mais de 47 bilhões de cruzeiros.

$$9.200.000 \text{ ha} \times 1.500 \text{ kg} = 13.800.000 \text{ ton}$$

$$13.800.000 \text{ ton} \times \text{Cr\$ } 3.436,13 = \text{Cr\$ } 47.418.594.000,00$$

Mas, por incrível que pareça, os descontos que serão tirados do produtor e também do consumidor não acabam ainda por aqui. Tem ainda o custo de transporte da lavoura à Cooperativa (uma média de Cr\$ 150,00 a tonelada); transporte da Cooperativa ao porto de embarque em Rio Grande (em torno de Cr\$ 600,00 a tonelada); mais despesas portuárias, operações de câmbio (trocar cruzeiro por dólar); P.I.S. (Programa de Integração Social); quebras de transporte e custos administrativos.

Com tudo isso, diz Oswaldo Olmiro Meotti, diretor administrativo da Cotrijuf: "o produtor acabará fatalmente dispendendo em impostos e outros descontos, acima de cinquenta por cento do valor de sua colheita".

NEM SEMPRE A CULPA É DA RAÇÃO

Às vezes o produtor se dá conta que alguma coisa não vai bem com os frangos ou é o porco não está engordando como devia, ou então é a vaca que reduziu a produção de leite. Quase sempre a primeira desconfiança é com a alimentação dos animais. Mas será que, em muitos casos, não são outros os problemas?

"Há uns dois meses atrás surgiu o problema da cama úmida no meu aviário. Achei que o problema era com a ração, mas não era. Acho que foi mesmo o calor" — contou o seu Osmar Antonio Segala, que mora lá em Santa Lúcia, no interior do município de Ijuí.

"Culpar a ração por quase tudo o que acontece com os animais, de certa maneira é uma coisa bastante normal para o nosso produtor", diz o agrônomo João Klohn, da Cotrijuí. E explica:

— É fácil de entender essa atitude, quando se sabe que 70 a 80 por cento do custo da produção vai para a alimentação dos animais e, por isso, pesa mais no bolso do produtor. Agora, tanto quanto a ração, também contam para o sucesso da criação: o manejo, a higiene e a qualidade dos animais.

Mas o seu Osmar já sabe que todas essas coisas são importantes e observa, com muita segurança, que "não adianta ração boa, se não se tem instalações adequadas e não se faz um manejo correto".

Osmar Segala começou a trabalhar com aves há um ano. Hoje tem uma média de 2.500 aves que consomem por volta de 7 mil quilos de ração por mês, "comprada toda na Cotrijuí. Só não compro lá quando não tem. A ração agora está boa e no momento que eu acho que não está, vou lá e reclamo. Aí o pessoal manda examinar. Acho que tem que ser assim, não adianta reclamar aí por fora".

CONTROLAR O PESO

Controlar o peso, em função da alimentação que foi consumida, é muito importante prá se ter uma idéia do custo de produção. O seu Osmar é muito cuidadoso nisso e vai explicando:

— Prá saber se a ração funciona ou não, em 30 dias os frangos tem que dar um peso médio de 850 gramas (frangos de corte). É o que eu observo. E quinze dias depois eu peso novamente. Se ficar desparelho, pode ser problema da ração ou então dos pintos. Com 60 dias, em época de outono e primavera, num lote de 530 frangos, a média de peso é de 2,2 quilos.

No inverno fica em torno de 2,15 a 2,2 quilos e no verão baixa para dois quilos ou dois quilos e cem gramas. Agora instalei ventiladores para ver se aumenta a média.

João considera muito boas as médias de peso alcançadas, porque o "pinto que se destina à produção de carne, aos 60 dias deve pesar mais ou menos uns dois quilos. Enquanto que o pinto que se destina à produção de ovos, com 150 dias vai pesar por volta de um quilo e meio".

"Galinha gorda não produz", observa o agrônomo. E por isso é que existem tipos de ração diferente, pois existem duas finalidades da exploração avícola: criar aves para a produção de carne ou criar aves para a produção de ovos. A ração que serve para a primeira finalidade não tem efeito na segunda, podendo até prejudicar.

Acontece que muitas vezes o produtor vai comprar ração prá pinto e não olha direito a embalagem, lá onde está escrito "Modo de Usar" e acaba levando o produto errado.

NO CASO DO PORCO

No caso do porco é a mesma coisa. Uma ração de suíno em terminação, quando usada para porcas reprodutoras, não vai trazer o mesmo resultado que traria a ração indicada, que foi feita prá isso. A troca de ração dificilmente vai provocar a morte do animal, mas sem dúvida alguma reduz em muito ou até anula a eficiência do produto. E vem daí que muita gente reclama que a ração não é boa.

Quando a ração fica velha, mesmo não perdendo o seu valor nutritivo, pode modificar no gosto, ficar com um gosto ruim e o animal as vezes não quer comer. É muito raro se comprar ração velha, porque na embalagem geralmente vem a data de fabricação.

A ração fabricada na Cotrijuí, por exemplo, nem tem tempo de ficar velha, pois a fábrica, de momento, não tem capacidade suficiente para atender os pedidos dos associados.

O que pode acontecer, segundo o João, é que o produtor, querendo aproveitar preço ou então para utilizar logo uma verba de custeio, compre uma quantidade maior do que realmente necessita, depositando em casa. Aí, sim, poderá envelhecer e perder o gosto que tem quando é nova.

O seu Elio Grenzel, que mora em Alto da União, no interior de Ijuí, conta que uma vez comprou concentrado para engorda, "meio demais. O João até tinha me dito, mas eu fiquei sabendo que ia aumentar e comprei. Estava uns três meses no galpão e umas duas bolsas — as bem debaixo da pilha — emboloraram".

Mas, no mais, ele sempre compra ração na Cotrijuí e acha que é boa.

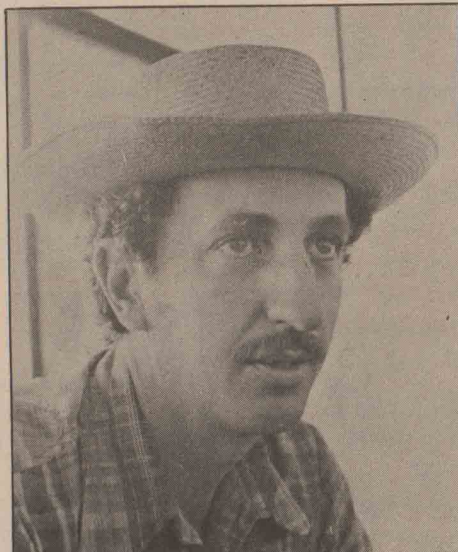
— A gente só reclama do preço, mas que se vai fazer? Está tudo desse jeito. E o Governo, não dá prá entender... Diz que os custos vão baixar e estão é subindo cada vez mais.

RAÇÃO PRÁ VACA

Ração prá vaca de leite o seu Elio não está mais comprando, pois o que adianta se produzir uns cem litros de leite e gastar tudo em ração. Quando vou receber o dinheiro do leite já fica tudo na ração. Parei com isso. Dou só trato crioulo, produz menos, mas eu tenho lucro".

O João concorda com o produtor e explica:

— Uma vaca que produz menos de 10 litros de leite, não merece ganhar ração. Produzindo mais que isso, deve se fazer uma alimentação de desafio. Por exemplo, prá cada quilo de ração, a vaca deve aumentar no mínimo dois litros de leite. Se o aumento for menor que isso, não se deve continuar dando ração. No caso do seu Elio, talvez algumas vacas até



Osmar: controlando a eficiência



Elio: comprou demais e embolorou

pudessem ganhar ração, desde que produzissem bem. Cada vaca deve ser acompanhada individualmente prá se ver como reage.

Também com o porco deve haver esse acompanhamento. Diz o João Klohn que "a ração inicial é quase indispensável, porque se o leitão for desmamado com maior peso, mais rapidamente chegará ao peso de abate".

O seu Elio começou com a criação de suínos a partir da metade do ano passado. Tem hoje 6 porcas criadeiras, um cachaço e 20 leitões pequenos. A partir

dos 10 até os 60 dias de vida dos leitões, ele usa ração inicial e depois passa para o concentrado.

O uso de concentrado, misturado com o milho, é, sem dúvida alguma, muito vantajoso para o produtor, principalmente se ele plantar no mínimo 50 por cento do milho a ser consumido. Diz o João que facilmente o produtor conseguirá o peso médio de 100 quilos para porcos com 6 meses, "o que é um bom resultado. E é freqüente os produtores alcançarem ainda melhores resultados que este".

RAÇÕES PARA AVES		
NOME DA RAÇÃO	IDADE	CONSUMO APROX. POR AVE
Ração Pintos Corte	1- 35 dias	1,5 kg
Ração Frangos Corte	36 dias - Abate*	4,0 kg
Ração Pintos Postura	1 - 56 dias	2 kg
Ração Frangas Cresc.	57 - 84 dias	2 kg
Ração Frangas Repos.	85 - 140 dias	4,5 kg
Ração Postura	141 dias - final postura	100 gramas/dia

* O abate deve ser feito no máximo aos 60 - 65 dias.
Obs. Para se obter melhores resultados, fornecer somente ração e água limpa e fresca à vontade.

RAÇÕES E CONCENTRADOS PARA SUÍNOS		
Nome da Ração	Idade e/ou Peso	Consumo Aprox. / Suíno
Ração Suínos Inicial	20 kg 7 dias - Peso vivo	25 kg
Ração Suínos Crescimento	20 kg - 55 kg	80 kg
Ração Suínos Engorda	55 kg - Abate	180 kg
Ração Porcas Reprodutoras	70 kg em diante	1.000 a 1.200 kg/ano

Nome do Concentrado	MISTURAS	
	Concentrado	Milho
Concentrado Suínos Crescimento 25%	25 %	75 %
Concentrado Suínos Engorda	20 %	80 %
Concentrado Porcas reprodutoras	20 %	80 %

A LUTA PELA SAÚDE

Um abaixo-assinado está correndo por todo interior de Ijuí através do qual os agricultores, associados ou não do Sindicato de Trabalhadores Rurais do município, reivindicam um direito verdadeiro do produtor: a assistência à sua saúde.

E não é só o abaixo-assinado. Um programa intenso de reuniões movimentou esta colônia desde que acabou o período do plantio da soja, onde muitos esclarecimentos foram feitos pelo pessoal do Sindicato sobre os direitos do agricultor na área de assistência e previdência social. A resposta a este trabalho, que mobilizou inúmeros agricultores, será a participação de todos na Assembléia Extraordinária do Sindicato, que acontece no próximo dia 12 de março, na cripta da Igreja Matriz de São Geraldo. Durante a Assembléia, para a qual foi convidado o ministro da Previdência e Assistência Social, Jair Soares, será entregue às autoridades o abaixo-assinado. Suas reivindicações são:

1º — De imediato — cumprimento total do Convênio Funrural-Hospital de Caridade de Ijuí e Associação Médica do Rio Grande do Sul; livre escolha do médico e atendimento a todos os tipos de doença.

2º — Modificações na lei do Funrural — atendimento total e em qualquer parte mediante carteirinha (como acontece com os beneficiário do INPS); equiparação de Benefícios e Assistência Funrural/INAMPS; inclusão da mulher e filhos menores no seguro de acidentes de trabalho; pensão para as mulheres que ficaram viúvas antes de 1972.

3º — Construção de um hospital regional pelo Funrural

4º — Que os agricultores sejam ouvidos e atendidos, através de seus órgãos de classe no tocante à definição da política previdenciária e assistencial rural.

A INJUSTIÇA DA LEI

Pois nas reuniões que o Sindicato de Ijuí organizou pelo interior, se discutiu muito, em todos os núcleos, as leis injustas que não favorecem ao agricultor. Todos descontam 2,5 por cento para o Funrural, que é o órgão criado para dar assistência ao produtor, mas no final das contas o agricultor não tem direito a uma assistência sequer igual ao trabalhador urbano. E o atendimento que ele recebe nos hospitais é de dar dó. As injustiças, os abusos, o descumprimento do convênio feito entre o hospital de Ijuí e o Funrural, provocaram toda esta movimentação que vai culminar na Assembléia.

Carlos Karlinski, presidente do Sindicato, é quem conta que foi através destas reuniões que o pessoal realmente se deu conta que o problema é de todos. Primeiro cada um comentava com os vizinhos a situação, o mau atendimento prestado a alguém da família, as injustiças que enxergavam na hora do Funrural conceder seus poucos benefícios ao agricultor, as dificuldades em ser atendido, etc. Com as reuniões, muitos foram se dando conta que estes problemas poderiam ser enfrentados por qualquer um deles a qualquer momento.

É OS DIREITOS?

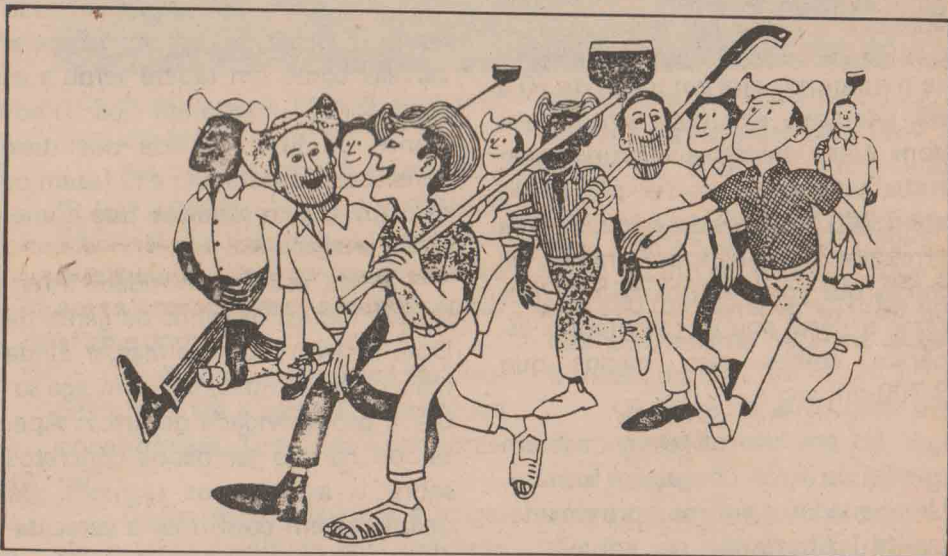
Outra coisa que clareou para muita gente e que existem alguns direitos que não são cumpridos, apesar de se descontar os 2,5 por cento para o Funrural. Este dinheiro, que sai da produção bruta de cada agricultor não fica nem com o Sindicato e nem com a Cooperativa, como alguns pensavam. É o dinheiro que fica com o Funrural para repassar aos médicos e hospitais que devem prestar assistência e que é também usado para pagar as aposentadorias e os auxílios-doença ao trabalhador. E no conversar se viu as injustiças.

O trabalhador urbano, por exemplo, tem 22 benefícios da Previdência, enquanto o rural tem só 6. E a mulher e o filho do agricultor, que pegam parêntese nas lidas da roça, poucos direitos e benefícios têm. Se dá o caso de se ficar doente em outro canto, ou querer procurar melhor recurso, o agricultor que pague. Na hora do atendimento no Hospital é que as coisas ficam mais claras. Alegando falta de verba, só estão sendo atendidos os chamados casos de extrema urgência. Mas no final das contas, segundo cálculos do Sindicato, sobrou mais de Cr\$. . . 500 mil da verba do Funrural do ano de 1979.

É por isto que na Assembléia o Sindicato espera contar com todo apoio do pessoal. Hoje já se viu que sem o agricultor se unir o Sindicato

pode esperar de tudo quanto é jeito com as autoridades que pouca coisa pode conseguir. Por sinal, já faz um monte de tempo que o Sindicato anda esperneando e esgotou todos os recursos que tinha para resolver o problema. É necessário, então que todos estejam na Assembléia, os homens, as mulheres, os jovens, as crianças, pois a vitória, como conta o Carlinhos, vai depender de cada um e da união de todo pessoal:

— A Assembléia será apenas uma etapa. Uma etapa muito importante, pois irá demonstrar a nossa união e o descontentamento com a situação. Enquanto todas as nossas reivindicações não forem atendidas e respeitados os nossos direitos, não podemos parar. Nossa luta não é só a saúde. Tem muita coisa pela frente: terra, confisco . . .



Esta ilustração foi publicada num dos boletins do Sindicato

Um velho assunto

O trabalho do Sindicato de Ijuí, na verdade, não é de hoje. Fazem pelo menos dois anos que o assunto saúde acaba sendo o predomínio em tudo que é encontro entre os agricultores. Vez por outra o tema divide as atenções com os comentários sobre as frustrações de safra, situação da terra, o crédito, a cooperativa, os impostos que o Governo cobra e assim vai. Mas sempre tem algum caso para contar na área de assistência médica e social que é dispensada aos agricultores. E isto não é só em Ijuí, não. Por tudo quanto é canto deste Brasil existem reclamações. Mas a situação chegou a um tal ponto que ninguém mais se aguenta. A movimentação é grande, especialmente no Rio Grande do Sul, onde em dois municípios — Miraguai e Frederico Westphalen — os agricultores já saíram as ruas, em

passeata, para protestar contra o sistema previdenciário.

Viagens a Porto Alegre já foram inúmeras. As promessas de mudanças também. Em janeiro, por exemplo, os líderes sindicais tiveram um encontro com o ministro Jair Soares, onde eles cobraram definições. Na ocasião ele repetiu a sua promessa de que vai "moralizar a Previdência Social, custe o que custar". Foi apresentado também, rapidamente e sem muitas chances dos agricultores se manifestarem, o esboço de um anteprojeto que aumenta os benefícios da previdência rural, mas nem assim os equipara aos da previdência urbana. O caso é que o texto não foi liberado nem para a imprensa nem para os trabalhadores, que não puderam, assim, analisá-lo para concluir que ele traz falhas ou não.



Diversas reuniões estão preparando a Assembléia do dia 12

FRUSTRAÇÃO, AQUI, É COISA DIFÍCIL

Perder a safra por falta de água é uma preocupação que os lavoureiros de Dom Pedrito absolutamente não têm. As lavouras irrigadas só sofrem quando a seca é muito das brabas ou então se o produtor arriscar e plantar numa área maior do que aquela que pode ser irrigada com suas reservas de água.

Já no Mato Grosso a situação é completamente diferente. O Arroz é de sequeiro e tem apanhado muito nos últimos tempos pela irregularidade de chuvas. Além do clima não ajudar, existem outras limitações para a lavoura.

“O Rio Grande do Sul é o Estado que possui o melhor arroz do Brasil, em qualidade. E Dom Pedrito é o município que tem um dos melhores arrozaes do Estado”, diz o agrônomo Jorge Peres, responsável pelo Departamento Técnico da Cotrijuí em Dom Pedrito.

A área média das lavouras, nesse município, gira em torno de 70 a 80 hectares, existindo produtores com cinco hectares e grupos que trabalham em parceria plantando até 1.200 hectares de arroz. A área arrozeira do município é grande, estando por volta de uns 30 mil hectares e neste ano os pedritenses esperam colher nada menos que 2.700 mil sacos.

Os produtores falam mais em quadra de arroz do que em hectare. Uma quadra significa aproximadamente 1,7 hectare.

Ruy Adelino Raguzzoni é respeitado como um dos produtores que mais entende de arroz. De sete anos prá cá ele vem colhendo uma média de 220 sacos por quadra. chegou em Dom Pedrito no ano de 1963 e de início enfrentou dois anos de frustração, como ele mesmo conta:

— Naquela época chovia em outubro e novembro e se plantava em dezembro. Em março vinha geada e aí acabava com o arroz, pois pegava quando estava florescendo. Florescer de 15 de fevereiro a 15 de março é um perigo. O preço também não compensava. Pegou justamente aqueles anos (1964 e 1965) em que o IRGA tinha muito arroz estocado, de três safras passadas.

O seu Ruy parou de plantar dois anos e em 1968, quando voltou à lavoura, “o clima começou a mudar e a gente já podia plantar em outubro. Aí o arroz floresce em janeiro, até 15 de fevereiro, que é o ideal”.

MICRO-CLIMA

A produtividade média de Dom Pedrito, que os técnicos consideram boa, anda por perto de 4.100 quilos por hectare. Cada hectare plantado deve render uns 80 sacos.

Até agora parece que vai tudo bem. O arroz se esparrama pelas várzeas como um tapete verde e os produtores, apertando os olhos diante da luminosidade dos dias, apreciam o espetáculo e já fazem os cálculos dos resultados que começam a chegar.

Aliás, esta luminosidade intensa que castiga os olhos da gente de Dom Pedrito e parece alargar ainda mais os horizontes, também age sobre a produtividade do arroz. Apesar de não se ter dados concretos sobre o assunto, os técnicos são unânimes em confirmar a veracidade de tal afirmação.

“Esta influência, em parte, é boa”, diz o Peres, “porque auxilia na fotossíntese. Por outro lado, como deve ser uma consequência da pouca umidade existente no ar, vem demonstrar que o poder termo-regulador da atmosfera é muito baixo. Quer dizer, os dias são muito quentes e as noites frias. Este frio não é nada aconselhável para a planta”.

E o Jorge Peres ainda acrescenta:

— De certa maneira, é um micro-clima que nos cria algum problema. Por exemplo, nós temos época de plantio rigorosa. Precisamos plantar num determinado momento para que a época de floração não caia num período em que as noites sejam muito frias, o que prejudicaria o desenvolvimento da planta.

QUEM SE ARRISCA, PERDE

De um modo geral, frustração é uma coisa que realmente não preocupa mais os arrozeiros, e plan-



Jorge: a época de plantio é rigorosa



Florício: preocupado com os safristas

tar arroz se apresenta com um bom negócio para os agricultores e pecuaristas da região. A lavoura gaúcha não depende diretamente das condições climáticas, ficando mais ligada às reservas de água das barragens, rios, arroios e mesmo banha-dos. A seca traz prejuízos só quando é das muito brabas.

Mas acontece que para alguns a safra às vezes vai mal, mesmo quando a falta de chuvas não se estende por muitos dias. São produtores que aventuram, que arriscam, conforme explica o Peres:

— Isso acontece, por exemplo, quando o produtor tem água suficiente para garantir a irrigação de até umas 50 quadras e resolve plantar 70 ou 80 quadras de arroz. Aí ele tem que confiar no tempo, esperar que chova. Se não chove, é claro que ele perde o que plantou além do previsto e até um pouco mais, porque nestas alturas já gastou muita água.

Para quem entende do assunto, plantar arroz se apresenta como uma das melhores alternativas. Seu Lonildo Pötter é um que largou o trigo e “este ano provavelmente foi o último para a soja. Vou ficar com arroz que é melhor. Aqui, a terra é melhor prá isso”.

Gado bovino e ovino e mais o arroz formam a base econômica de Dom Pedrito.

MUITO INÇO

Um outro problema que Peres aponta como mais ou menos grave nos arrozaes, é a existência de muito inço nas lavouras, “pela fertilidade do nosso solo e pelo fato de serem lavouras irrigadas. Isso vem favorecer o desenvolvimento de uma série de ervas daninhas que são combatidas com herbicidas. Aqui, o uso de herbicidas é muito acentuado. É a

técnica que melhor se adapta. Na lavoura arrozeira, a capina é praticamente impossível”.

Valdomiro Ângelo Dallasta planta há 4 anos em Dom Pedrito e também considera um dos problemas mais graves a grande quantidade de inço nas lavouras. Quanto aos herbicidas, ele comenta:

— A gente usa herbicida, só que as vezes dá uma chuvarada em seguida e ele perde o efeito. Com o preço que está custando, como que a gente não vai se preocupar?

O seu Ruy diz que uma quadra de arroz está com um custo de uns 18 mil cruzeiros “somente adubo, herbicida e semente, fora os trabalhos culturais e a irrigação”.

Hoje, a lavoura de arroz está quase que toda mecanizada. Na parte de irrigação, o preparo é mecânico e a irrigação, propriamente dita, não exige muita mão-de-obra. Calcula-se que umas 1.500 pessoas são empregadas no município, limpando canais, fechando bocas de irrigação ou em remonte de taipas. A maioria desse serviço é feito através de empreitadas e, no total, o tempo gasto nesta atividade não ultrapassa um número de 60 dias por ano.

SEMPRE A MESMA HISTÓRIA

E nos demais dias do ano, o que faz essa gente?

Florício Barreto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dom Pedrito, explica que alguns têm colocação nas estâncias, ajudando a lidar com os rebanhos de ovelhas, principalmente na época da tosa. Mas são muitos os que ficam sem trabalho uma boa parte do ano:

— Muitos desses trabalhadores já tiveram suas terras, outros são filhos de pequenos proprietários e outros ainda são filhos de trabalha-

dores que andam por aí. Existem duas categorias entre esses trabalhadores: os fixos e os safristas. O safrista é o que fica sem trabalho uma parte do ano. Para o trabalhador rural a coisa não está nada boa. Além dos baixos salários, a assistência médica é falha. Veja que quando há um acidente de trabalho, o trabalhador tem direito apenas a 75 por cento do salário e vai receber quando? Dali uns 6 ou 7 meses.

Para seu Florício, que comanda um Sindicato com mais de 2.500 associados, a situação do pequeno produtor também anda feia, de modo especial em relação ao crédito:

— Falam que vai vir crédito para o pequeno, mas daí é tanto papel, tanta dificuldade que ele acaba por desistir. E o grande é quem se beneficia. Todos os projetos são mais ou menos assim. De uns anos para cá a falta de amparo ao pequeno aumentou e a história é sempre a mesma: ele acaba vendendo a terra que vai ficando nas mãos de poucos.

PORCENTAGENS ELEVADAS

As terras de Dom Pedrito têm fama de serem das melhores do Estado do Rio Grande do Sul. Muitos são os que vêm de outros lugares para plantar arroz, como de São Sepé, Cachoeira do Sul e Formigueiro, que já forneceram boa parcela de agricultores para Dom Pedrito, município tradicionalmente dedicado à pecuária.

Mas a grande procura vai fazendo a terra ficar mais valorizada e cada vez fica mais difícil a situação dos arrendatários, segundo coloca o seu Florício:

— Grande parte dos pequenos produtores na área de arroz é formada de parceiros que, em sua maioria, pagam porcentagens elevadas

para a ocupação da terra. No próprio Estatuto da Terra está dito que não se pode cobrar porcentagens acima de 25 por cento. Agora, isso está acontecendo aqui.

A produção de arroz no Rio Grande do Sul é mais ou menos uniforme, ficando entre 40 a 44 milhões de sacos de 50 quilos, ou seja, cerca de 2 milhões de toneladas.

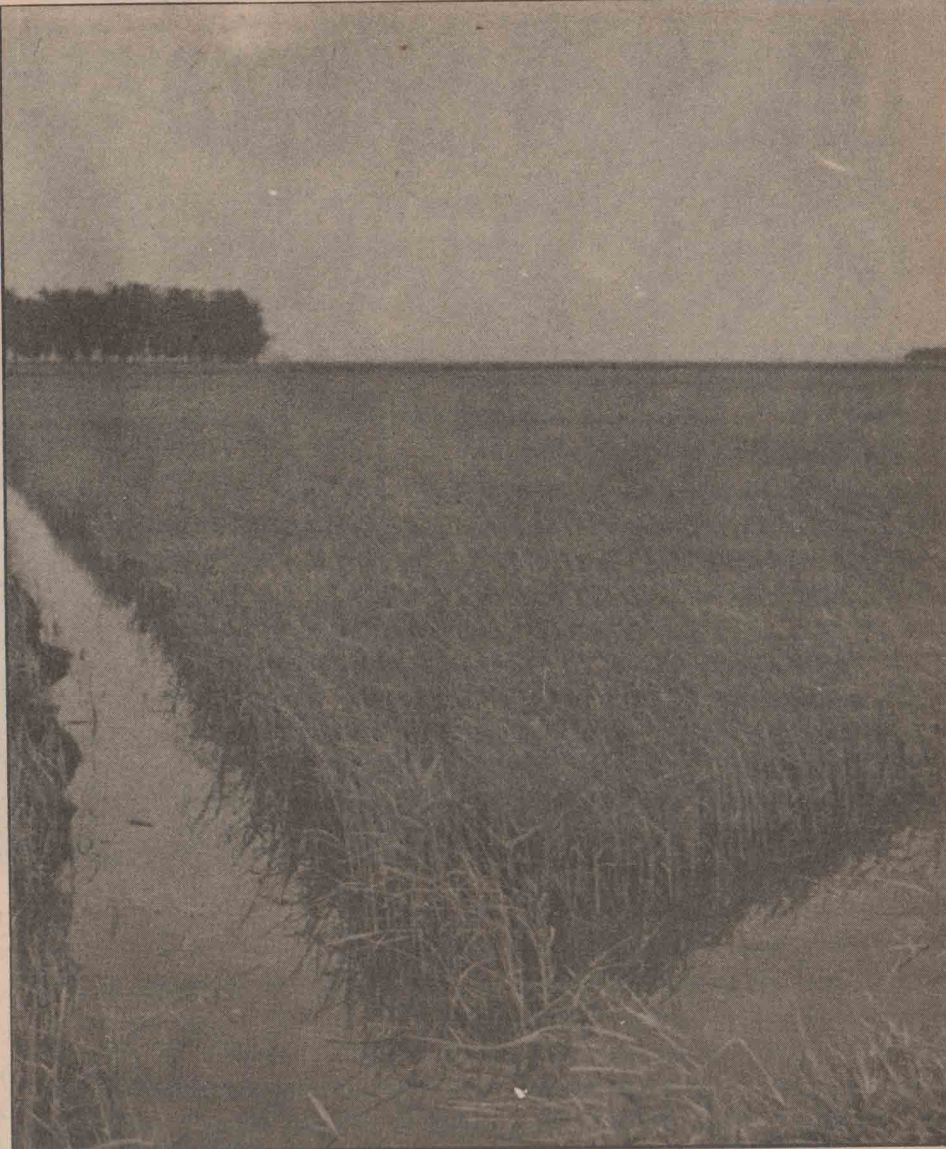
Apesar da concorrência dos outros Estados brasileiros, como Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná e Minas Gerais, geralmente o arroz gaúcho é bem comercializado. Nos demais Estados existe uma dependência quase total do clima e as frustrações são bem mais frequentes, o que vem contribuindo para que a safra gaúcha tenha um bom mercado. Entretanto, não se pode desconhecer que, em parte, este mercado é determinado pelos Estados que produzem arroz do seco e que estão garantindo, em média, uma produção de 7 milhões de um total de 9 milhões de toneladas de arroz produzidas no Brasil.

EXPERIÊNCIA DA SOJA

A unidade da Cotrijuí em Dom Pedrito, espera receber nesta safra mais de 400 mil sacos de arroz. Como a safra de soja ocorre na mesma época, já está sendo montado um esquema para agilizar o recebimento e a armazenagem do produto.

“A gente está tentando transferir para o arroz aquilo que se sabia da soja, em termos de armazenagem”, diz José Dornelles de Carvalho, Gerente de Operações da Cotrijuí em Dom Pedrito. Ele explica:

— Nós estamos recebendo arroz à granel e armazenando à granel em silos graneleiros de fundo “V”. Os produtores estão aceitando bem a idéia, porque assim economizam



mão-de-obra e a sacaria que está com um preço muito alto.

No ano passado o recebimento nos armazéns foi feito durante as 24 horas do dia, sem interrupções, o que agradou aos associados. Neste ano a operação será repetida, como afirma José:

— Aqui os caminhões são poucos e esta foi a melhor solução que encontramos. Temos que nos apressar.

Como toda a lavoura é irrigada, o arroz é colhido com umidade de 18 a 19 graus e são poucos os as-

sociados que possuem uma estrutura nas propriedades para fazer a secagem. E José faz uma comparação:

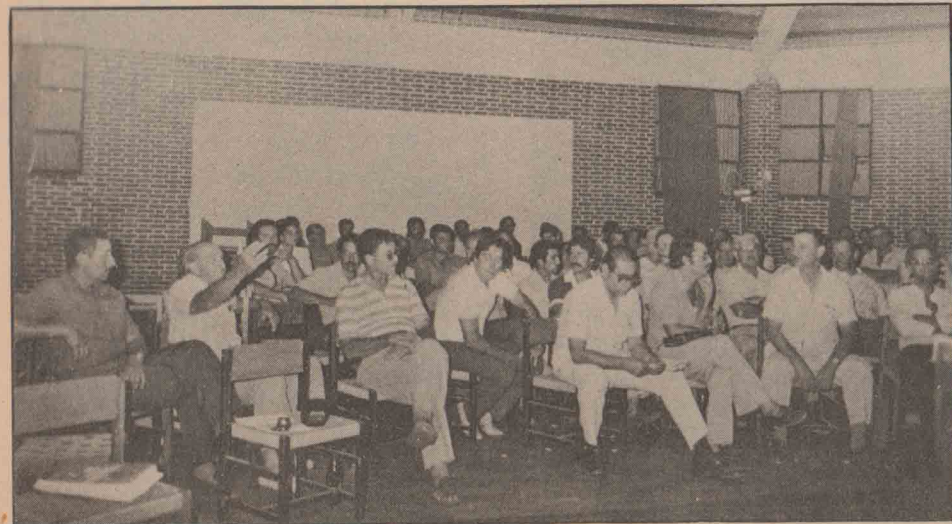
— Uma unidade da Região Pioneira, com um secador, pode receber 400 mil sacos de soja. Enquanto que essa quantia de arroz exige uns 6 secadores.

Os tipos de arroz mais plantados na região são Agulha, Agulhinha e Japonês. O arroz tipo Agulhinha é o que tem mais preço e o tipo Agulha, na última safra, foi o mais recebido nos armazéns da Cotrijuí.

A parboilização

Na noite de 15 de fevereiro, mais de cem arroteiros de Dom Pedrito, associados da Cotrijuí, reuniram-se no Centro de Tradições Gaúchas daquela cidade, a fim de decidir sobre a construção de uma Usina Parboil.

A parboilização é um sistema que permite recuperar o arroz quebrado, através de um processo especial. O arroz, ainda com casca, sofre uma rápida ação do vapor quente, sendo assim reconstituído aquele que é de qualidade inferior. Por exemplo: o arroz do tipo 4-5 pode ser recuperado para tipo 2-3 e assim o produtor acaba recebendo mais pelo seu produto.



Mais de 100 associados participaram da reunião

O principal objetivo da instalação da Usina, segundo foi colocado para os produtores presentes na reunião, é nivelar o preço do arroz que, como se sabe, tem valor diferente, de acordo com a qualidade. No quadro abaixo, se pode observar como foi a liquidação da safra de 1979 e a diferença entre um tipo e outro:

TIPOS	1	2-3	4-5	(Abaixo do Padrão)
Agulhinha	Cr\$ 450,00	435,00	390,00	355,00
Agulha	435,00	415,00	375,00	345,00
Japonês	—	390,00	345,00	—

Média - Cr\$ 415,00

O orçamento completo da Usina é de 26 milhões de cruzeiros. O sistema parboil propriamente dito custará 9 milhões e o restante será gasto com a unidade de aquecimento, secadores, tanques, correias transportadoras e obras de engenharia civil.

Na oportunidade, foi aprovado um Fundo Rotativo, pelo qual os produtores contribuirão com dois por cento da produção a ser entregue nas três próximas safras (1980, 1981, 1982). A partir do quarto ano, começarão a receber a devolução, da mesma forma que entregaram, ou seja, a mesma quantia de sacos de arroz.

Muitos dos associados presentes observaram que isso seria uma poupança. Antônio Cândido Silva Neto, que juntamente com os demais integrantes do Conselho dos Produtores de Arroz foi responsável pelo estudo de viabilidade da Usina, comentou:

“Antes nós tínhamos um parrilheiro e um petição. Agora vamos ter dois parrilheiros - o branco e o parboilizado”.

Eduardo Augusto de Menezes, diretor da unidade de Dom Pedrito, está entusiasmado com a participação dos associados e explica.

— A criação do Fundo Rotativo é uma prova do espírito cooperativista do nosso pessoal.

QUEM PLANTA JOGA SEMPRE UMA LOTERIA

Quem sai da região arroseira do Rio Grande do Sul (Fronteira e Depressão Central) se espanta com a lavoura de arroz que existe no Mato Grosso do Sul. Lá as lavouras não são irrigadas, permanecendo sempre na dependência das chuvas como fator decisório do fracasso ou sucesso da lavoura. Se no Sul, mesmo com o sistema de irrigação do arroz, às vezes o clima não ajuda em nada o trabalho do lavoureiro, imaginem só o que torce o pessoal que planta no Mato Grosso para que o céu fique escuro e comece a chover a cada dia.

Situação igual vive o pequeno agricultor da região Noroeste do Rio Grande do Sul, acostumado a plantar arroz no seco para garantir o alimento da família durante o ano inteiro. Mas se aqui as áreas, quando muito, alcançam 1 hectare, no Mato Grosso do Sul e em toda região Centro-Oeste do Brasil as lavouras de arroz se estendem por 200, 500 ou mais hectares ainda. Já é um risco.

Tem gente que fala que o arroseiro no Mato Grosso faz a lavoura para ganhar o Proagro, que nesta safra, por sinal, cobre até 100 por cento do valor dos financiamentos de custeio da lavoura solicitados a partir de outubro do ano passado. São os chamados pró-arroseiros. Mas não é bem assim. Tem vezes que o arroz dá e muito bem, como conta o Wilmar Alves Fialho, mais conhecido por "Chuva de Pedra" lá pelas imensidões do município de Maracajú:

— Eu cheguei aqui há cinco anos precisando ser bem sucedido na lavoura. E nas três primeiras colheitas fui bem.

Já no ano passado as coisas começaram a pretear para o arroz que o "Chuva de Pedra" plantou. A seca que castigou a terra de tudo quanto é canto frustrou a produção espera-

da. E este ano? O "Chuva" não sabe ainda:

— Depois da estiagem de 15 dias que a lavoura pegou no início de janeiro, não tenho estimativa de quanto colho, porque a lavoura está muito danificada. Vou ter que pedir Proagro de novo.

O CLIMA LIMITA

Realmente o clima é o fator mais limitante para o sucesso da lavoura de arroz no Mato Grosso do Sul. Não pode faltar água em determinados períodos de desenvolvimento da planta pois neste caso a frustração é certa. E o arroz não sendo irrigado fica apenas na dependência do comportamento do clima.

O Egon Krakhecke, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados, é quem conta que o clima não anda ajudando muito a lavoura de arroz. É que a planta é muito sensível ao sol intenso e a falta de umidade, isto no período que vai do espigamento — que os técnicos chamam de emissão de panícula — de floração e formação de grão. Se der uma estiagem neste período, pode contar como certo uma frustração.

Nos últimos tempos, por sinal, estas fases da lavoura têm coincidido com períodos de veranicos bem fora de época:

— Diz o pessoal mais antigo — eu não sei pois estou aqui fazem só seis anos — que as chuvas eram mais regularmente distribuídas durante o verão.

Geralmente no Mato Grosso os meses de dezembro, janeiro e fevereiro são meses de chuva, o que garante assim o desenvolvimento da lavoura. Mas não é que as coisas não têm andado bem certas nos últimos tempos? E dá o azar de fazer uns dias bohitos que nem só eles, com sol de rachar e nenhuma nuvenzi-

nha boa de chuva que se preste. E aí se vai mesmo o arroz.

A TÉCNICA REDUZ O RISCO

O Egon conta que existem formas técnicas que possibilitam reduzir um pouco os riscos da cultura. As principais são a época de plantio e as escolhas de variedades:

— Desde que vim para cá a época normal de planta é a mesma da soja, em novembro. Agora o pessoal passou a preferir o plantio em setembro e até em fins de agosto, o que por sinal não é época recomendada pela pesquisa, e tem conseguido bons resultados.

Outra coisa que pode ser recomendada é dar preferência por variedades de ciclo curto, o que dá chance de escapar das estiagens de janeiro e fevereiro. Mas há um risco, como explica o agrônomo:

— Assim a broca pode atacar mais, por ser uma época mais seca na fase do plantio e início de desenvolvimento. Normalmente começa a chover só em outubro. Às vezes chove em agosto, mas são chuvas esparsas.

IRRIGAÇÃO: CARA E DIFÍCIL

Se o problema são as chuvas mal reguladas, porque não se tenta

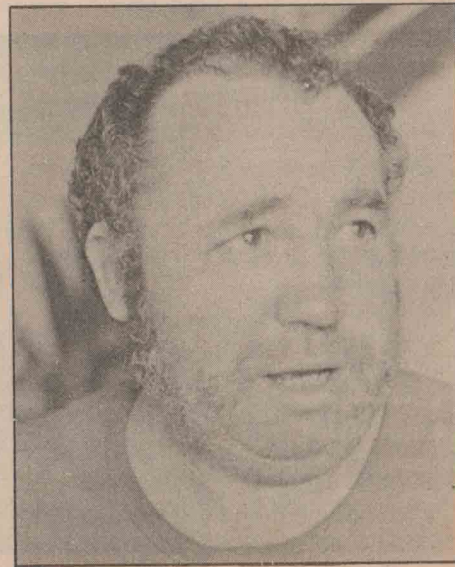
irrigar o arroz como se faz na região produtora do Rio Grande do Sul? O Egon conta:

— O caso é que o custo do investimento é muito elevado, praticamente dobrando o preço da terra. Se o hectare custa Cr\$ 30 mil, o investimento é praticamente do mesmo valor. Além disso, para quem não dispõe de energia elétrica — o que quase é regra geral no Estado — se torna muito difícil implantar um projeto. Então numa área de 100 hectares, que é o módulo mínimo para qualquer projeto de irrigação, é necessário contar com um motor de aproximadamente 200 Hp para mover as bombas. E um motor destes consome no mínimo 25 litros por hora. Então façam só as contas, ao preço que está o óleo diesel e do número de horas que o motor deverá estar em funcionamento.

As tentativas de irrigação que o Egon conhece foram realizadas em espigões, o que no Rio Grande se chama colinas, que são zonas altas e secas, e isto adotando um sistema de irrigação por aspersão, que funciona mais ou menos como uma rega contínua das plantas. Assim é muito caro realmente em grandes extensões de lavoura como é o nor-



Egon: a grande limitação é o clima



"Chuva": vou ter que pedir Proagro

mal do Mato Grosso. O sistema de irrigação adotado no Rio Grande do Sul somente se presta para várzeas, que são exatamente as zonas ocupadas neste Estado para lavoura de arroz e que permitem uma melhor produção. Mas no Mato Grosso do Sul há dois problemas impedindo isto:

UM PROGRAMA PARA AS VÁRZEAS

— Primeiro que as várzeas no Mato Grosso são pequenas e descontínuas. Há casos de 200 hectares de lavoura, onde apenas cinco são de várzeas. Lá no Rio Grande do Sul são em grandes extensões de área e contínuas. Aqui quando temos grandes várzeas, elas são áreas alagadiças, como é o caso das várzeas dos rios Santo Maria e Brilhante. Outro fator é técnico: no Mato Grosso se conhece razoavelmente bem a tecnologia de drenar as várzeas — que tem um potencial de produção bem maior — mas não se sabe irrigá-las.

Agora existe um programa de Governo, chamado de Pró-várzea, que tem a intenção de incentivar com recursos do crédito, o plantio nas várzeas, deixando em segundo plano o plantio de arroz nos espigões. Até agora não existe grande regulamentação deste programa, que efetivamente só será colocado em operação a partir da próxima safra.

A INVASÃO DA SOJA

Além da limitação de clima e mesmo de absorção de tecnologia, existe um outro fator que pode explicar os resultados pouco estimulantes da lavoura de arroz no Mato Grosso do Sul: as áreas de arroz foram sendo ocupadas pela soja, que tomou as melhores terras de cultura (que antes da lavoura eram cobertas por matas de peroba), empurrando o arroz para as terras de mais baixa fertilidade. O Egon afirma:

— Se a terra é boa o agricultor planta soja. Com isso o arroz fica num segundo plano, em áreas que também são mais suscetíveis à seca.

Mas há um detalhe que caracteriza muito bem a lavoura do Mato Grosso: quando se prepara pela primeira vez a terra para o plantio, não há coisa mais difícil do que destacar aquele cerrado. Quem chega e olha aquela mata rala pensa ser das coisas mais simples que existe. Mas o pessoal compara o cerrado a um iceberg, aquelas montanhas de gelo que flutuam no mar nas regiões mais frias, onde a parte que aparece sobre a água representa muito menos do que o tamanho do bloco de gelo submerso. Com o cerrado é a mesma coisa: a raizama enterrada na terra não é brinquedo.

É por isto que os agricultores plantam arroz no primeiro ano como fez o Paulo Tasso Santos, de Dourados. Ele é um gaúcho que

está no Mato Grosso faz pouco tempo, coisa de três anos, depois de viver um bom período lá em São Paulo, na capital:

— Eu vim para cá com o objetivo definido de plantar soja. Mas como a terra era nova não se presta para esta cultura. É que no primeiro ano, não se consegue destacar bem o cerrado o que dificulta bastante na hora de colher a soja. Já o arroz é mais alto e não há o perigo de a máquina estragar ao bater em alguma coisa.

Já a experiência, ensina que o arroz não pode ser cultivado mais do que três anos na mesma área. "Arroz quer terra nova", conta "Chuva de Pedra", que ano a ano foi reduzindo sua área de planta. Começou com 300 hectares, diminuiu para 250 e assim foi indo até chegar nesta safra a semear apenas 180.

Nisto o Paulo também concorda, dizendo que a "terra de campo perde a força no terceiro ano". A terra de campo, no Mato Grosso, é aquela de campo limpo ou cerrado. E, lamentando, lembra:

— Este ano vou perder a lavoura pela falta de nutrientes no solo. E sabe que no Brasil não existe um laboratório capaz de descobrir qual micro-nutriente falta?

FALTA INVESTIMENTO

Mas há um detalhe muito importante, olhando do lado técnico,

que explica a razão da terra não produzir mais do que duas ou três safras: o agricultor não investe na cultura do arroz. E também nem pode, na maioria dos casos, pois a lavoura é praticamente toda formada em cima de terra arrendada. Pelos cálculos dos Egon Krakhecke, por exemplo, 60 por cento das lavouras de arroz da região de Dourados são arrendadas:

— Correção de acidez aqui não se faz. E muito menos a correção de fósforo. Não se investe na cultura de arroz, porque o risco é muito grande com esta dependência de clima e de arrendamentos. Muitas vezes é proibitivo fazer investimento.

E tem mais, segundo o Egon: "o empresário do campo, especialmente o gaúcho, não é um profissional da agricultura, como o agricultor da zona de colônia (que é bem expressiva na região de Dourados). O empresário escolhe a agricultura como negócio, buscando resultados imediatos e sem pensar em investimentos a longo prazo".

JOGAR NA LOTERIA

Como parece que problema na lavoura é o que não falta, Egon lembra ainda mais um detalhe, que também tem lá suas influências: o produtor faz suas previsões de plantio, baseado apenas no comportamento do clima e da comercialização no ano anterior:



Paulo: que nutriente falta?

— Ele não faz uma média dos últimos quatro ou cinco anos para estas previsões. O produtor concentra o risco, plantando tudo praticamente na mesma época. Este ano, por exemplo, muitos semearam quase tudo em agosto, porque no ano passado o arroz precoce pegou uma estiagem em dezembro. E foi uma estiagem anormal que prejudicou muito o arroz. O certo mesmo, seria plantar pelo menos em duas épocas distintas, em parcelas de 15 em 15 dias, com variedades de ciclo diferenciado. Pelo risco da cultura do arroz não se pode pensar em cultivá-lo como se fosse a mesma coisa que jogar numa loteria.

Compensa continuar?

O arroz não era uma cultura economicamente importante no Mato Grosso até o início da década de 70. Quem plantava arroz eram as famílias instaladas nas zonas de colônia, meramente como uma atividade de subsistência. Mas a verdadeira invasão que sofreu o Mato Grosso a partir daquele ano, quando milhares de pessoas foram comprando ou arrendando as terras do Estado para explorá-las com a agricultura, mudou completamente toda realidade local. E surgiram lavouras imensas de arroz.

E por que arroz e não soja ou qualquer outra cultura como o milho, o sorgo, etc? É o Egon Krakhecke, presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos da Grande Dourados, quem explica:

— O arroz é uma cultura de custo mais baixo para introduzir aqui, onde a lavoura não é irrigada, do que a soja ou o milho, por exemplo. Isso aliado ao apoio financeiro do Governo, muito mais expressivo do que outras culturas, e ainda a crescente abertura de novas áreas, onde a tradição ensinava que não era aconselhado plantar soja, fez com que a lavoura de arroz se expandisse.

Até três anos atrás o arroz era a principal cultura, em extensão de área plantada, de todo Estado. As frustrações, provocadas tanto pelo clima como pelo esgotamento do solo, trouxeram uma "virada" tão grande, que em três anos tudo mudou na lavoura sul-matogrossense, especialmente na região onde atua agora a Cotrijuí. Hoje, a principal lavoura é disparado a soja. Depois vem o trigo e em terceiro lugar está o arroz.

No ano passado, por exemplo, na área da Cotrijuí foram plantados 328.600 hectares de arroz, contra 230 mil hectares desta safra. A área da soja, porém, passou de 258 mil hectares, para 315 mil hectares. Mesmo com a redução da área de arroz este ano, as estimativas são de uma colheita maior. No lugar dos 191 mil sacos do ano passado, se espera uma colheita de 276 mil sacos. E isto contando com uma produção de apenas 20 sacos por

hectare, pois as condições climáticas podem prejudicar o rendimento das lavouras até perto da colheita.

ABOMINAR O ARROZ?

Assim como se expandiu a lavoura de arroz de uma hora para outra não é de estranhar que mesmo num espaço mais longo de tempo, o arroz não vá desaparecendo de toda região ao Sul de Campo Grande. Comparando esta área com outras onde o clima é mais propício com chuvas regulares — como ao Norte de Campo Grande e mesmo no estado vizinho de Mato Grosso — fica claro que esta não é uma zona ótima para o arroz. Conta o Egon:

— Talvez seja mais conveniente deixar o arroz para estas áreas onde as possibilidades de uma frustração não sejam tão acentuadas como aqui. A maioria dos técnicos está abominando a lavoura de arroz para esta região. Eu já não me posiciono tão radicalmente a ponto de recomendar que se elimine a lavoura de arroz. A experiência demonstra que não deve ser a lavoura principal, mas na medida em que se adota um processo de rotação de culturas, de diversificação, ela ainda é viável.

Eliminar imediatamente a lavoura seria até um erro, pois na verdade se estaria favorecendo o início de um ciclo de outra monocultura, no caso a da soja, que hoje é a mais incentivada lavoura de verão. O difícil na verdade, é fugir disto, como lembra o agrônomo, "pois o imediatismo está inserido dentro da política econômica ditada pelo Governo. E esta política é claramente incentivadora de culturas de exportação, da qual a soja é um caso típico. O modelo oficial leva à lavoura especulativa, que cumpre mais a função de salvar a política econômica do Governo, comprometida com o alto índice de endividamento do País, do que remunerar adequadamente o produtor, permitindo que ele próprio decida o que mais lhe convém".

QUEM GARANTE OS PREÇOS?

Muito associado que planta arroz estranha bastante que a Cooperativa não ponha preço para o produto todo dia na pedra. Afinal, alguns argumentam, para a soja se tem o preço

do dia. Para o feijão, para o milho, para o sorgo também. Por que então com o arroz é diferente?

"Porque o arroz é um produto diferente", explica o Walter Suliman Duar-

te, que é o diretor de Comercialização da Cotrijuí, "e a Cooperativa é uma instituição diferente de qualquer outra empresa". É fácil, como explica o Walter, para um engenho ir comprando arroz aos poucos, na medida de sua capacidade de beneficiamento e armazenamento. Assim, ele precisa inclusive ter um preço do dia e ir comprando dos produtores aos poucos até o limite máximo que se considera com condições de absorver:

— Na Cooperativa nós não podemos fazer isto. Jamais podemos recusar a entrega feita por qualquer associado e nem estabelecer limites mínimos ou máximos de recebimento.

FALTA COBERTURA

O arroz também tem características diferentes, por exemplo das do feijão ou mesmo da soja. No feijão, a oferta de produto sempre é menor do que a procura. Na medida em que a Cooperativa vai recebendo o produto ela tem como colocar no mercado. Inclusive para poder abastecer a seção de consumo das Unidades, é preciso comprar feijão fora, além da produção entregue pelos associados. Com a soja, o mesmo caso. Quem é que não lembra que depois de dois anos consecutivos de frustrações na lavoura, as indústrias não tinham produto para esmagar e produzir óleo, farelo? Conta o Walter:

— Com o arroz não acontece a mesma coisa. Começa que não existe cobertura na outra ponta, com compradores fixos que dêem uma cotação diária para todos os tipos de produto.

Realmente seria muito difícil para a Cooperativa estabelecer diariamente um preço diferente para cada um dos 5 tipos de arroz que existem no Rio Grande do Sul e dos 4 tipos do Mato Grosso. Isso sem contar os defeitos que diminuem o preço, como arroz manchado, amarelo, gessado, vermelho, etc. e ainda a diferença existente entre arroz agulha, agulhinha e japonês, (no Mato Grosso só existe mesmo o arroz agulha).

E O TABELAMENTO?

Além desta dificuldade, não encontrada por exemplo na soja e nem no feijão ou milho, ainda deve ser considerado o próprio comportamento do mercado em relação ao arroz. Este ano a oferta de produto, com a boa produção que se anuncia, deverá ser maior que o consumo. E o Brasil, um país tradicionalmente importador de arroz, vice ciclicamente oscilações de mercado, explicadas mais por um processo de especulação de pre-

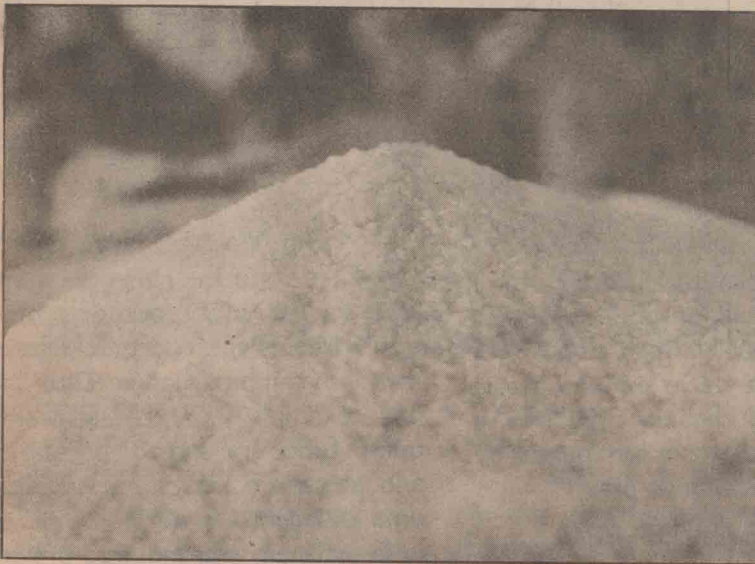
ços — os engenhos retêm o produto, para com isso obter preços melhores — do que propriamente por influências do mercado internacional. Mesmo quando o País importa arroz pouca coisa se modifica em termos de preço para o produtor, pois o arroz é importado para garantir o abastecimento a nível de consumidor ou mesmo para manter os preços a um nível mais baixo. E isto aconteceu exatamente agora, pouco antes de iniciar a colheita do arroz por este Brasil. O Governo importou arroz e tabelou seu preço a nível de consumidor.

O grande problema é que este tabelamento não será mantido por muito tempo. O Walter conta:

— No início da safra o mercado tende a ser bom apenas para o comprador, porque a oferta de produto — e a falta de dinheiro entre os produtores — será grande. Assim, eles poderão oferecer o quanto quiserem. Mais tarde, se cair o tabelamento, o preço do arroz pode estourar.

COISAS DE MERCADO

Pois estas coisas de mercado, que nem sempre o produtor sabe bem ao certo, é que podem levar muita gente a comercializar mal o seu produto. Não existindo preço do dia na Cooperativa e sim apenas a modalidade de preço médio, é possível ir comercializando aos poucos o produto para alcançar no final deste processo um preço compensador para o lavoureiro. E afinal, por que ele, depois de se preocupar durante toda a safra em produzir, deve se preocupar ainda em como e qual a melhor hora de vender o que colheu? Preço médio, isto já é velho, é efetivamente a forma cooperativista de comercializar a produção. Com grandes volumes na mão, a Cooperativa tem uma base suficientemente sólida para procurar o melhor preço para remunerar o trabalho do produtor.



Não existe uma cotação diária para o produto

Muitos inseticidas protegem sua soja de algumas pragas.

Só Nuvacron protege contra todas!

Nuvacron extermina todos os percevejos, a lagarta da soja, a plusia, a broca das axilas, todas de uma só vez!

Nuvacron é também indicado para controlar os pulgões e lagartas do trigo.

CIBA-GEIGY

Antes de aplicar qualquer inseticida leia com atenção as recomendações do rótulo.



Nuvacron: defesa total da soja.

A CORREÇÃO DO CAPITAL

Agora a conta-capital de cada associado será corrigida anualmente e existe uma espécie de pecúlio, que é destinado aos familiares no caso de morte do associado. Os percentuais de capitalização, porém, permanecem inalterados, como ficou acertado em reuniões realizadas entre os representantes eleitos e o Conselho de Administração.

As discussões sobre capitalização são uma coisa antiga na Cotrijuí. Todos devem lembrar os inúmeros seminários e reuniões que antecederam a decisão de capitalizar também sobre a soja na Região Pioneira, mesmo que o percentual fosse inferior ao dos demais produtos: 2 por cento, contra os 3 por cento do trigo, do milho, do feijão, etc. Dali surgiram outras questões. Por que é preciso capitalizar? Até quando se deve capitalizar? Existem limites? É possível corrigir o capital? A necessidade de capitalização fica bem clara quando se compara os investimentos exigidos — na construção de armazéns, indústrias, etc. — e o capital que a cooperativa dispõe junto a seus próprios associados. Para cada cruzeiro investido em 1978, apenas Cr\$ 0,34 centavos eram de capital próprio.

As outras perguntas já vão encontrando respostas. Até quando capitalizar? Para sempre, parece ser uma opinião meio unânime, na medida em que os associados se dão conta da necessidade de continuar investindo e dos juros proibitivos que são cobrados pelas instituições bancárias. E a correção do capital, a partir deste exercício, também começa a acontecer. As alterações surgidas na capitalização da cooperativa foram acertadas em reuniões realizadas junto aos representantes eleitos e o Conselho de Administração. Além da correção foi instituído também um pecúlio, que é destinado aos familiares no caso de morte do associado.

Uma das grandes discussões em torno da capitalização sempre se prendeu ao fato de que o capital colocado pelo associado dentro da Cooperativa não sofria uma correção comparável aos índices inflacionários. Realmente, o valor descontado de toda produção entregue e comercializada pelo agricultor através da Cooperativa para formar sua conta-capital foi ficando cada vez mais defasado. O que representavam Cr\$. . . 100,00 há 15 anos, por exemplo, é muito mais dos que estes mesmos Cr\$ 100,00 atualmente, mesmo acrescidos dos pequenos juros que a lei permite que as Cooperativas adicionem ao valor do capital do associado dentro da instituição. A lei é clara: a remuneração do capi-

tal não pode ultrapassar o índice de 12 por cento ao ano.

Provavelmente é este fato que faz com que muitos associados não enxerguem vantagens maiores em descontar parte de sua produção e destinar à capitalização. Mesmo assim, hoje, já existem os que encaram que a remuneração deste capital vem através dos serviços prestados pela Cooperativa, seja através da assistência técnica, repasse do crédito oficial, das seções de consumo, etc.

A partir desta safra de soja, porém, as coisas mudam na Cotrijuí. Os descontos de capitalização permanecem inalterados (2 por cento na soja e 3 por cento nos outros produtos na Região Pioneira e 3 por cento em todos os produtos, inclusive a soja, nas demais regiões), mas passa a ser introduzida a correção do capital. Além de ser uma reivindicação dos associados, a intenção é fazer com que o valor do capital integralizado e os investimentos feitos pela Cooperativa cheguem a um ponto de equilíbrio. E isto, hoje, absolutamente não acontece.

Vejam só: o imobilizado da Cotrijuí (o valor de seus armazéns, prédios, máquinas e equipamentos) chega a Cr\$ 1 bilhão, enquanto o capital integralizado pelos associados alcança apenas Cr\$ 147 milhões. Isto demonstra claramente que a Cooperativa precisou buscar fora, nos bancos, para poder construir tudo o que fez.

O CÁLCULO DA CORREÇÃO

Agora, após o encerramento o balanço do exercício de 1979/80, os associados encontrarão sua conta-capital já corrigida. Os cálculos para determinar esta correção serão baseados no total do ativo fixo da Cooperativa (os prédios, móveis, equipamentos, etc) e na correção monetária fixada pelo Governo. Este ativo fixo sofre a cada ano uma depreciação, que tem um percentual variável para cada caso. Um carro, por exemplo, não dura toda vida e, portanto, a cada ano ele vai valendo menos, mesmo que para comprar um carro seja preciso muito mais dinheiro do que ele custou. Já um prédio dura mais tempo, mas mesmo assim ele vai se desgastando com o tempo. Isto é a depreciação, que também acontece com as má-

quinas, equipamentos, etc. Só que além da depreciação, o ativo fixo sofre uma correção, pois o dinheiro empregado na construção ou aquisição de móveis, prédios, não vale atualmente a mesma coisa que no momento em que foi empregado.

Pois será baseada nesta correção do ativo fixo a correção do capital do associado. Anualmente a Cooperativa distribuirá entre as contas-capital dos associados 80 por cento do valor da correção do ativo fixo no exercício. Não se poderá distribuir integralmente esta correção, pois em seis anos, segundo os cálculos do setor financeiro, não haveria mais saldo entre o ativo fixo e o patrimônio líquido para corrigir e distribuir entre os associados se não forem feitos investimentos.

Para exemplificar como será feita a correção do capital, vejamos o seguinte cálculo: se o ativo fixo é de Cr\$ 1 bilhão, com uma depreciação de 8 por cento ao ano (a média a que se chegou nos cálculos), será necessário corrigir um ativo de Cr\$ 920 milhões. Como a correção monetária do ano passado aproximou-se dos 50 por cento, a correção do ativo chegaria a Cr\$ 460 milhões, dos quais 80 por cento (ou Cr\$ 288 milhões) seriam distribuídos entre as contas-capital. E isto, é claro, proporcionalmente ao valor integralizado por cada associado. É preciso notar que não haverá distribuição do capital entre os associados, pois senão seria preciso vender parte da Cooperativa.

DÁ PARA RETIRAR?

E quando o associado resolver se desligar da Cooperativa? É óbvio

que ele tem direito a levar consigo o valor que capitalizou durante os anos em que foi associado, acrescido desta correção. Mas também não será de uma só vez que ele vai retirar este dinheiro, pois também não foi de uma só vez que ele formou sua conta-capital. Ele deverá ser restituído em até tantas parcelas anuais quantos forem os anos em que ocorreu a integralização. Quem levou 10 anos para integralizar, levará 10 anos para retirar seu capital, anualmente corrigido segundo este método. Em caso de readmissão, o associado deverá integralizar de uma só vez, acrescido da correção que aconteceu no período, o montante do capital já recebido por ocasião de sua demissão.

O Conselho considerou necessário criar certas dificuldades na retirada do capital, para evitar que os associados pudessem sair e entrar da Cooperativa a qualquer momento, visando exclusivamente aproveitar que seu capital estivesse corrigido.

Agora, no caso de morte do associado, haverá restituição imediata do capital — acrescido da correção — aos seus herdeiros. Mesmo que alguém da família já seja associado ou venha a se associar, este dinheiro é um direito dos herdeiros, funcionando mais ou menos como um pecúlio.

Mesmo definindo estas alterações, as discussões sobre capitalização devem continuar. Existem novas propostas a serem estudadas, visando aperfeiçoar ainda mais este sistema.



Os índices de capitalização não acompanharam o montante de investimentos realizados pela Cooperativa

O PREJUÍZO DAS INDEFINIÇÕES

O plantio do trigo está para iniciar no Paraná, mas muita gente não recebeu o adubo até agora. No Rio Grande do Sul, onde a época de plantio é um pouco mais tarde, a situação nem por isto é diferente. Plantar trigo sem adubo, ninguém nem ao menos imagina. Mas a situação está tão complicada na área de fornecimento de fertilizantes que ninguém sabe ao certo como se programar.

Na Cooperativa, por exemplo, como também em outros lugares, a instabilidade da situação impede uma definição no preço do produto. E mesmo entre os agricultores, que fizeram com antecedência seu pedido, não se tem certeza do quanto se vai pagar e quando se vai receber.

O CIP, que é o Conselho Interministerial de Preços, reajustou mais uma vez os preços dos adubos na última semana de fevereiro. O aumento concedido varia de 16 a 20 por cento, conforme o percentual de utilização de nitrogênio, fósforo e potássio nas fórmulas de fertilizantes. Mas nem assim os fabricantes de matéria prima se deram por satisfeitos, pois os aumentos de preço no mercado internacional, somados à maxidesvalorização do cruzeiro no fim do ano passado, segundo eles, impede que operem dentro destas margens concedidas.

O QUE AUMENTOU

Assim, mesmo as encomendas anteriores aos sucessivos aumentos dos últimos meses, não estão sendo entregues pela indústria aos preços inicialmente tratados. Esperava-se na primeira semana de março uma regularização neste fornecimento, pois do contrário o plantio das safras de inverno, especialmente do trigo, poderia estar seriamente prejudicado.

Os aumentos foram consideráveis de um ano para cá. Uma fórmula média de adubo, pela qual se pagava no ano passado cerca de Cr\$ 5 mil, este ano não custará menos de Cr\$ 18 mil. São quase 300 por cen-

to de aumento de um ano para o outro.

Segundo técnicos do Governo, o aumento desenfreado na área de fertilizantes deverá ser compensado por uma elevação dos valores básicos de custeio e dos preços mínimos pagos ao produtor.

E O PREÇO MÍNIMO?

A indefinição na área governamental em relação aos valores de financiamento e preços mínimos das safras de inverno, porém, também tem ajudado um pouco a criar toda esta confusão. Conta Arnaldo Oscar Drews, vice-presidente da Cotrijuíf.

— Se nós soubessemos com an-

tedência qual a área que será plantada na próxima safra, poderíamos mais facilmente programarmos com antecedência nossas compras de adubo. Mas qual o produtor que irá plantar trigo sem saber ao certo qual o preço que receberá pela produção?

Efetivamente, após a frustração da safra de trigo passada, as intenções de plantio por parte dos agricultores indicavam claramente que a área talvez mal alcançasse a metade da do ano passado. Mais tarde, com a confirmação do Proagro a 100 por cento, já se pode somar um pouco mais. Porém, a decisão final só será tomada pelo produtor após a divulgação dos valores de custeio e do preço mínimo. Enquanto isto, ninguém sabe ao certo quantos hectares de trigo serão plantados e nem quantas toneladas de adubo serão necessárias.

Se esta indefinição é clara junto aos produtores, em pior situação fica a Cooperativa. Não sabe o quanto vai pagar pelo adubo e nem quanto precisará para comercializar junto aos associados. Atualmente, além de atender o fornecimento de adubo a todos contratos de financiamento feitos através do repasse, aproximadamente mais uns 20 por cento do consumo dos associados não repassados pela Cooperativa é atendido por ela.



Qual o agricultor que pode planejar sua safra com estas indefinições?

O desperdício nacional

Henrique Wasilewski *

Com um consumo em torno de 4,5 milhões de toneladas de fertilizantes e outro tanto de defensivos agrícolas, mais da metade adquiridos no exterior, orgulhosamente ocupamos o terceiro lugar mundial em consumo de produtos químicos na lavoura e somos o País que tem sua produção agrícola de custo mais elevado.

Há grande interesse dos países industrializados em investir na nossa agricultura, sobretudo no campo de fertilizantes químicos e defensivos agrícolas. Segundo dados da Petrofertil, de 1963 a 1976 o consumo de fertilizantes teve aumento de mais de 1.000%, para grande satisfação das multinacionais que encaram o mercado brasileiro como o mais promissor do mundo. Atualmente, os fertilizantes representam 50% dos custos totais da lavoura. Para cada cruzeiro gasto no Brasil colhe-se um cruzeiro apenas. Há poucos anos colhiam-se três. A nível mundial, a

média é de um dólar gasto para dois colhidos.

Atualmente está se usando no país três vezes mais fertilizantes do que o necessário para o desenvolvimento da lavoura, com grandes riscos ao equilíbrio da natureza (poluição). Em algumas regiões estamos consumindo alimentos com quantidade de defensivos tóxicos bem acima (até 20 vezes) do permitido pela Organização Mundial de Saúde. E qual seria a solução?

ADUBAÇÃO ORGÂNICA

Para que um solo seja fértil e de boa produtividade necessita de ar, água, espectro solar, indispensável à existência da vida. A solução estaria na adubação com matéria orgânica, que fortalece a microflora do solo responsável pela reciclagem dos produtos naturais em húmus. Pelo arejamento do solo e maior retenção de

água. Pelo equilíbrio biológico, químico e térmico do solo. Pelo aumento de fertilidade e maior durabilidade deste fertilidade. Pela correção da acidez do solo. Solos com estas características resistirão melhor a estiagens prolongadas do mesmo modo que absorverão mais água das chuvas, sem provocar a erosão. A matéria orgânica age como uma verdadeira esponja ou mataborrão no que diz respeito ao arejamento, à penetração do espectro solar e à retenção de até 30 vezes maior quantidade da umidade das chuvas, orvalho ou sereno. O solo revolvido pelas minhocas e bactérias torna-se fofo e poroso. As folhas e detritos ingeridos transformam-se em húmus. A terra mineralizada ao passar pelo tubo digestivo de certas espécies de minhocas também se transforma em húmus.

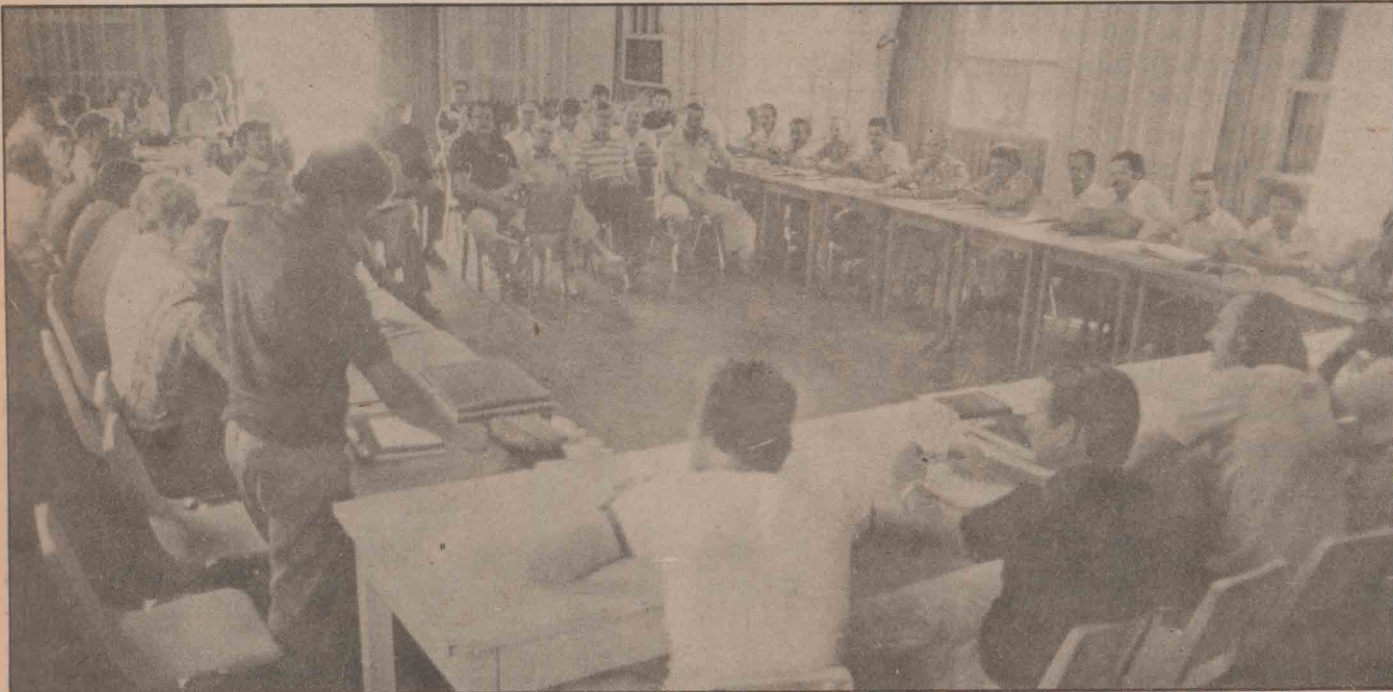
Não é por nada que os chineses cultivam o mesmo solo por mais de 6.000 anos e obtêm produções cada vez melhores de até três colheitas por ano. Sabem eles que os campos férteis não nascem, são feitos adubando o solo com toda matéria orgânica que encontram: excrementos de cães e dos homens não eram desprezados e assim produziam a maior quantidade de alimentos do que qualquer outro povo que a história menciona. E nós, após 15 anos da derrubada da mata nativa, usando a adubação "indicada" pe-

las multinacionais e seus técnicos encontramos algumas áreas já pré-desérticas.

Os nossos meios agronômicos oficiais e oficiais parece que não se deram conta de que as bactérias, minhocas e fungos que tantos benefícios trazem ao solo não sobrevivem aos adubos químicos. Só em Nitrogênio atualmente estamos pagando mais de Cr\$ 500 milhões ao exterior, quando nas terras de adubação orgânica os fungos retiram este Nitrogênio da atmosfera, onde o orvalho e a chuva nos fornecem gratuitamente. A formação de defesa natural contra as doenças e pragas e conseqüente obtenção de plantas e produtos sadios seria outra vantagem importante a considerar. Merece ser aqui citado um trabalho de adubação orgânica, combinada com a química bacteriana, do paulista Mário Nogueira de Oliveira, com várias experiências bem sucedidas e de custo bem menor do que a adubação química. Mas, infelizmente, os diversos setores da Secretaria da Agricultura e do próprio Instituto de Pesquisas Agronômicas, perguntados sobre se conheciam o referido programa de adubação orgânica, disseram não ouvir falar, (...)

Henrique é um leitor do Cotrijornal e pós-graduado em Defesa do Meio Ambiente.

O QUE DEVEM FAZER OS REPRESENTANTES?



Passado quase um ano desde as eleições dos representantes e as discussões sobre a estrutura do poder, se define que mais uma vez será preciso envolver todos os associados neste debate. O tema deve ser aprofundado e amadurecidas as posições. A participação dos associados nas decisões da Cooperativa, porém, não é limitada as alterações que possam ocorrer no seu sistema eleitoral.

Será que apenas depois de alterado o estatuto da Cooperativa, introduzindo, neste conjunto de normas que definem sua estrutura e funcionamento, modificações no processo de escolha de seus dirigentes, é que na Cotrijuí os associados estarão exercitando seus direitos de participação no poder? Ou será que mesmo agora, sem mudar a lei, isto já acontece?

Esta foi uma pergunta que surgiu durante a última reunião dos representantes eleitos, que aconteceu no dia 29 de fevereiro na sede da Associação dos Funcionários da Cooperativa, em Ijuí. Só ficou faltando o pessoal que representa os associados das Unidades do Mato Grosso, que deverão reunir-se entre si para discutir o mesmo assunto. De todos outros locais lá estavam os representantes, senão todos de cada unidade, pelo menos um ou dois para contar como está, afinal, se encaminhando a discussão sobre a "estrutura do poder".

Na reunião que antecedeu este último encontro, se definira a necessidade dos representantes voltarem a discutir com os demais associados sobre este assunto, tentando chegar a conclusões mais concretas sobre o papel que eles devem desempenhar dentro da Cooperativa. O que ficou bem claro é que as posições ainda não estão bem definidas e que o assunto deve voltar, mais uma vez, a ser discutido junto às bases.

As opiniões sobre o papel do representante e o número de associados que ele deve representar não são iguais em todos os cantos. De lugar para lugar e mesmo de núcleo

para núcleo existem idéias diferentes que forçam a se discutir mais uma vez, amplamente, o sistema que se pretende implantar.

Deve existir um representante para quantos associados? Os números ficam variando de 50 a 150, o que é bem menos do que a proporção adotada na primeira eleição, no ano passado, quando para cada 300 associados por unidade, era escolhido um representante. Em determinados núcleos a opinião recolhida é de que para cada grupo de 50 associados deve existir um representante, pois "se o número for maior, ele não conseguirá entrar em contato com os associados como seria necessário".

Mas daí surgiu uma pergunta: a função do representante deve ser encarada como defendendo os interesses de um determinado grupo de associados ou dos associados da Cotrijuí como um todo? Será que ele deve tentar resolver problemas de atendimento no balcão, descarregamento nas moegas, assistência técnica, conseguir um emprego para um filho de um vizinho? Ele deve saber quem está representando? Seria melhor que ele se envolvesse com a estrutura da cooperativa como um todo, participando das determinações de novos rumos para a entidade, posições políticas a serem adotadas? É uma questão que deve voltar a ser discutida nos núcleos.

E pode ou não pode o representante também eleger a diretoria? Existe a posição de alguns núcleos, trazida pelos representantes, de que "quando é tirado o voto do associado ele passa apenas a ser um

entregador de produtos e um comprador das lojas e mercados". "É muita responsabilidade para tão pouca gente", como em alguns locais foi entendido. Vejamos só: elegendo um representante para cada grupo de 300 associados, foram escolhidos 59 pessoas. Se a proporção passar a ser de 150 por um, se chegará a 126 representantes. Podem estes 126 associados decidir tudo pelos demais? A posição, neste caso, é de que os representantes devem escolher os nomes que comporão a chapa ou as chapas que mais tarde serão submetidas a escolha de todo corpo social. Isto como experiência, foi o que aconteceu na última eleição.

Os associados cansaram das assembleias do senta-levanta, da falta de tempo para entender e se aprofundar em assuntos como o balanço da Cooperativa, onde aquela enormidade de números mais confunde do que explica alguma coisa. Pode, quem sabe, o representante se responsabilizar por aprofundar nos núcleos o entendimento do balanço, desde que, é claro, sejam também dadas a ele as condições de entender e interpretar os números que ali aparecem.

E por que não se faz a eleição da diretoria da mesma forma como foram escolhidos os representantes: voto secreto, depositado nas urnas que percorreram todas as regiões? Assim mesmo os associados de outras Unidades poderão participar deste processo, sem a necessidade de se deslocar até Ijuí no dia da Assembleia. Isto se existisse um local onde fosse possível, de uma forma organizada, reunir 18 mil pes-

soas e ainda por cima realizar uma eleição com voto secreto, antiga reivindicação do corpo social da Cooperativa. Realmente, decidir no senta-levanta o pessoal cansou e achou fora de propósito. Quem sabe, então, estas urnas volantes possam ser uma boa solução?

Falta, na verdade, aprofundar e amadurecer a discussão da estrutura do poder. Alguns representantes, como, por exemplo, os de Dom Pedrito, chegaram a reconhecer que fizeram pouca coisa até agora, em parte porque faltou inclusive orientação do pessoal sobre a forma de realizar alguma coisa, na busca de sugestões e definições junto aos demais associados.

Sugestões, entretanto, não faltam. Em Chiapetta, por exemplo, os associados pensaram em escolher também um representante por núcleo. Estes se reuniriam com os representantes eleitos pela Unidade — atualmente são dois — facilitando assim o entendimento das aspirações destes núcleos, servindo como um elo de ligação entre os representantes e as bases. As vezes as áreas são muito grandes para que os representantes eleitos entrem em contato com a totalidade dos associados. Em Ajuricaba, por outro lado, os representantes — são em número de quatro — procuraram se inteirar de tudo o que acontece na Cooperativa, como funciona cada setor, para poder informar também melhor o resto do pessoal. No final das contas, o que falta — também em relação à estrutura do poder e conseqüente participação do associado nas decisões da Cooperativa — são informações para poder participar.

O TELEFONE MOVIDO A SOL

"O telefone é como um vício. Depois que a gente se acostuma, não há jeito de passar sem ele".

É, este vício que lembra o seu Waldemar Michael, um dos proprietários dos telefones rurais instalados pela CCGTEL (Cooperativa Central Gaúcha de Telecomunicações Rurais), é o resultado da comodidade que dá o telefone. Toda manhã, antes de ir para a granja, que fica em Coronel Barros — a 30 quilômetros de Ijuí — ele dá uma ligadinha para o capataz prá saber se não falta nada por lá. Da granja ele também fala seguido com a família que fica na cidade, e se informa se tudo corre bem durante o dia. E é sempre mesmo uma comodidade em telefonar para a Cooperativa e saber o preço que está sendo pago por determinado produto, fazer alguma encomenda pela cidade, sem precisar estar zanzando prá cima e prá baixo de carro.

Só que o telefone do seu Michael andou enchendo até não poder mais, como ele diz, porque de três em três dias era preciso recarregar a bateria que fazia funcionar o aparelho. Foi aí que os técnicos da CCGTEL sugeriram uma coisa pró seu Michael: por que não fazer o telefone funcionar com a energia do sol? Agora, numa baita torre instalada do lado da sede da granja, está um painel que capta a luz do sol e a transforma em energia.

TELEFONE SEM FIO

Aí é preciso explicar uma coisa. Estes telefones que a CCGTEL já instalou pelo interior de alguns municípios do Estado (Ijuí, Panambi, Cruz Alta, Carazinho), funcionam via rádio, isto é, *sem fio*. O aparelho que permite este tipo de ligação funciona com energia elétrica, que pode ser fornecida pela rede de energia rural ou por baterias, como qualquer outro aparelho eletrodométrico. Quando se discar um número em casa — ou se pede para a telefonista, se for o caso — este aparelho de rádio transmite o número do telefone desejado à Central Telefônica na cidade, que por sua vez faz soar (também por rádio) o telefone chamado. Durante toda conversa é mantida esta ligação telefone-Central-telefone, sempre por meio do rádio, ou seja, *sem fio*, com a voz sendo transmitida pelo ar.

Acontece que na granja do seu Michael não existe energia elétrica.

E ela deve demorar a chegar. Se ele fosse "puxar" a rede para sua propriedade, por uma distância que vai de 5 a 6 quilômetros, iria gastar uma nota para ter luz lá fora. Num cálculo por cima a extensão da rede iria custar Cr\$ 600 mil. Aí a solução foi a bateria:

— Nós andávamos cheios de carregar e recarregar a bateria de três em três dias. Às vezes acontecia da gente esquecer disso e ficava com o telefone sem funcionar. Em outras, a gente estava falando, baixava a carga, e caía a ligação. Era a maior encheção.

O INVESTIMENTO

Desde outubro, então, seu telefone funciona à energia solar. Michael gastou na época Cr\$ 25 mil com o painel e as duas baterias especiais. Hoje, como conta o engenheiro da CCGTEL, Nilson Guimarães, ele gastaria uns Cr\$ 45 mil:

— Acontece que todo o material é importado e tem seu custo aumentado a cada dia.

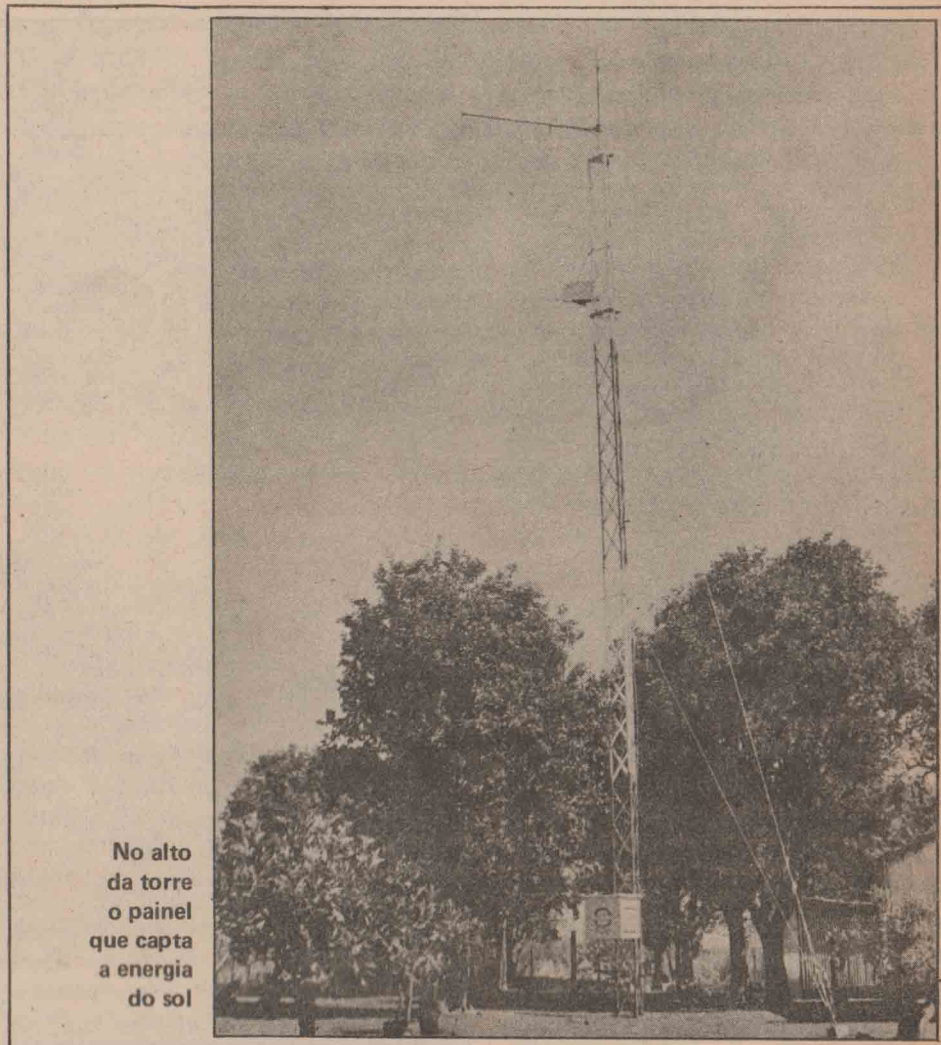
O painel solar apenas fornece a energia necessária para o telefone sem custar nada mais além do gasto inicial com a compra do material. Afinal, o sol é de graça. A luz elétrica só chegará na granja do seu Michael quando ele puxar a rede de energia rural, o que pelo investimento quase não compensa, pois ele está meio sozinho lá pelas redondezas.

A CCGTEL tem ainda um outro projeto de telefonia rural que funciona "via cabo", de uma forma bem diferente do sistema de rádio. Estes cabos são enterrados no chão e é através deles que a voz é transmitida. Este projeto está sendo implantado em Não-Me-Toque, onde as distâncias de uma propriedade



Michael: telefone vicia

Nas áreas onde a energia elétrica ainda não chegou, a energia do sol pode ser aproveitada para os telefones rurais.



No alto da torre o painel que capta a energia do sol

para outra são bem menores do que por exemplo em Ijuí ou Cruz Alta. O custo de um telefone via cabo é pelo menos 25 por cento mais baixo do que via rádio, mas a desvantagem é que estes telefones podem ser instalados apenas até 20 quilômetros distante da Central Telefônica, enquanto que os outros podem ser até a 60 quilômetros. Outra coisa é que estes telefones via cabo devem estar, de preferência, próximos uns aos outros, para baratear mesmo o custo de sua instalação, que fica dividido entre os assinantes.

E NO INVERNO?

Dizer que tudo funcionou às mil maravilhas com o telefone movido a sol do seu Michael seria uma grossa mentira. Acontece que no Brasil são muito recentes as experiências sobre o aproveitamento da energia solar, que pode tanto funcionar os telefones, como aquecer a água das residências, secar grãos e até mesmo fornecer energia elétrica para as casas (só que neste último caso o custo é bem mais elevado do que o sistema tradicional de energia hidrelétrica). No início, então, o telefone movido a sol do seu Michael deu bastante problema. Isto até que os técnicos da CCGTEL conseguiram acertar o consumo do

rádio com a carga do acumulador do painel. Agora eles colocaram um economizador de energia, que deixa o rádio funcionando apenas 1/10 de segundo de cada vez. Durante o tempo restante, que é mínimo, ele fica desligado. Se dá o acaso de vir alguma ligação ou mesmo do seu Michael ligar para fora, não há o menor problema, pois em seguidinha o rádio volta a funcionar. Conta o Nilson:

— O seu Michael pode conversar até 3 horas por dia — o que é um tempo bem grande para o uso de um telefone residencial — que a quantidade de carga gasta é repostada pelo sol na bateria.

Na verdade o painel solar ainda está em fase de experiência. O teste final será durante o inverno, quando os dias são mais curtos e menor a intensidade do sol. Em princípio não deverá existir problema, pois o painel tem a capacidade de armazenar a energia por uma ou duas semanas. Assim pode chover uns dias encordados que o telefone ainda funciona. O que preocupa os técnicos é se a baixa insolação do inverno, quando os raios do sol incidem sobre a superfície da terra em ângulo diferente do verão, não vai reduzir a capacidade de geração de energia. Isto, depois a gente conta.

Num país como o Brasil, de dimensões continentais, 16 milhões de hectares estão na mão de 53 proprietários que não são brasileiros. Isto num país onde o problema de minifúndio é gravíssimo, onde as áreas de tensão social provocadas por questões de terra são dia a dia mais numerosas. Num país como o Brasil, usamos uma tecnologia totalmente dependente dos chamados insumos modernos (adubos, defensivos), insumos que não é o Brasil quem produz. Aqui o produtor só sabe, quando sabe, o quanto vai pagar para fazer sua lavoura. Mas não tem o direito de pedir preço pelo seu produto. Ele não participa das decisões. Num país como o Brasil se planta soja, cacau, cana-de-açúcar, café, mas se importa feijão, arroz, milho. Este é o modelo agrícola brasileiro: dependente, concentrador de renda, estimulador de grandes grupos. Este é o modelo que vai contra os próprios interesses dos brasileiros.

PAGAMOS POR ERROS QUE NÃO SÃO NOSSOS

Cotrijornal — Muitas das situações consideradas erradas na agricultura brasileira, como sistema de produção, distribuição de crédito, e mesmo posse da terra, são atribuídas ao modelo agrícola aqui implantado. Antes de partirmos para as considerações sobre como é este modelo e como afinal ele deveria ser, para estar adequado à realidade brasileira, vamos tentar definir aqui o que significa esta expressão "modelo agrícola".

Nedy — É uma referência, um conjunto de medidas, que levam o agricultor a poder explorar sua propriedade. E aí está incluído tudo para que este sistema de exploração possa funcionar convenientemente. Aí entra crédito, assistência técnica, terra, trabalho, sistema de comercialização. Eu entendo, pelo menos, modelo como um conjunto todo. Agora, até hoje se falou em modelo, modelo agrícola, modelo econômico,

e na realidade ninguém sabe o que é isto. Nem as autoridades. Os técnicos cada um pensa da sua maneira, o produtor acho que também.

Walter — Entre os técnicos mesmo, eles não estão pensando do mesmo lado, usam sistemas diferentes de orientar o agricultor. Não estão pensando de uma maneira definida. A gente vê que desde o descobrimento do Brasil não houve planejamento. A gente vai olhar em outros países e se nota bem que aqui as coisas não são bem definidas. Aqui nós não temos nenhuma definição. Não temos definição nem política!

João — Eu faria uma complementação. Na chamada "Revolução Verde", que se iniciou praticamente a partir dos investimentos que grupos econômicos (como a Fundação Rockefeller, que desenvolveu pesquisas com trigo e milho no México depois

da Segunda Guerra) se preocuparam em fazer nos países subdesenvolvidos, o Brasil optou, vamos dizer, por seu modelo agrícola. Nele prevaleceu a tese de que, para o Brasil, seria necessária uma modernização conservadora. Se faria uma modernização na agricultura, sem mexer propriamente na estrutura da terra. E toda estrutura, todo sistema de posse e de uso da terra, permaneceu arcaica. Somente se introduzia insumos modernos, mecanização, coisas desse tipo, mas de resto toda infra-estrutura de cultura não se alterava absolutamente nada.

Paulo — Eu interpreto modelo agrícola como sendo uma sistemática de normas redigidas previamente, tendo em vista o estudo econômico das diversas regiões, das disparidades dentro do Brasil. De acordo com as condições de cada região, e as necessidades da nação, seria traçado pelo Governo Federal, um sistema de priorida-

des, no sentido de produzir aquilo que seria básico para nossa alimentação e, posteriormente, o que seria importante para exportarmos, tendo em vista uma arrecadação de divisas. Agora, realmente nós temos um modelo para qualquer ramo, especialmente agrícola, que é renovado a cada quatro anos pelo Governo Federal em termos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. Suiu o primeiro, o segundo e, se não me engano, está saindo o terceiro PND, que já deve estar por aí e eu inclusive estou curioso para ler alguma coisa a respeito. Realmente, em termos de comunicação, de informação às classes de um modo geral, esta informação é diluída. Nós não chegamos a ter conhecimento, porque quando ele chega até nós, ou vem em forma de uma minuta, de alguma coisa já elaborada, ou vem tão extensa que a gente não tem tempo prá ler ou não entende tudo aquilo que lê. Se ouve falar uma coisa aqui, outra lá e capta aquilo que é de maior interesse, de acordo com nossas características de produtor. Agora, existe um modelo agrícola que dá ênfase aos produtos primários de exportação. Isto aí existe desde muito tempo atrás. Nós iniciamos no Brasil com o ciclo do café, do açúcar, mas isto aí partindo exatamente da iniciativa privada, não de um modelo pré-existente. O café dava dinheiro, então se plantava o café. O cacau dava dinheiro, então plantava cacau. Com o açúcar a mesma coisa, com a borracha a mesma coisa. Culturas visando apenas, e tão somente, o lucro do produtor e não o desenvolvimento global da nação.

João — Este modelo agrícola tem uma ligação muito grande é com o modelo econômico. A opção do modelo econômico conduziu para a escolha deste modelo agrícola atual que nós temos. Quer dizer: vamos produzir, utilizando determinadas técnicas, para dar este lucro ao produtor, visando basicamente a exportação.

Paulo — Aí vem justamente o ponto crucial da questão, em que nós deveríamos — e realmente não ocorre — tentar uma desvinculação da área eminentemente técnico agrícola, em termos de produção, da área econômica. Então, existe um ministro da Agricultura, mas em contrapartida, ele se defronta e debate violentamente, em termos de prioridades, com o ministro do Pla-



Participaram desta mesa redonda os produtores Paulo Tasso dos Santos, de Dourados, Palomar Victor Montagner, de Santo Augusto; Lonildo Pötter, de Dom Pedrito e Walter José Irber, que também é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela; os agrônomos João Klohn, Luiz Volney Mattos Viau, Enio Siqueira, Nedy Borges, que é o diretor Técnico da Cotrijuí, Edar Peixoto Gomes, chefe do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo, de Passo Fundo, e ainda Ivo Bazilio, do Departamento de Comunicação e Educação da Cotrijuí em Dom Pedrito.



João Adolfo Klohn — agrônomo

nejamento e também com o da Fazenda, porque nós dependemos diretamente do crédito para levarmos adiante as nossas empresas agrícolas. Um exemplo bem claro, típico, é o caso de nós dependermos de um preço mínimo para podermos planejar as nossas lavouras. Este preço mínimo não sai e gera uma instabilidade incrível, que faz até com que não seja plantada a área que deveria ser cultivada, porque não se sabe nada.

Edar — Existe um ponto que parece extremamente importante: o grande problema do nosso modelo agrícola é não existir. Nós temos, de quando em vez, medidas determinadas em função dos interesses econômicos do País, em função de uma conjuntura internacional.

Cotrijornal — Seriam interesses momentâneos, sem visar um plano de mais largo alcance?

Um modelo embrulhado

Edar — Certo. O companheiro começou a falar em termos de ciclo da cana. Começamos pela borracha, tivemos cana, café, cacau, temos agora talvez, a soja. E por que temos isto? É porque há uma situação internacional que está possibilitando ao País obter alguma receita externa através destas culturas. Então, o que acontece? Nós temos políticas ditadas em função do interesse imediato daquela cultura que no momento está sendo importante do ponto de vista da economia nacional. Mas nós não temos um modelo. Nós mudamos talvez um modelo tradicional que havia na agricultura na nossa região, principalmente na região de pequenas propriedades, em função da soja. Nós tínhamos uma colônia dedicada a uma exploração agrícola diversificada, dedicada ao consumo interno, vendendo aquilo que sobrava e muitas vezes até realizando um comércio de troca. Depois, em função desta euforia de soja, uma boa parte do tempo associada a trigo, o que aconteceu? Nós mudamos a estrutura daquela propriedade (não só grande, também pequena) para trabalhar com trigo e soja.

Cotrijornal — Em termos de economia do País, teria sido correta esta mudança?

Edar — Eu tenho minhas dúvidas, porque acho que o nosso grande problema é não ter políticas estabelecidas para a agricultura a médio ou a longo prazo. O Paulo estava dizendo que nós estamos na dependência do preço mínimo para podermos programar nossa exploração. Não tem modelo! Ele prima pela falta de modelo. Se

nós vamos programar o que vamos plantar agora no trigo, em dependência de que preço terá o trigo, que preço terá o fertilizante

Nedy — Que modelo é esse que na safra passada aumentou a lavoura de trigo em 55 por cento?

Edar — Nós temos determinados estímulos, movidos por situações momentâneas, que conduzem a nossa agricultura a determinada situação. O caso do ano passado é típico. Tivemos uma frustração de soja. Em função disso, o nosso produtor ficou descapitalizado, precisava de dinheiro para trabalhar, para viver ao menos, o resto do ano. O que se fez? Se estimulou a cultura do trigo. E como? Através de um crédito relativamente fácil e me parece, abundante, porque eu ouvi inclusive o presidente da Fecotriga dizer que o financiamento de custeio da lavoura de trigo para o ano passado tinha sido muito bom. Depois a gente sabe que para alguns itens ele não foi adequado. Nós entramos numa inflação violentíssima, com altas estúpidas em determinados insumos e serviços.

João — Nós estamos fazendo aqui uma pequena confusão, entre não ter modelo agrícola e ter modelo agrícola errado. No instante em que as ações governamentais em torno da agricultura não vão ao encontro dos interesses do produtor, isto não quer dizer que há ausência de modelo. Eu caracterizo mais como um modelo errado.

Walter — Acho também que existe um modelo, mas um modelo que não está visando o trabalhador, no caso o pequeno, ao qual a gente pertence. Ele está visando um pequeno grupo. Está visando culturas como a soja para beneficiar o País, mas nunca o pequeno produtor. Ele entra nestes estímulos — diz que é estímulo — mas está se aprofundando cada vez mais.

João — Tanto existe um modelo que a agricultura brasileira beneficia enormemente a agro-indústria, os produtores de insumos, as fábricas de tratores, de implementos, as fábricas de rações, fábricas de óleo, frigoríficos, etc . . . Agora, a grande massa dos produtores, esta está sendo prejudicada. Hoje, quantos bóias-frias existem no Brasil?

Walter — Seis milhões e meio.

Edar — Temos um negócio que está se formando ao natural, em função de interesses do momento, que talvez não sejam do produtor. Não há uma política pré-determinada, a ser cumprida a um médio prazo. Não é um modelo estabelecido pelo Governo, porque aí ele deveria estabelecer um modelo que favorecesse a economia do País. Tudo veio ao natural.

Walter — Eles tinham que favorecer o pequeno, porque existem dados que mostram que a pequena propriedade está produzindo muito mais que as grandes propriedades. A terra está nas mãos deles.

Cotrijornal — Temos aqui uns dados que mostram isto muito bem: 43,9 por cen-



Edar Peixoto Gomes — chefe CNPTrigo

to dos produtos básicos da alimentação são provenientes das propriedades com área menor ou igual a 50 hectares. As áreas com mais de 500 hectares produzem apenas 10 por cento destes produtos. No caso de produtos de transformação industrial (soja) as propriedades com menos de 50 hectares produzem 38,4 por cento. Nas com mais de 500 hectares é apenas 13 por cento. Agora, apenas 5,9 por cento da extração vegetal ou florestal vem das propriedades com menos de 50 hectares, enquanto que 77 por cento são das propriedades com mais de 500 hectares.

Ivo — Se um modelo agrícola tem como ponto fundamental a produção para a alimentação, a dinâmica se comporta na medida dos interesses, podem ser econômicos, podem ser políticos. O comportamento pode mudar de ano para ano, como a gente vê com o crédito. Isso aí é que deixa até certo ponto meio embrulhado esta tal de modelo.

O agricultor não pode pedir preço

João — O Paulo fez uma afirmação de que somos submissos passivamente ao modelo econômico. Realmente isto acontece, até certo ponto por culpa do produtor rural, que é a parte mais fraca da coisa. Então é isso aí que causa uma certa confusão na conceituação do modelo agrícola. Agora que ele existe, existe.

Palomar — Neste modelo, a principal coisa que a gente tem sentido aí prá fora, é o incentivo. Pois agora incentivaram a plantar feijão-preto, que é financiado, sai verba. Eu digo que parte de cima este negócio. É o incentivo, o crédito e coisa e tal que modifica o modelo agrícola.

Paulo — O que existe exatamente é o interesse capitalista em jogo.

Cotrijornal — Mas isto não seria exatamente um modelo, uma característica dele?

Paulo — Não. No meu entender, modelo econômico, voltando um pouquinho, seriam aquelas normas emanadas de um Governo consciente, tendo em vista o bem-estar social. No nosso caso, o ministro da Agricultura há alguns meses atrás, falou que ia encher a panela do povo. Isto não é modelo agrícola, gente. Então, manda plantar mandioca nas marginais das estradas e enche de mandioca a panela do povo.

Volney — Existe modelo agrícola, mas ele não satisfaz aquelas aspirações do produtor. Ele não está participando disto, está sendo simplesmente conduzido. O modelo existe para favorecer os outros grupos e não o agricultor.

Paulo — O produtor é o único elemento dentro do sistema agrícola do País que não tem condições nenhuma de opinar a respeito do preço final daquilo que está produzindo. Ele é a única pessoa dentro do sistema que não repassa custos. Ele recebe o preço dos insumos para formar a lavoura, mas na hora de colocar o produto no mercado ele não pode pedir o preço necessário para pagar seus custos de produção e ainda remunerar seu trabalho.

Walter — É como falou o Palomar antes. Tem o incentivo do feijão, mas ele veio fora de época, onde é que nós vamos achar semente para o produtor plantar? Nós vamos plantar feijão agora para a geada comer daqui a alguns dias? Que modelo é este.

Nedy — O modelo agrícola depende

do modelo econômico e do modelo político também. Tem que haver uma perfeita vinculação e harmonia entre eles. Mas nem nas áreas governamentais existe isto. Do próprio Conselho Monetário Nacional o ministro da Agricultura não participava até bem pouco tempo. Era marginalizado. Dentro do próprio modelo político brasileiro a agricultura está em plano secundário.

Cotrijornal — Duas idéias ficaram bem distintas. Uma que não existe modelo e a outra de que existe mas é errado.

Edar — Nós não temos uma coisa definida. O que é modelo? Nós colocamos lá um modelo para fazer um molde para fazer um tijolo. Nós colocamos a massa ali dentro e sai um tijolo. E nós não temos isto em termos de agricultura.

João — Eu discordo. Se nós não temos um modelo agrícola, não temos também um modelo econômico, que é a mesma coisa. E temos ou não um modelo econômico? É claro que sim.

Nedy — O modelo é inadequado. É uma questão de interpretação.

Cotrijornal — E quais as causas disto?

João — Eu diria que a causa principal teriam sido os interesses econômicos, tão claros quanto a afirmação do Paulo sobre o preço do adubo do trigo. Isto aí evi-



Paulo Tasso Santos — produtor em Dourados

dencia tudo. O agricultor hoje está completamente nas mãos do Governo se ele vai repassar este custo adiante ou não. Se o Governo põe a mão em cima do adubo ou põe a mão no preço mínimo. E o agricultor está no meio. Ou ele vai absorver este custo ou vai repassar. E repassar . . .

Paulo — Para mim a causa principal é a nossa descapitalização.

Cotrijornal — Mas não é uma consequência também?

Paulo — Para mim é causa, pois se a classe produtora fosse uma classe capitalizada, se a própria nação fosse capitalizada, não precisaríamos nos submeter inteiramente à mediação externa, à política externa. Para nós fazermos a lavoura do ano passado, pelo que me consta, nós fizemos com dólares, porque esta verba chegou com uma série de restrições, de imposições. Logicamente antes mesmo de nós nos posicionarmos como produtores, com personalidade, nós já estamos comprometidos. A impressão que eu tenho é que se o Banco do Brasil estivesse com os cofres abarrotados de dinheiro, ele não precisaria a ação coercitiva.

Nedy — Aí se está colocando os efeitos. Uma das causas é que a agricultura serviu para a industrialização do País. Ela foi sugada, ela subsidiou a industrialização. E esta é uma industrialização que não é nossa. A agricultura acabou contribuindo para o estrangeiro.

João — Nós importamos o adubo,

produzimos o grão, vendemos este grão para o exterior e depois o importamos já beneficiado.

Multinacional não tem bandeira

Volney — Eu acho que uma das causas é a própria situação política do País. Se você for analisar a política econômica do País, se vê claramente que ela é toda dirigida para beneficiar grandes grupos, grupos estrangeiros especialmente.

Walter — E o pequeno produtor, o brasileiro de modo geral, ele não está sendo beneficiado com isto. Não foi montado em cima dele e ele está sendo prejudicado.

João — Eu não tenho este dado exato, mas pelo censo agrícola de 60 e 70, se tira conclusões muito boas a este respeito. Aumentou o minifúndio (que tem de 10 hectares para menos) consideravelmente nestes 10 anos e, em contrapartida, aumentou o latifúndio, as propriedades com mais de 500 hectares. Isto é em decorrência do próprio modelo agrícola.

Walter — E por isto aí estão o minifúndio, o pequeno produtor, o tão falado êxodo rural, em consequência justamente do que se está fazendo em cima do pequeno produtor. Quando há certos estímulos eles são para terminar com o produtor. É o caso deste crédito de emergência, em que o pequeno pode tirar tanto. Quando ele tem 10 hectares tira uns poucos mil cruzeiros, enquanto o grande que tem mais terra pode tirar bastante e daí ir comprando a propriedade dele. É uma causa terrível que está engrossando as fileiras das cidades.

Cotrijornal — Existem então linhas básicas que caracterizam o nosso modelo. Em que são baseadas? O modelo é copiado de algum outro País? ou é uma criação eminentemente brasileira?

João — Multinacional não tem bandeira. Praticamente em todos os países subdesenvolvidos ocorre o mesmo fenômeno. As grandes multinacionais hoje estão investindo no setor de alimentação. Há exemplo como o das multinacionais que produzem verduras lá na África e transportam para a Europa de avião. Aproveitam a mão-de-obra barata num país subdesenvolvido para alimentar aqueles que consomem nos países desenvolvidos.

Volney — Há também o interesse dos países desenvolvidos em colocar produtos da indústria. Então eles forçam, por exemplo, que o Brasil deve produzir soja. Daí a indústria americana, alemã ou japonesa, vem aqui e vende o defensivo, o trator, etc.

João — O Brasil serve apenas de local físico para produzir a soja com mão-de-obra barata, absorvendo determinados custos que lá não seriam absorvidos.

Walter — Estamos no Paraíso das multinacionais.

Paulo — E em relação à produção de alimentos, então. Pelo estoque de sementes de cada país, elas já sabem, antes mesmo de se plantar, quanto cada país pode produzir.

Cotrijornal — E nós não somos todos cúmplices disto?

Paulo — Estamos impassivos.

Walter — Nós não temos como agir. Não temos alternativa nenhuma.

Cotrijornal — Vamos ver. A própria pesquisa está distante da realidade. Se nós estamos colocando aqui que somos dependentes de insumos modernos, não é a

própria pesquisa que indica ser isto o mais indicado? A Cooperativa também não embarcou nesta onda de euforia da soja? O produtor não se deixou levar pelas facilidades, pegando o dinheiro do financiamento, no lugar de continuar plantando mandioca no fundo do quintal?

João — Acredito que pelo menos de forma consciente, isto não aconteceu. O crédito era fácil dentro daquelas técnicas recomendadas pela pesquisa. Não houve consciência disto. Talvez hoje fosse diferente, se o agricultor capitalizado recebesse uma oferta de dinheiro barato para produzir soja. Mas na época não se teve condições de fugir disto. A própria Cooperativa foi induzida a isto por causa do crédito existente.

Nedy — O nosso produtor colonial aqui não plantava trigo e ele resistiu muito a isto. Ficou nas culturas tradicionais, no porco, na galinha, uma série de atividades tipicamente de consumo imediato. Mas foram tão grandes as facilidades de recursos para máquinas, trator, para adubo, os financiamentos, na época, polpudos para trigo, bons preços, que não tinha outra alternativa. As próprias cooperativas foram montadas por quem? Pelos produtores? Não. Foi um modelo de cima, do Governo, que destinou recursos para construir armazéns, para receber trigo.

Edar — Mas nós temos que analisar as causas disto. Primeiro: nós estamos num país subdesenvolvido, numa economia capitalista, num país democrático...

Nedy — Democrático?

Walter — Quem é que participa desta democracia? Numa democracia o povo participa.

Edar — Numa estrutura como a nossa, nós estamos numa economia que visa o consumo. Todos nós, desde a nossa residência, somos bombardeados com uma propaganda para consumir tal coisa. É para comprar desodorante, remédio e não sei o quê mais. O agricultor é bombardeado para comprar um trator novo, mais bonito, comprar defensivos, equipamentos, etc. Nós estamos num país subdesenvolvido, onde o nível cultural é bastante baixo. Então nós somos influenciados facilmente por esta pressão que recebemos da propaganda. E estamos embarcando nesta canoa. Não houve uma política. O negócio foi indo ao natural.

João — Eu discordo totalmente que tenha vindo ao natural. Foi muito bem dirigido como uma opção.

Edar — Mas não foi pelas autoridades.

João — Por quem então, se não por elas?

Volney — É, foi muito bem programado.

Palomar — Seria um ponto assim que ninguém pára para pensar. O sujeito está pensando em comprar um trator e então chega o vendedor e diz: "fulano, compra esta semana que semana que vem vai subir

50 por cento". Então o pessoal compra sem pensar. Chega lá, no adubo é a mesma coisa: "tira o pedido esta semana que semana que vem vai subir 20, 30, 50 por cento". Ele vai e compra que está sendo influenciado.

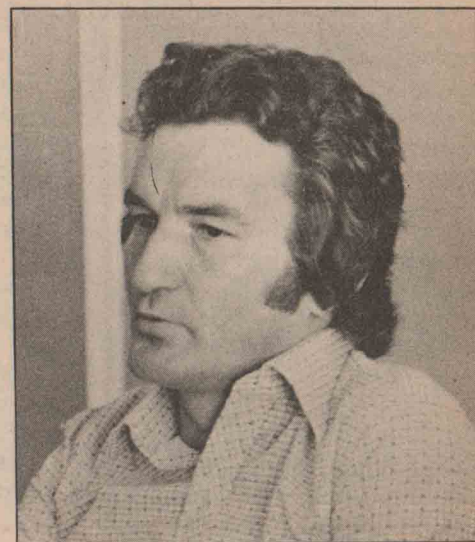
Walter — O agricultor entrou neste jogo e justamente agora para sair, ele está comprometido tremendamente aí com os órgãos financeiros. É uma situação bastante braba. A saída acho que seria o agricultor fortalecer a Cooperativa e o Sindicato, que existisse um crédito fundiário para ele poder sair disto aí e que também tivesse uma participação mais ativa na elaboração destes planos, destes projetos que atingem a ele.

Cotrijornal — Nós voltamos mais uma vez, então, a falar sobre estrutura fundiária, que foi um componente no qual não se mexeu ao mudar o sistema de produção, ao modernizar a agricultura. E por que não se mexeu? Até que ponto esta alteração impediria que vivêssemos hoje com um modelo inadequado à nossa realidade?

Paulo — O cara que quis mexer na estrutura fundiária do Brasil está recém voltando.

Os erros da estrutura agrária

João — Em termos de Brasil nunca se tentou na verdade fazer uma Reforma Agrária. O que se tentou foi fazer uma contra-reforma agrária, um reassentamento de produtores, uma colonização. Reforma Agrária, porém, não me parece que tenha havido uma tentativa. Todo mundo entende que a Reforma Agrária é repartir a terra. É tirar de quem tem e dar para quem não tem. E isto aí é um raciocínio muito simplista. Nós temos que ser um pouco mais abertos em relação a isto. O problema está relacionado com o próprio crédito fundiário que o Walter falou há pouco. No Brasil não existe crédito fundiário. O filho do agricultor nunca vai poder comprar uma terra, pois o Banco não financia. Já o grande produtor, que tem aí cinco, seis mil hectares de terra, ele tira o dinheiro do custeio, pega uma parte e compra mais terra. Agora o pequeno agricultor não consegue fazer isto, pois dos 10 ou 15 hectares de lavoura que ele tem, ele vai tirar mal e porcamemente, com o perdão da palavra, para poder sobreviver naquele período. Então a Reforma Agrária deve ser analisada de uma forma muito mais ampla do que apenas quanto a posse da terra. Então, se a opção do modelo agrícola brasileiro envolvesse a estrutura fundiária, mesmo dentro de um sistema capitalista, eu acho que seria per-



Walter José Irber — presidente STR Tenente Portela

feitamente adequado à situação. E também não acredito na proposição do Delfim Netto de fazer a Reforma Agrária através do Imposto Territorial Rural.

Walter — Ele mesmo declarou que só seria feita Reforma Agrária em zonas de conflito. São as palavras dele. E esta colonização que eles fazem, que dizem que é Reforma Agrária, é um tremendo engano que estão fazendo para o agricultor. Eles só põem água fria na fervura.

Paulo — Reforma caracteriza alguma coisa pré-existente, que a gente deveria alterar completamente. Quem é proprietário teve mérito para isto, e aí existem órgãos competentes para analisar se realmente está produzindo, não está, se roubou, se não roubou, enfim. Agora, um dos grandes problemas que realmente deveria fazer parte de um modelo agrícola seria um estudo sobre a situação existente em termos de arrendatários e pequenos produtores com potencial de aumento de produção, com conhecimento e capacidade profissional para produzir mais. A sua atuação está cerceada, tendo em vista a inexistência de terra. É o que ocorre realmente no Mato Grosso, onde enfrentamos tremendas dificuldades para arrendar novas áreas. O que deveria ser visto é a quantidade, pois 90 por cento dos produtores do Mato Grosso do Sul — parece um dado bastante agressivo, mas é de fonte quase segura — são arrendatários. E estes arrendatários deveriam ter a oportunidade de adquirir uma terra do Governo, fosse onde fosse. "As opções em termos de disponibilidade de terra são estas, então vocês querem ou não querem?" Sinceramente eu aceitaria uma área até lá em Roraima. Eu aceitaria se ele me desse o certificado de propriedade e o direito de trabalhar na terra e a pagar a terra com o meu trabalho.

Volney — Eu acho que nós não temos é uma política de ocupação, de distribuição de áreas que venha ao interesse do produtor. O que existem são determinadas normas que inclusive favorecem os grandes grupos internacionais a adquirirem terra. Por exemplo: qualquer indústria multinacional se quiser aplicar 50 por cento do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, para a aquisição de áreas na Amazônia ou sei lá onde, pode. Então o que se vê são estes grandes grupos comprando terra lá, com recurso inclusive que é nosso. A gente vê aqueles projetos em que o próprio Governo entra com 60, 75 por cento e os caras entram com o restante, e aí então continuam explorando o negócio. É a política em questão de terra que não atende.

Edar — Temos que pensar numa maneira mais racional de explorar a propriedade agrícola. Dentro da realidade atual acho que tanto o pequeno, como o médio, como grande produtor estão mal. Eu sei que o pequeno está mais mal que o grande, é lógico. Se o preço do adubo está incontrolável, não se sabe aonde é que vai chegar, tanto faz se ele tem 50 ou 500 hectares, que



Nedy Borges — Diretor Técnico



Luiz Volney Mattos Viau — agrônomo



Ivo Bazilio — Comunicação e Educação



Enio Siqueira — agrônomo

vai causar problema igual.

Walter — Para o grande sair desta é mais fácil. Ele tem melhores saídas. Agora, para o pequeno é difícil. Ele está tremendamente comprometido com o Banco, com tudo.

Edar — O grande é fácil porque ele sai da agricultura. Este é um problema sério também. Agora, se ele quiser saída dentro da agricultura, também não tem muita saída. É que às vezes o grande, que tem 1.000, 1.500, 2.000 hectares de terra, ele tem também comércio, indústria, tem imóveis na cidade, ele tem outra atividade.

Walter — A gente olha pelo aspecto social. O grande não vai ficar na margem como o pequeno. E onde é que o pequeno vai se jogar?

João — Só para citar um dado, em relação aquilo que o Volney falou sobre as terras de estrangeiros, existem no Brasil 53 propriedades pertencentes a estrangeiros que detêm 16 milhões de hectares. Isto é dado de três anos atrás. Hoje é capaz de ser bem mais. Então é uma aberração, num país como o Brasil, de dimensões continentais, tendo sérios problemas de minifúndio e com propriedades deste tamanho.

A busca pela terra

Volney — E isto terras registradas. E quantas não são registradas?

Ivo — Para sair uma Reforma Agrária mais ampla deveria existir a participação ativa dos elementos que têm compromisso com isto, dos trabalhadores rurais, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais especialmente. Recém agora se começa a ter uma participação efetiva, uma consciência, inclusive, de reivindicação do agricultor através dos seus órgãos de classe.

Lonildo — Estava se falando que o fi-

lho do agricultor não tem mais chance. Mas eu perguntaria o seguinte: o Brasil não tem mais áreas? Nossos pais, nossos antepassados, daonde é que vieram? Eles não tinham mais lugar na Europa e vieram para cá. Mas por que todos querem ficar aqui? É porque acham melhor aqui. Por que não vão adiante? Nós temos áreas grandes, o Brasil é tão grande!

Paulo — Deveria existir uma atuação política e econômica para melhor distribuir estas áreas. O Governo é o responsável. Ele é quem dá a palavra final. Não adianta eu sair daqui e ir para Roraima e dizer que quero uma área, que quero 10 mil hectares. E daí? Esta área é de uma multinacional. Esta área é do grupo José da Silva, de Brejo Alegre.

Lonildo — Eu digo o seguinte: as cooperativas funcionam principalmente em áreas de minifúndios. Então seria o caso, como por exemplo a Cotrijuíf, de as cooperativas pegarem estes pequenos, que não têm chance aqui e vão chegar lá e também não vão encontrar áreas de terra, que as cooperativas se encarreguem de fazer isto. Acontece que muita gente se acomoda e acha mais fácil, mesmo ganhando pouco, produzindo pouco, ficar aqui que fica mais perto dos parentes, do que ir para lá, que tudo é mais difícil. São certos fatores, eu acho, que o pequeno se acomoda. Não estou culpando, mas ele se acomoda.

Walter — Mas o pequeno não tem incentivo deste tipo. Se tem é muito pouco, que não tem condições de sair daqui.

Lonildo — Junte na cooperativa que ela tem condições.

Walter — É muito pouco, não é dado condições também. Sobre a Reforma Agrária, que o Ivo falou antes, tem que ter a participação do trabalhador, isto é evidente que deve ter. Mas o INCRA está confundindo a Reforma Agrária apenas com distribuição de terra. Eu acho que estão transferindo o nosso problema aqui do Rio Grande do Sul lá para cima. A gente sabe que o nosso agricultor lá do nosso município, especialmente aqueles que foram expulsos da área indígena (os pequenos foram expulsos mas os grandes continuam plantando 400, 500 hectares de terra) tiveram os problemas deles transferidos lá para cima. Muitos estão passando até miséria na Terra Nova. Existem excessões, mas no contexto geral a gente viu isto aí.

Lonildo — Aqui no Rio Grande do Sul a área é a mesma mas a população aumenta, a de agricultores também. Nós vamos deixar sempre assim? Nós vamos ficar aqui, não vamos procurar as áreas que existem?

Ivo — É que não adianta chegar e dizer: "olha pessoal, arrumamos terra para vocês lá no Mato Grosso, na Amazônia". A gente pensa, "ué, os caras querem nos levar assim no roldão, mas também não é bem assim. Nós temos parentes, temos vizinho, isto, aquilo". Agora, no momento em que o trabalhador busca é diferente. É uma luta inclusive da própria família. Eu só vou quando eu estou lutando, eu estou buscando.

João — Isto não é verdade de que o cara não queira ir porque é longe, não vai ficar perto dos parentes. Há o exemplo das desapropriações para a construção da Barragem do Passo Real, onde foi feito aqui mesmo o reassentamento de parte do pessoal que estava nos Alagados. Ele simplesmente não funcionou e estava aqui. O pessoal não foi prá longe não. É que o programa do INCRA não funcionou.

Nedy — É que Reforma Agrária eu entendo como um conjunto de medidas muito amplas, que vão desde a taxação do imposto sobre a terra, até colonização, até o confisco de terra. Colonização lá no Norte? É uma maneira de fazer Reforma Agrária. Imposto também. Todas estas medidas

eu acho que se encaixam dentro do termo Reforma Agrária. Agora apesar das informações citadas aqui, até hoje a Cotrijuíf teve fracassos. Não tem nada positivo em termos de colonização. Eu diria que estão sendo buscadas Cooperativas para envolvê-las neste tema de colonização, porque o próprio INCRA teve fracassos. É toda uma política completamente errada que foi adotada. Agricultor com colocação inadequada mal feita, enfim, uma série de insucessos pelo próprio órgão governamental, que agora quer botar as cooperativas a resolverem algo que ele não soube resolver.

Pode existir um só modelo para o Brasil?

Lonildo — Se fala tanto em modelo. Eu perguntaria o seguinte: poderá existir um modelo agrícola para todo o Brasil? É uma das coisas erradas também quando a gente vai tirar um financiamento lá no Banco do Brasil e temos que nos ater a normas que são ditadas lá do Brasil Central, aqui na Fronteira do Rio Grande. E agora a tal história de plantar feijão. Tem cabimento uma lavoura de arroz, feita essencialmente para produzir arroz, ser obrigada a plantar feijão que não vai produzir? Nós vamos fazer o seguinte (já faz parte do modelo agrícola): tirar o financiamento, que somos obrigados se queremos plantar o arroz, mas no fim não vai produzir.

João — Isto é a falta de planejamento agrícola. Lá em Brasília, de cima prá baixo, vem uma resolução destas.

Enio — O planejamento deve ser feito visando as regiões que der, através do zoneamento agrícola.

Edar — A Cotrijuíf está muito envolvida em fazer modelo agrícola em volta de si. E hoje ela não está só em Ijuí. Está em Dom Pedrito, que é completamente diferente. Está no Mato Grosso, que é mais uma vez diferente. Quer dizer que a Cooperativa deveria sentir muito mais do que um órgão de Governo.

Palomar — Aí eu discordo do senhor, porque neste caso se deveria é formar um sindicato de trabalhadores na região. A Cotrijuíf pode dar uma mão, mas ela não vai ter condições, vamos dizer, de chegar e resolver os problemas de toda a região.

Walter — Hoje os sindicatos estão formados em quase todos os municípios do País. Mas o caso é que a nossa legislação sindical é totalmente imposta de cima e recém o sindicalismo rural está começando a dar seus primeiros passos. Nestes anos de opressão que nós sofremos e com esta legislação imposta de cima, não se tinha condições de se manifestar. Num plano nacional, todos os sindicatos estão dependendo da reforma agrária. A nível local, pouco podemos resolver. A pressão que se faz hoje em todos os Sindicatos de Trabalhadores Rurais do País é uma voz só: queremos a Reforma Agrária.

Cotrijornal — Existe um outro ponto que diz respeito à pesquisa, de modo geral. Os centros de pesquisa parece que se dedicam e se especializam apenas em determinadas culturas. Existe um Centro Nacional de Pesquisa de Trigo aqui em Passo Fundo. O de soja é em Londrina, o de arroz em Goiás. Por que também não se pesquisa, nestes mesmos locais, uma variedade maior de culturas? E até que ponto a pesquisa não está sendo submissa a este modelo que prega cada vez mais o uso de insumos modernos na lavoura, criando uma dependên-

cia do exterior?

Edar — Tem se falado muito que a gente faz pesquisa visando proteger as multinacionais, que a nossa pesquisa é toda dirigida para o uso maior de insumos, principalmente defensivos e fertilizantes. Isto não é verdade. No Centro de Trigo, nós somos ao todo 47 pesquisadores. São 3 na administração, tem 5 no solo, 2 em cevada, 2 em triticale e os demais estão na pesquisa do trigo. Destes, 20 trabalham em melhoramento, ou seja, na parte de criação de variedades, identificação de doenças. Tem 3 ou 4 que trabalham em manejo, 3 que trabalham em controle biológico de pragas e um pesquisador que trabalha só com fungicidas. Acontece que criar uma variedade resistente a tudo que existe por aí é bastante difícil. E a prova é que há muitos anos, gente muito capaz trabalha em melhoramento, em genética, e até hoje não se conseguiu uma variedade que resista a todas as moléstias, que resista à chuvarada, à geada, que resista ao plantio antes da época, depois da época, com adubo, sem adubo, com calcário e sem calcário. Por exemplo, nos acusam que criamos variedades que precisam de grandes quantidades de adubo. Não é verdade, nós fomos duramente criticados, inclusive por técnicos estrangeiros, porque estávamos trabalhando com trigo, fazendo variedades resistentes à acidez do solo. Que nós tínhamos que por calcário, que as nossas variedades não reagiam ao calcário, não reagiam a doses mais altas de fertilizantes. Não sei se na pesquisa de outras variedades isto acontece, mas no caso do trigo isto não é verdade. E tem outra coisa: as nossas recomendações de uma determinada quantidade de adubo, para ser o ideal para a lavoura, são fruto do momento. Eu acho que hoje, as nossas recomendações de fertilizantes estão desatualizadas, em termos econômicos. Elas foram calculadas há três ou quatro meses atrás, quando a situação de mercado dos fertilizantes era totalmente diferente.

João — Realmente não se tem feito críticas em relação à pesquisa em si, mas pelo que o senhor falou, não está sendo pesquisada a utilização de insumos nos centros de pesquisa...

Edar — Está, mas em proporção muito menor que a genética.

João — ... e eu perguntaria aqui, com todo este pessoal que está pesquisando na parte de genética, se o Centro Nacional de Pesquisa do Trigo já teria uma resposta a dar com uma variedade produtiva dentro dos níveis de aplicação e atuação adequada de fungicidas, inseticidas, que venha a beneficiar o produtor. Porque hoje o produtor está plantando trigo mais por uma necessidade de sobrevivência do que propriamente de rentabilidade da lavoura.

Edar — Esta variedade não tem, e Deus queira que eu esteja enganado, mas nunca vai ter. Este é o grande problema, tanto entre produtores como entre técnicos, de quererem que a variedade resolva tudo.

João — O preço mínimo calculado pelas cooperativas para o trigo é de Cr\$. . . 858,95 e, dificilmente, o Governo vai fixar este preço pedido. Logo, se não fixar, está danado. Então, eu pergunto: não seria mais interessante continuar a pesquisa, e isto é lógico, mas mudar alguma coisa do modelo agrícola? Ao invés de plantar trigo, vamos achar uma nova opção, enquanto a pesquisa não nos indicar um caminho?

Edar — A pesquisa já indicou. Existe à disposição do agricultor uma tecnologia que nós achamos que é viável e que pode dar, aqui, rendimentos no mínimo sujeitos à empatie nos anos ruins.

Cotrijornal — Mas será que com toda esta tecnologia, cara e sofisticada, ainda compensa plantar trigo a este custo?

Tecnologia cara e dependente

Edar — Aí é outra coisa. A tecnologia que é recomendada, que o pessoal fala que é altamente sofisticada e cara, eu creio que ela não é sofisticada e nem difere muito daquela que a maioria dos agricultores usa. Por exemplo, o custeio médio da lavoura de trigo no ano passado foi em torno de Cr\$ 4.500,00. Bem, o custeio desta tecnologia sofisticada era em torno de Cr\$ 6.000,00. Com esta tecnologia chamada sofisticada, a única coisa nova, diferente — porque o resto tudo o agricultor faz — é a recomendação de fungicida. Neste mesmo custo de produção feito pelas cooperativas, a diferença é de Cr\$ 1.700,00 entre lavoura com fungicida e sem fungicida. Então, o custeio da tecnologia sofisticada é dois sacos de trigo a mais pelo preço solicitado.

Nedy — Só que esta tecnologia não pode ser usada pela grande maioria das lavouras, mas apenas em propriedades que têm a possibilidade de fazer uma rotação de culturas, o que a pequena propriedade não tem. Eu gostaria de fazer uma colocação: o sistema de pesquisa definido pelo Ministério da Agricultura, pela própria Embrapa, merece ser revisado. Quando foi tratado que cada centro daria prioridade a uma cultura, acho que ficou fora uma colocação que seria de vital importância: nós não podemos pensar em trigo sem pensar num sistema de produção. Não é só trigo. É trigo em rotação com soja, pastagens, outras alternativas. A pesquisa básica e fundamental tem que estar integrada e tem que ser a mesma. Não pode, por exemplo, a Universidade do Rio Grande do Sul estar pesquisando fertilidade, calcário, e mandar botar lá em cima o calcário quando o trigo é resistente e não precisa de calcário e ela está é só preocupada com a soja. E outra coisa: o produtor não vai plantar somente trigo. Ele tem que plantar soja, milho, tem que plantar forrageira. Eu acho que o fundamento da pesquisa que norteou as definições da Embrapa tem que ser revisado. Por que aquele que vai estudar solo, não pode estudar solo só para trigo? Quem vai estudar fertilidade, não vai ser só para o trigo, vai ser para o conjunto, para o sistema integrado da exploração. Nós ficamos aí assistindo a famosa operação Tatu, que "é botar calcário que dá resultado prá soja". Prá trigo, então, nem se fala. Só complica.

Edar — Eu concordo com a crítica, que não é contra a instituição, mas sim contra o modelo. O Ministério da Agricultura tinha um sistema, que se chamava Institutos Regionais de Pesquisa. O Rio Grande do Sul tinha o Instituto, que ficava em Pelotas, o Paraná tinha o seu, Minas Gerais também e assim por diante. Eram Institutos que trabalhavam com tudo que era cultura daquela região. Acontecia o seguinte: cada Instituto tinha 2 ou 3 técnicos trabalhando com soja; mais 2 e 3 com trigo; 2 e 3 com feijão, arroz e assim por diante. Os programas específicos, independentes do sistema, mas só da cultura em si — trigo, feijão, etc . . . — eram tão grandes, que em cada Instituto os poucos técnicos não tinham condições de fazer. Então foi tentado um outro modelo e criados os centros especializados por produto, e que os sistemas estaduais de pesquisa, através de empresas estatais ou das secretarias de agricultura, fizessem pesquisas com este conjunto. Mas esta segunda parte não funcionou.

Cotrijornal — Existe aquela comparação entre o médico e o agrônomo dizendo que o erro do médico a terra esconde,

mas o erro do agrônomo a terra mostra. Parece que também a comparação serve em termos de especialização. No Brasil se adotou o modelo de que médico que entende de nariz entende só de nariz, quem entende de coração, é só coração. E faltam clínicos gerais. Com os pesquisadores não acontece a mesma coisa? Quem entende de soja, entende só de soja?

Enio — Eu acho que em parte isso está certo. Agora, o que está acontecendo com a nossa pesquisa é que ela é muito sofisticada. Então, tem um cara lá muito graduado, pesquisando efeitos do zinco no arroz. O que interessa isto aí para o agricultor? Em termos práticos ele não vai aplicar nunca na lavoura. O pesquisador vai lá defender uma tese, mas para a agricultura, na prática, de pouco vai adiantar. Demora muito até chegar a resposta ao produtor. Vamos dar um exemplo: adubação hidrogenada no arroz. A pesquisa está trabalhando há 10 anos nisto e não disse nada até hoje. As vezes o produtor sabe melhor que o próprio técnico, pela experiência que ele tem na lavoura.

Walter — O agrônomo está sendo muitas vezes, desacreditado pelo agricultor.

Volney — É uma tecnologia dependente. Será que não seria o caso, então, de revisarmos a própria linha de pesquisa? Nós estamos pesquisando hoje a aplicação de adubo mineral e por que então nós não vamos pesquisar, ou dar mais ênfase, a sistema de produção onde entre a rotação de culturas, a adubação verde, a adubação orgânica? Seriam coisas que estariam na nossa mão. Para nós, da pesquisa, o pessoal que faz mais análise econômica, às vezes nos critica: "você está aplicando uma tecnologia que não está beneficiando o produtor. Está beneficiando aquele que vende adubo, que vende trator, que vende inseticida". De uma certa forma nós vemos que é isto, porque o adubo hoje está Cr\$ 17 mil e próximo ano que vem provavelmente vai estar Cr\$ 20 ou Cr\$ 30 mil, não sei quanto. Talvez nós tenhamos que revisar estas coisas, que descer mais.

Nedy — A própria Embrapa, na sua criação, houve muita discussão que se achava que a Embrapa e a Emater deveriam ficar dentro da mesma entidade reunindo o pessoal que trabalha na pesquisa e o pessoal que trabalha na extensão rural, ligado ao produtor. Houve uma briga muito grande, mas na realidade foram criadas duas entidades separadas. A gente sente o esforço que faz agora (a gente tem que reconhecer) o Centro de Passo Fundo, em realizar Dia de Campo, envolver os técnicos da área, de envolver o produtor. Mesmo assim a pesquisa ainda permanece, de um modo geral, muito distanciada da nossa realidade.

O prejuízo aos interesses do próprio País

Edar — Existe uma recomendação da Embrapa para manter este contato. Se não fazem em todos os Centros, isto eu não sei, mas devem fazer. Os nossos técnicos sempre procuram estar em contato com a lavoura, com os agricultores. Mas também não podem fazer isto sempre, pois a função deles é a pesquisa. E alguns não podem sair. Temos uma geneticista lá, uma senhora que passa a maior parte do tempo no microscópio olhando cromossomas. O trabalho que ela faz é um apoio ao trabalho de melhoramento e ela não pode mudar.

João — É importante pesquisar cromossoma. Tudo bem. Mas agora o Volney fez uma afirmação muito boa, de que estas



Lonildo Pötter — produtor em Dom Pedrito

pesquisas nos conduzem invariavelmente à dependência de alguma coisa. Nós vamos precisar dos tratores, dos implementos agrícolas, dos insumos modernos, e que são todos de estrangeiros. Então, nós temos uma tecnologia dependente dos fatores de produção. E isto é a característica básica do modelo agrícola brasileiro.

Edar — Trabalhar só com a terra e o trabalho não dá. Isto era a estrutura do mundo no tempo em que o homem vivia lá nas cavernas. Eu entendo, e concordo com o Volney, que para algumas culturas, soja acho que é o caso, nós estamos substituindo coisas que não precisavam ser substituídas. Agora vamos colocar a situação do trigo. Como é feito trigo no mundo todo? Ele é uma cultura altamente tecnificada, que usa muitos implementos e muitos insumos. Na Europa, onde se alcança altos rendimentos de trigo, o pessoal usa muito mais defensivos do que nós. Tem uma manchinha de ferrugem e lá estão eles aplicando fungicidas. Trigo é uma cultura que para ser produzido aqui no Brasil deve ser numa propriedade média para cima. Para plantar trigo, o sujeito tem que ter uma propriedade mecanizada, uma estrutura maior para produzir. Tem que ter capital, pois trigo é uma cultura que rende pouco por área no Brasil. O sujeito que planta 10 hectares de trigo não adianta nada. Temos que orientar os pequenos produtores para que não plantem.

Cotrijornal — E o pequeno planta o quê, então? Qual é a alternativa que se oferece? E vale a pena o Governo ficar incentivando para plantar trigo, gastando uma fortuna com os financiamentos e depois indenizando as frustrações? Não é muito dinheiro para um País como o nosso?

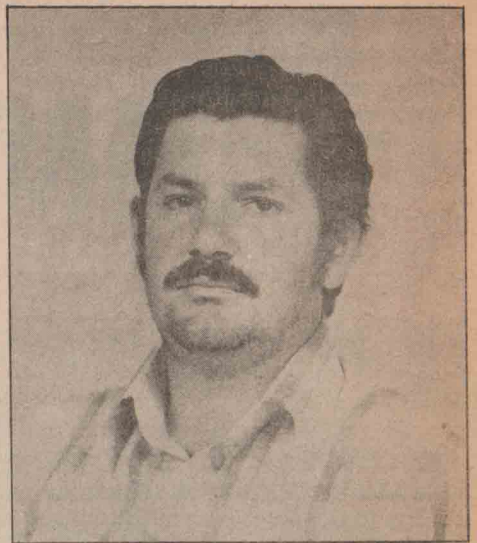
João — Não pode substituir por outro cereal?

Nedy — Os erros da política (e não da pesquisa) do trigo no País são altamente nocivos aos próprios interesses do País. É uma barbaridade manter subsidiada a farinha para ser usada para contrabando, para alimentar porcos, para jogar fora em tudo quanto é mesa. Quem paga este subsídio é o povo. Há muito tempo se sabe e o Governo agora está se dando conta, que é muito importante importarmos menos trigo para que se coma mais pão de milho, de mandioca, de uma série de outras coisas, dando também a oportunidade para que o produtor produza coisas que possam substituir esta farinha. É o povo que está pagando, mas não é todo povo que come esta farinha.

Edar — E a soja? Quem é que capina soja hoje?

Palomar — Eu capino. Lá na região de Santo Augusto, muita gente capina.

Edar — É, mas são poucos. O produtor quer manter a lavoura dele limpa só com herbicida. Por isso eu acho que há em determinadas culturas uma dependên-



Palomar Victor Montagner — produtor em Santo Augusto

cia que nós nos adaptamos. Volta aquela pressão que se falou do vendedor, da propaganda na TV, no rádio, são as placas enormes na beira da estrada. Há poucos anos atrás não se usava herbicida. Se capinava e se tinha as lavouras não sei se mais limpas que as de hoje. A capina se faz com máquina nacional e a única coisa que nós consumimos de importado é o óleo. Mas isto também nós consumimos para aplicar herbicida, que em alguns casos é preciso aplicar duas, três vezes. O custo operacional, em termos de combustível no caso de capina mecânica é o mesmo do herbicida.

João — Mas tem uma diferença: quando aplica herbicida, o produtor repassa o custo da mão-de-obra dele para o herbicida.

Nedy — A pesquisa deve voltar seu trabalho para o sistema de produção e não para uma determinada cultura. Por que precisamos usar herbicida? Fundamentalmente porque não há um esquema de rotação de culturas. Se ele existisse, e fosse possível o produtor usar uma ou duas vezes nesta estrutura, o inço não seria mais problema. Qualquer uma capinadinha e está resolvido. Mas se nós ficarmos em uma ou duas culturas, a tendência do inço é cada vez aumentar mais.

Cotrijornal — As falhas e alguns caminhos já foram apontados. Mas o que se faz agora? Adianta fazer alguma coisa? Não seremos nós, aqui obviamente, quem solucionaremos a questão do modelo agrícola inadequado, do modelo político e econômico que só beneficia uns poucos.

Edar — O negócio é achar a autoridade certa para chegar e mostrar as coisas.

João — Isto aí é uma solução individual, não é coletiva e não leva a nada.

Volney — Teoricamente o sujeito pode participar, mas a nível prático, dentro do sistema, como é que você vai achar o cara? E vai realmente influenciar?

Edar — O que nós não podemos fazer é nos sentar e mandar uma carta para o Ministro ou para o Presidente, dizendo: "olha, eu quero comida, porque eu tenho que ajudar a produzir comida". Ou "eu quero dinheiro, porque eu tenho que ajudar a produzir dinheiro". O Governo não é fábrica de dinheiro.

Volney — Eu acho que os próprios políticos nossos, deveriam estar sensibilizados para estes problemas. Mas eles não tem compromisso nenhum!

Walter — Os que estão nos representando não nos representam na verdade. Só representam um lado. O povo é que não tem participação em nada.

Edar — Se o agricultor se une ele tem força para reivindicar as coisas. Exigir até elas.

Walter — Isto realmente é muito importante. Mas quando nós estamos trabalhando com as bases, discutindo estas coisas todas, somos taxados de agitadores. E o sistema é opressor conosco.

QUANTO DÁ DE DESCONTO?



A cada ano que passa o produtor mais se acostuma com os descontos que incidem normalmente sobre o produto que ele entrega para comercialização na Cooperativa. São os percentuais já fixos de capitalização, Funrural, quebra técnica e ainda o desconto de umidade e impureza. Para cada produto, por suas diferentes características físicas, existe uma tabela correspondente ao desconto de umidade que deverá ser efetuado. Quanto mais úmido for o produto, maior o desconto, pois também será maior a redução no volume que ele apresentará depois de passar nos secadores.

Aqui apresentamos as tabelas que são aplicadas para o recebimento da soja, do milho e do sorgo. Elas permitem que o produtor faça uma comparação entre os números que irão aparecer no seu REP (Recibo de Entrega do Produto) e aqueles que mais tarde estarão constando na Nota Fiscal, que é expedida através do computador. No REP, como se sabe, não aparece o percentual do desconto, mas sim o grau de impureza e umidade. Estes números, mais tarde, são convertidos para o percentual de desconto.

É bom reparar que as tabelas de desconto de umidade são diferentes para cada produto, enquanto que existe apenas uma tabela de desconto de impurezas, que é aplicada de forma idêntica tanto na soja, como no milho como no sorgo.



MILHO SAFRA/80
Tabela para desconto de Umidade

% de Umidade	Desconto	% de Umidade	Desconto
Até 13,0	S/Desconto	28,1 a 28,5	18,8%
13,1 a 13,5	1,7%	28,6 a 29,0	19,3%
13,6 a 14,0	2,3%	29,1 a 29,5	19,9%
14,1 a 14,5	2,8%	29,6 a 30,0	20,5%
14,6 a 15,0	3,4%	30,1 a 30,5	21,0%
15,1 a 15,5	4,0%	30,6 a 31,0	21,6%
15,6 a 16,0	4,5%	31,1 a 31,5	22,2%
16,1 a 16,5	5,1%	31,6 a 32,0	22,7%
16,6 a 17,0	5,7%	32,1 a 32,5	23,3%
17,1 a 17,5	6,3%	32,6 a 33,0	23,9%
17,6 a 18,0	6,8%	33,1 a 33,5	24,4%
18,1 a 18,5	7,4%	33,6 a 34,0	25,0%
18,6 a 19,0	8,0%	34,1 a 34,5	25,6%
19,1 a 19,5	8,5%	34,6 a 35,0	26,1%
19,6 a 20,0	9,1%	35,1 a 35,5	26,7%
20,1 a 20,5	9,7%	35,6 a 36,0	27,3%
20,6 a 21,0	10,2%	36,1 a 36,5	27,8%
21,1 a 21,5	10,8%	36,6 a 37,0	28,4%
21,6 a 22,0	11,4%	37,1 a 37,5	29,0%
22,1 a 22,5	11,9%	37,6 a 38,0	29,5%
22,6 a 23,0	12,5%	38,1 a 38,5	30,1%
23,1 a 23,5	13,1%	38,6 a 39,0	30,7%
23,6 a 24,0	13,6%	39,1 a 39,5	31,3%
24,1 a 24,5	14,2%	39,6 a 40,0	31,8%
24,6 a 25,0	14,8%	40,1 a 40,5	32,4%
25,1 a 25,5	15,3%	40,6 a 41,0	33,0%
25,6 a 26,0	15,9%	41,1 a 41,5	33,5%
26,1 a 26,5	16,5%	41,6 a 42,0	34,1%
26,6 a 27,0	17,0%	42,1 a 42,5	34,7%
27,1 a 27,5	17,6%	42,6 a 43,0	35,2%
27,6 a 28,0	18,2%		

SOJA SAFRA/80
Tabela para desconto de Umidade

% de Umidade	Desconto	% de Umidade	Desconto
Até 14,5	S/Desconto	28,1 a 28,5	17,8%
14,1 a 14,5	1,7%	28,6 a 29,0	18,4%
14,6 a 15,0	2,3%	29,1 a 29,5	19,0%
15,1 a 15,5	2,9%	29,6 a 30,0	19,5%
15,6 a 16,0	3,4%	30,1 a 30,5	20,1%
16,1 a 16,5	4,0%	30,6 a 31,0	20,7%
16,6 a 17,0	4,6%	31,1 a 31,5	21,3%
17,1 a 17,5	5,2%	31,6 a 32,0	21,8%
17,6 a 18,0	5,7%	32,1 a 32,5	22,4%
18,1 a 18,5	6,3%	32,6 a 33,0	23,0%
18,6 a 19,0	6,9%	33,1 a 33,5	23,6%
19,1 a 19,5	7,5%	33,6 a 34,0	24,1%
19,6 a 20,0	8,0%	34,1 a 34,5	24,7%
20,1 a 20,5	8,6%	34,6 a 35,0	25,3%
20,6 a 21,0	9,2%	35,1 a 35,5	25,9%
21,1 a 21,5	9,8%	35,6 a 36,0	26,4%
21,6 a 22,0	10,3%	36,1 a 36,5	27,0%
22,1 a 22,5	10,9%	36,6 a 37,0	27,6%
22,6 a 23,0	11,5%	37,1 a 37,5	28,2%
23,1 a 23,5	12,1%	37,6 a 38,0	28,7%
23,6 a 24,0	12,6%	38,1 a 38,5	29,3%
24,1 a 24,5	13,2%	38,6 a 39,0	29,9%
24,6 a 25,0	13,8%	39,1 a 39,5	30,5%
25,1 a 25,5	14,4%	39,6 a 40,0	31,0%
25,6 a 26,0	14,9%	40,1 a 40,5	31,6%
26,1 a 26,5	15,5%	40,6 a 41,0	32,2%
26,6 a 27,0	16,1%	41,1 a 41,5	32,8%
27,1 a 27,5	16,7%	41,6 a 42,0	33,3%
27,6 a 28,0	17,2%	42,1 a 42,5	33,9%
		42,6 a 43,0	34,5%

TABELA PARA DESCONTOS DE IMPUREZA
PARA TODOS OS CEREAIS

GRAMAS	DESC. %	GRAMAS	DESC. %	GRAMAS	DESC. %	GRAMAS	DESC. %
5	—	54	9,8	103	19,6	152	29,4
6	0,2	55	10,0	104	19,8	153	29,6
7	0,4	56	10,2	105	20,0	154	29,8
8	0,6	57	10,4	106	20,2	155	30,0
9	0,8	58	10,6	107	20,4	156	30,2
10	1,0	59	10,8	108	20,6	157	30,4
11	1,2	60	11,0	109	20,8	158	30,6
12	1,4	61	11,2	110	21,0	159	30,8
13	1,6	62	11,4	111	21,2	160	31,0
14	1,8	63	11,6	112	21,4	161	31,2
15	2,0	64	11,8	113	21,6	162	31,4
16	2,2	65	12,0	114	21,8	163	31,6
17	2,4	66	12,2	115	22,0	164	31,8
18	2,6	67	12,4	116	22,2	165	32,0
19	2,8	68	12,6	117	22,4	166	32,2
20	3,0	69	12,8	118	22,6	167	32,4
21	3,2	70	13,0	119	22,8	168	32,6
22	3,4	71	13,2	120	23,0	169	32,8
23	3,6	72	13,4	121	23,2	170	33,0
24	3,8	73	13,6	122	23,4	171	33,2
25	4,0	74	13,8	123	23,6	172	33,4
26	4,2	75	14,0	124	23,8	173	33,6
27	4,4	76	14,2	125	24,0	174	33,8
28	4,6	77	14,4	126	24,2	175	34,0
29	4,8	78	14,6	127	24,4	176	34,2
30	5,0	79	14,8	128	24,6	177	34,4
31	5,2	80	15,0	129	24,8	178	34,6
32	5,4	81	15,2	130	25,0	179	34,8
33	5,6	82	15,4	131	25,2	180	35,0
34	5,8	83	15,6	132	25,4	181	35,2
35	6,0	84	15,8	133	25,6	182	35,4
36	6,2	85	16,0	134	25,8	183	35,6
37	6,4	86	16,2	135	26,0	184	35,8
38	6,6	87	16,4	136	26,2	185	36,0
39	6,8	88	16,6	137	26,4	186	36,2
40	7,0	89	16,8	138	26,6	187	36,4
41	7,2	90	17,0	139	26,8	188	36,6
42	7,4	91	17,2	140	27,0	189	36,8
43	7,6	92	17,4	141	27,2	190	37,0
44	7,8	93	17,6	142	27,4	191	37,2
45	8,0	94	17,8	143	27,6	192	37,4
46	8,2	95	18,0	144	27,8	193	37,6
47	8,4	96	18,2	145	28,0	194	37,8
48	8,6	97	18,4	146	28,2	195	38,0
49	8,8	98	18,6	147	28,4	196	38,2
50	9,0	99	18,8	148	28,6	197	38,4
51	9,2	100	19,0	149	28,8	198	38,6
52	9,4	101	19,2	150	29,0	199	38,8
53	9,6	102	19,4	151	29,2	200	39,0

SORGO SAFRA/80
Tabela para desconto de Umidade

% de Umidade	Desconto	% de Umidade	Desconto
Até 12,0	S/Desconto	27,1 a 27,5	17,6%
12,1 a 12,5	0,6%	27,6 a 28,0	18,2%
12,6 a 13,0	1,1%	28,1 a 28,5	18,8%
13,1 a 13,5	1,7%	28,6 a 29,0	19,3%
13,6 a 14,0	2,3%	29,1 a 29,5	19,9%
14,1 a 14,5	2,8%	29,6 a 30,0	20,5%
14,6 a 15,0	3,4%	30,1 a 30,5	21,0%
15,1 a 15,5	4,0%	30,6 a 31,0	21,6%
15,6 a 16,0	4,5%	31,1 a 31,5	22,2%
16,0 a 16,5	5,1%	31,6 a 32,0	22,7%
16,6 a 17,0	5,7%	32,1 a 32,5	23,3%
17,1 a 17,5	6,3%	32,6 a 33,0	23,9%
17,6 a 18,0	6,8%	33,1 a 33,5	24,4%
18,1 a 18,5	7,4%	33,6 a 34,0	25,0%
18,6 a 19,0	8,0%	34,1 a 34,5	25,6%
19,1 a 19,5	8,5%	34,6 a 35,0	26,1%
19,6 a 20,0	9,1%	35,1 a 35,5	26,7%
20,1 a 20,5	9,7%	35,6 a 36,0	27,3%
20,6 a 21,0	10,2%	36,1 a 36,5	27,8%
21,1 a 21,5	10,8%	36,6 a 37,0	28,4%
21,6 a 22,0	11,4%	37,1 a 37,5	29,0%
22,1 a 22,5	11,9%	37,6 a 38,0	29,5%
22,6 a 23,0	12,5%	38,1 a 38,5	30,1%
23,1 a 23,5	13,1%	38,6 a 39,0	30,7%
23,6 a 24,0	13,6%	39,1 a 39,5	31,3%
24,1 a 24,5	14,2%	39,6 a 40,0	31,8%
24,6 a 25,0	14,8%	40,1 a 40,5	32,4%
25,1 a 25,5	15,3%	40,6 a 41,0	33,0%
25,6 a 26,0	15,9%	41,1 a 41,5	33,5%
26,1 a 26,5	16,5%	41,6 a 42,0	34,1%
26,6 a 27,0	17,0%	42,1 a 42,5	34,7%
		42,6 a 43,0	35,2%

Entrega perto de casa

A partir desta safra não será preciso gastar fortunas em frete para entregar o produto nos armazéns da Cotrijuí se existe um armazém de outra Cooperativa próximo de sua lavoura. É que a Cotrijuí e mais 11 Cooperativas gaúchas decidiram padronizar seus sistemas de recebimento e prestação de serviços para que seus associados pudessem economizar dinheiro e tempo perdido nas inúmeras viagens entre a lavoura e o armazém de sua Cooperativa. Já no ano passado a Cotrijuí e a Cotripal, de Panambi, adotaram este sistema, que mostrou ser perfeitamente válido para ser colocado em prática.

As entregas de produto dos associados da Cotrijuí poderão ser efetuadas nas instalações da Cotripal, de Panambi; Cotricruz, de Cruz Alta; Coopera, de Carazinho; Camil, de Itaqui; Coopatrigo, de São Luiz Gonzaga; Cotrisa, de Santo Angelo; Coopasso, de Passo Fundo; Mista

São Luiz, de Santa Rosa; Cotap, de Giruá; Cotrimaio, de Três de Maio e Agropan, de Tupanciretã.

Com a padronização do sistema de recebimento, as tabelas de desconto de umidade e impurezas foram também unificadas entre as Cooperativas, evitando assim o trabalho adicional de conversão de descontos. Apenas o que não é unificado é o sistema de descontos de capitalização, pois cada Cooperativa instituiu percentuais diferenciados para este item.

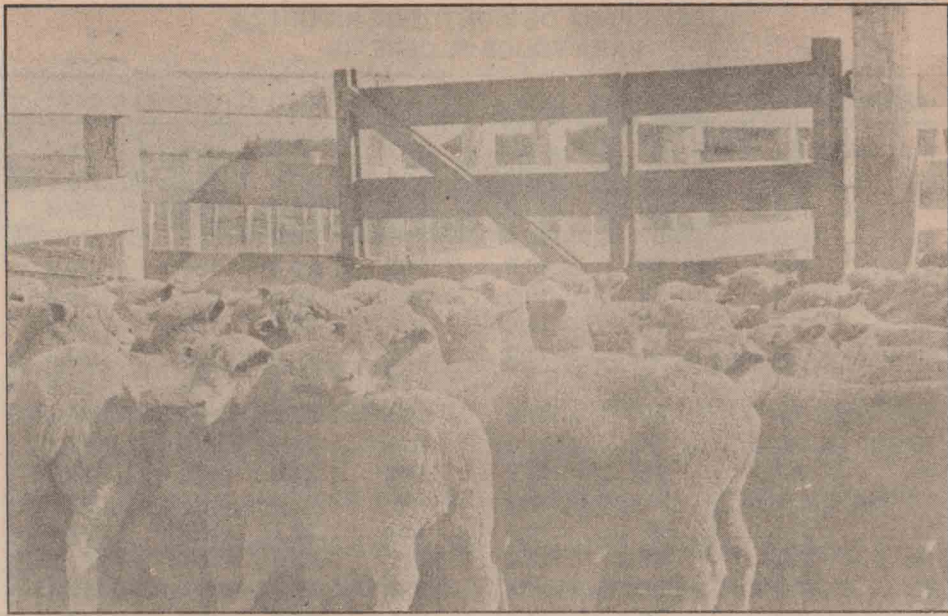
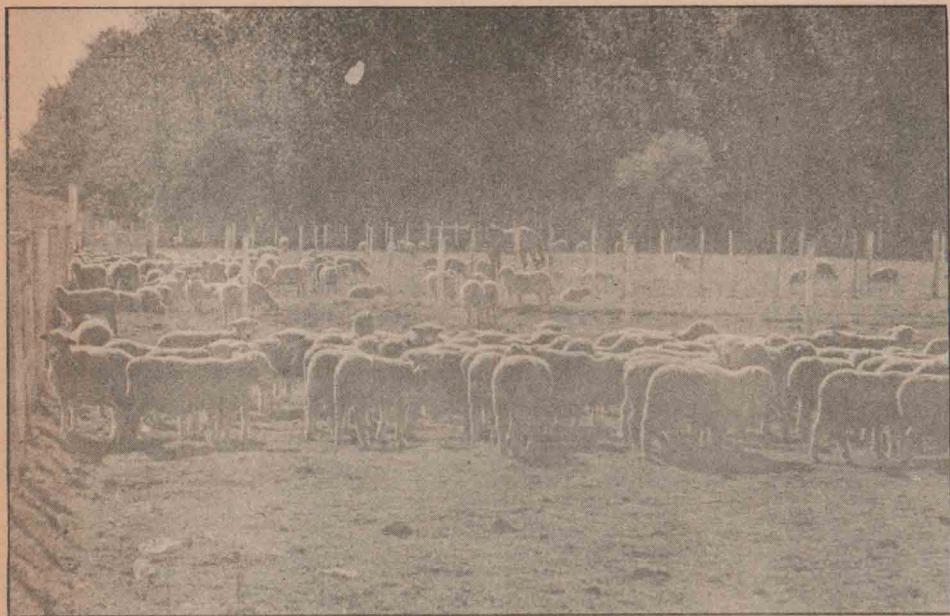
A Nota Fiscal do Produtor deverá ser tirada tendo como destinatário de mercadoria a própria Cotrijuí, mas fazendo constar mais abaixo, que o produto está sendo entregue em tal cooperativa, que fica em tal endereço. Existindo ainda alguma dúvida, o Cotrijornal publicou em sua edição de janeiro um modelo de nota. Qualquer informação a mais pode também ser obtida junto às Unidades da Cotrijuí.

Óleo Mucama, o gostinho bom de todos os pratos.



COTRIJUI

cooperativa regional tritícola serrana ltda.



UMA ÉPOCA MELHOR PARA NASCER

Desde 1955 está sendo provado que o que mata cordeiro no Rio Grande do Sul são as chuvaradas. Geralmente as ovelhas encarnam no verão e como o período de gestação é de cerca de 150 dias, o nascimento dos cordeiros ocorre nos meses de junho, julho e agosto, justamente a época das maiores chuvas e dos frios mais intensos.

Num trabalho publicado por Raul Walter Ponzoni Rey, "Bases para um manejo do rebanho ovino de cria", está dito que "a época de encarneamento é uma das práticas de manejo que pode alterar, significativamente, o percentual de cordeiros sinalados. A grande maioria das experiências efetuadas neste aspecto indicam que do ponto de vista reprodutivo, o outono é a estação mais favorável para o ovino".



Eloy: a mortandade é mínima

Para o Paulo Arinos Pedroso, agrônomo da unidade da Cotrijuí em Dom Pedrito, "o cordeiro deve nascer antes ou depois das chuvas de inverno". E ele acrescenta:

— Na minha opinião, o melhor mês para nascer o cordeiro é o mês de outubro.

Muitos produtores também já se convenceram que realmente é importante planejar o encarneamento para que o nascimento dos cordeiros aconteça em condições climáticas favoráveis. Atualmente, no Rio Grande do Sul a porcentagem de cordeiros que morrem ao nascer é de 25 a 35 por cento. E até a época de assinalação morrem de 48 a 50 por cento.

O REBANHO DIMINUIU

Sabendo isso é fácil entender que o rebanho ovino no Rio Grande do Sul não tem aumentado. Pelo contrário: em 1968 o total de ovinos no Estado era de 12,5 milhões de cabeças e em 1975 este número já baixava para 11.908 mil. No município de Dom Pedrito, no ano de 1973, existiam 573.262 ovelhas e em 1979 o rebanho era calculado em 531.849. Portanto, os números diminuíram. E por que está acontecendo isso?

Diz o Pedroso que outras culturas surgiram como uma opção mais rendosa, como foi o caso do arroz e mesmo da soja. Mas, talvez, como ele explica, o fator mais importante foi o preço baixo da lã:

— Agora, como o preço vem

melhorando, a tendência é aumentar o rebanho. Aliás, isso é necessário, porque o consumo da lã natural no Brasil e no mundo está aumentando e a produção continua na mesma, ou até diminuindo.

De acordo com um trabalho apresentado por Luiz O. de Boer, na 1ª Jornada Técnica de Produção Ovina no Rio Grande do Sul, realizado em julho de 1979, se continuarem as atuais tendências de consumo e produção, "em 1983 estaremos importando 5 mil toneladas de lã e em 1985 vamos importar 23 mil toneladas", que é quase o total da produção gaúcha.

Então, um dos objetivos do Programa de Encarneamento é garantir também um aumento na produção de lã.

MAIOR PROCURA DE CARNE OVINA

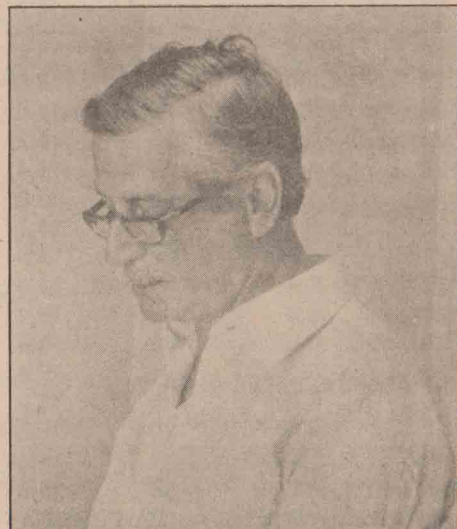
Pedroso defende o encarneamento a partir de abril ou maio e justifica explicando que neste período o estado sanitário da ovelha é melhor. Com isso ela ganha mais peso, o que na época de encarnar dá maior fertilidade à ovelha, sendo bem mais comum, por exemplo, o nascimento de gêmeos.

Na Austrália não é raro encontrar produtores com uma média de 150 por cento de crescimento do rebanho.

Existe ainda um outro fator que está motivando os criadores de ovelhas a aumentarem os seus rebanhos: é a maior procura de carne ovina. Neste ano, a COBAL (Companhia Brasileira de Alimentação) está tentando comprar 1.400 toneladas de carne de cordeiro e borrego no Estado do Rio Grande do Sul. São mais ou menos uns 150 mil animais.

O seu José Horácio Borges da Silva, que mora em Livramento e tem mais ou menos umas 30 mil ovelhas, já está encarneando mais tarde, por ver vantagens:

— Eu era um que tirava cordeiros em junho e julho e hoje estou tirando em setembro. Tenho a impressão que se pode encarnar tarde. O resultado é bom.



José Horácio: o resultado é bom.

Há 4 anos que Eloy Milton Frantz vem encarneando "prá nascer na primavera. A mortandade dos cordeiros é mínima e o desenvolvimento do cordeiro nascido depois do dia 15 de agosto é impressionante. Em janeiro ele já está equiparado ao cordeiro de julho".

Seu Eloy cria ovelhas há uns 10 anos, mas não tem aumentado seu rebanho, em função de outras atividades, que são mais importantes na propriedade, como o arroz. Das 600 ovelhas, 300 são animais de cria e "este ano vou separar apenas um lote prá encarnar".

PREDOMINA A CORRIEDALE

Em Dom Pedrito, as raças mais difundidas são Corriedale, que predomina, e Romney Marsch. A primeira é originária da Austrália e a segunda é de origem britânica.

Dizem alguns entendidos que determinadas raças têm estação de cria mais prolongada que outras. As raças de origem britânica, como Romney Marsch e Lincoln teriam estação de cria mais curta, de 4 a 5 meses. Já a Merino teria um período mais longo, de até 9 meses. A Ideal, Merilin e Corriedale estariam localizadas em posição intermediária.

O Pedroso observa que para esta região, tais dados não são significativos, pois as raças estão bastante definidas e bem aclimatadas, "de maneira que isso não vai influenciar na alteração de época de encarneamento".

A TOSA DE OUTONO

Quando se começou, no ano passado, a desenvolver o Programa do Borregão em Dom Pedrito, muitos produtores talvez não acreditaram no seu sucesso. Esquilar o borrego no outono encontrou certa resistência, pois é uma tradição entre os criadores acreditar que a tosa de outono deixa o animal desprotegido para aguentar o inverno.

Mas os que acreditaram e participaram desta primeira etapa do programa, ficaram satisfeitos. O seu Oscar Vicente da Silva foi um criador que entrou acreditando e hoje está disposto a fazer esta tosa de outono no rebanho todo, o que seria a segunda etapa do programa.

"Atendendo os conselhos do Pedroso, vou trocar a esquila porque traz muitas vantagens", diz o seu Oscar, "estou muito entusiasmado e já vou emparelhar".

Paulo Arinos Pedroso, agrônomo responsável pelo setor de ovinocultura na Cotrijuí em Dom Pedrito, acredita que realmente é vantajoso estender a tosa de outono a todo o rebanho:

— Comecei a indicar esta tosa de entressafra aos criadores, visando unicamente o abate do borregão. Como o borregão andou muito bem, nós vamos passar para a tosa de outono todo o rebanho.

E Pedroso aponta como uma das vantagens principais o fato de não necessitar fazer o "descole" não necessita fazer o "descole", e a diminuição da mortalidade de cordeiros.

— Por princípio acho que não

A ovelha
esquilada
no outono
produz
mais lã



Normalmente os criadores fazem a esquila nos meses de outubro, novembro e dezembro. O programa defendido por Pedroso prevê esta esquila em março, abril e maio. Alguns trabalhos já realizados com criadores têm demonstrado que a produção de lã aumenta. Numa pesquisa recente feita pela Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) ficou provado que a ovelha tosada no outono dá mais lã amarela, mas não dá capacho (lã de qualidade inferior, feltrada).

Apesar dessas experiências, alguns produtores tem reservas, como o seu José Horácio Borges da Cunha:

faço a tosa de outono. Talvez estudando mais o assunto eu faça um teste com lotes menores. Daí quem sabe eu volte a repensar sobre isso.

Para seu José Horácio, o que parece mais difícil é o problema de verão:

— Deixar a ovelha passar todo o verão com a lã, sem fazer a tosa, pode acamar.

Pedroso explica, como exemplo, que a lã na raça Corriedale tem um comprimento de mais ou menos 12 centímetros, durante os 12 meses normais. Passando deste período e crescendo mais, por exemplo, até 15 centímetros,

a ovelha pode deitar e não levantar mais, pois pelo comprimento da lã ela não consegue colocar a pata no chão. Mas ele acrescenta:

— Não há necessidade de deixar chegar até este ponto. No primeiro ano, quando se for passar da tosa da primavera para a tosa do outono, é preciso fazer uma retosa no outono, para emparelhar.

No caso do seu Oscar, com excessão dos borregões, o resto do rebanho foi tosado em outubro. Agora ele tosa novamente em abril e no próximo ano, em 1981, o seu rebanho será todo tosado em abril. Já estará emparelhado.

O fim da safra

Já foi dito numa edição anterior que a produção de lã em Dom Pedrito estava prá lá de boa. Os produtores estavam mais do que satisfeitos, pois além da quantidade superar as expectativas, a qualidade da lã também surpreendeu.

O preço que o produto está tendo é um outro fator a incentivar os ovinocultores do Rio Grande do Sul. Também a escassez de fibras artificiais e a valorização cada vez maior dos produtos naturais, estão fazendo da lã de ovelha novamente um importante produto na economia gaúcha.

Trabalhar a lã exige uma mão-de-obra muito especializada, começando pela esquila até a classificação. A classificação então, é um trabalho vagaroso. Mas o cuidado compensa porque o preço varia bastante em função da qualidade.

Os produtores entregam

a lã enfiada em sacaria especial. São sacos que podem conter uma média de 150 quilos de lã. Os volumes são pesados e o computador já está programado para descontar dois quilos por volume, que correspondem ao peso da sacaria.

O Paulo Arinos Pedroso, responsável pelo setor de lã da Cotrijuí em Dom Pedrito, observa que os associados que não são de regiões tradicionalmente produtoras de lã (por exemplo, Ijuí, Augusto Pestana) estão entregando o produto em bolsas comuns. E o Pedroso explica a desvantagem que estão tendo estes produtores:

— Quando entregue em sacaria especial, para cada 150 quilos, mais ou menos, são descontados apenas dois quilos. Se esta mesma quantia for entregue em 20 volumes, serão 40 quilos descontados. Acho que o pessoal não está se dando

conta disso.

O Pedroso ainda adianta que as diversas Unidades da Cotrijuí, onde alguns associados estão entregando lã, provavelmente contam com esta sacaria.

"Além do prejuízo do produtor, prá nós é muito trabalhoso quando nos entregam o produto em volumes pequenos" — diz ainda o Paulo Arinos Pedroso.

O recebimento de lã está praticamente em seu final. Até o dia 27 de fevereiro a unidade de Dom Pedrito havia recebido um total de 1.160.077 quilos de lã. A maior produção é sem dúvida de Dom Pedrito que atingiu até aquela data. 1.148.806 quilos, de acordo com o quadro abaixo:

Velo	942.357 quilos
Borrego	80.996 quilos
Garra	109.932 quilos
Descole	15.521 quilos

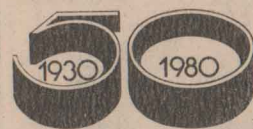
A aplicação de defensivos exige técnica e cuidados especiais. Observe as recomendações dos agrônomos e técnicos agrícolas antes de cada aplicação.

21.5544

ADUBOS  TREVO

Este é o novo telefone-chave de nosso escritório central na Av. Júlio de Castilhos, 435, em Porto Alegre.

Sempre que você tiver algum assunto para tratar com a nossa Matriz, use este número.



ADUBOS  TREVO
Industrias Luchsinger Madörin S.A.



Foto de Jorge Heck

MESMO COM INCENTIVO, VALE A PENA ARRISCAR?

"A terra está meio de valde. O milho já foi colhido. O que vou fazer agora? Esperar até maio prá plantar o trigo, ou até agosto prá plantar o milho? E enquanto isto, os filhos vão ficar ali parados, olhando aquela terra em vão?"

É assim que a dona Romilda Diekel Sturm, do Lajeado Fortuna, em Tenente Portela, explica porque resolveu plantar feijão agora, mesmo um tanto fora de época, aproveitando todo o incentivo que o Governo anunciou para esta cultura.

E não é só a dona Romilda, não. Muito agricultor lá de Portela, Miraguaí, um trecho de Santo Augusto, e ainda de Frederico Westphalen, vai aproveitar os financiamentos, nunca tão fáceis e tão rápidos como agora, para a safrinha deste ano. Mas só fica por aí mesmo, porque não tem outra região do Estado e mesmo no País, onde é possível querer plantar ainda agora só prá dizer que plantou. O risco de perder tudo é enorme e a verba do financiamento que resta como tratos culturais não chega nem pa-

ra remunerar o trabalho de quem plantou e espera colher.

AS RAZÕES DO GOVERNO

Mas por que será que o Governo, de uma hora para a outra, resolveu dar dinheiro pró feijão? Isto nunca se viu. Primeiro começou elevando o preço mínimo de Cr\$. 680,00 para Cr\$ 900,00 o saco. Depois anunciou toda uma série de medidas para conseguir que o produtor se atirasse mesmo na lavoura. Só para ver. Está financiando até semente própria — uma reivindicação dos produtores por muito tempo nem levada em consideração — sem exigir que o pessoal aplique ao menos adubo na terra. Isso sem contar que deu garantias de que cobrirá qualquer prejuízo ou quebra na produção que possa acontecer. E pasmem: foi simples, simples, a liberação do crédito para quem se dispusesse a plantar feijão. E ainda por cima revogou uma decisão anterior, divulgada no "pacote" de dezembro, onde as taxas de juro eram praticamente duplicadas. Para o feijão não: o juro máxi-

mo continua sendo de 15 por cento.

As explicações que Delfim Netto, ministro-chefe do Planejamento, e Amaury Stabile, ministro da Agricultura, apresentam, talvez sirvam para algumas pessoas. Eles contaram lá numa reunião em Brasília, com os banqueiros — para quem pediram toda boa vontade na liberação de financiamentos para o plantio de feijão — que era importantíssimo para o Brasil aumentar sua produção este ano. Começa que a safra não deu lá estas coisas (como se fosse novidade). Mas as razões de querer incentivar o feijão são, segundo os ministros, as seguintes:

— O feijão foi responsável por uma alta de 1,8 por cento no índice de preços por atacado em janeiro, quando a inflação atingiu 6 por cento.

— A frustração da safra das águas chegou a 30 por cento, provocando, segundo estimativas oficiais, uma perda de 200 mil toneladas de produto.

— A área de plantio de feijão deve duplicar, passando dos 250 mil a 300 mil hectares para 500 mil ou 600 mil na próxima safra.

Assim, então, dê-lhe dinheiro para o feijão.

VEIO TARDE

Só que o dinheiro chegou tarde. No Paraná, que é o maior produtor brasileiro de feijão, tanto os técnicos da Secretaria da Agricultura, como agrônomos de Cooperativas, criticaram bastante esta medida. Começa que a época ideal para o plantio vai no máximo até 15 de fevereiro. Pelo Rio Grande do Sul a época coincide, mas os técnicos, em algumas regiões — como o caso de Portela — admitem que até o dia 20 ainda dá para arriscar (e quando, afinal, não se arrisca plantando feijão?)

Isso sem contar um dado que o próprio secretário da Agricultura do Paraná, Reinhold Stephanes, tirou de um estudo

chamado "Situação e Perspectivas da Cultura do Feijão no Brasil". De acordo com este estudo os brasileiros vão consumir durante este ano 690 mil toneladas de feijão. Só que somando os estoques disponíveis no País e a safra já colhida, o que daria entre 358 mil e 408 mil toneladas, será preciso que a safra de feijão das secas chegue a pelo menos 330 mil toneladas. Nada mais, nada menos, que um aumento de 43 por cento sobre a média alcançada nos últimos anos. E quem vai plantar feijão? No Paraná, praticamente ninguém. Aqui no Rio Grande do Sul só os produtores ali por volta de Tenente Portela e Sobradinho.

Pois a dona Romilda, mesmo apavada com o preço da semente, (Cr\$ 40,00 o quilo ou Cr\$ 2 mil o saco) e do adubo, que disparou, ainda pensa que dá para arriscar:

— Se ninguém mais planta, como é que fica? Nos primeiros tempos a gente plantava bastante feijão. Agora não dá mais que morre tudo. Quando se plantava e colhia bem, o feijão não valia. Quantas vezes se trazia para o comércio e levava de volta porque ninguém queria comprar? Este que é o problema.

É, estas coisas de vender o feijão é que é brabo. Dá uma trabalhadeira danada — porque tanto o plantio como a colheita são exclusivamente manuais — para depois se entregar por uns poucos trocos. Com a escassez até que em alguns casos dá para ganhar um pouco mais que seja. Mesmo assim tem gente que anda desconfiada do negócio. Pois vejam que o Governo tabelou o feijão ao consumidor. Ninguém pode cobrar mais do que Cr\$ 23,60 o quilo. Com esta história o preço pago ao produtor, mesmo sendo superior ao mínimo, também fica achatado. Isto na hora de vender a safra, pois mais tarde, quando o produto não estiver mais na mão do produtor deve cair o tabelamento, com a liberação dos preços



Romilda: a terra está de valde



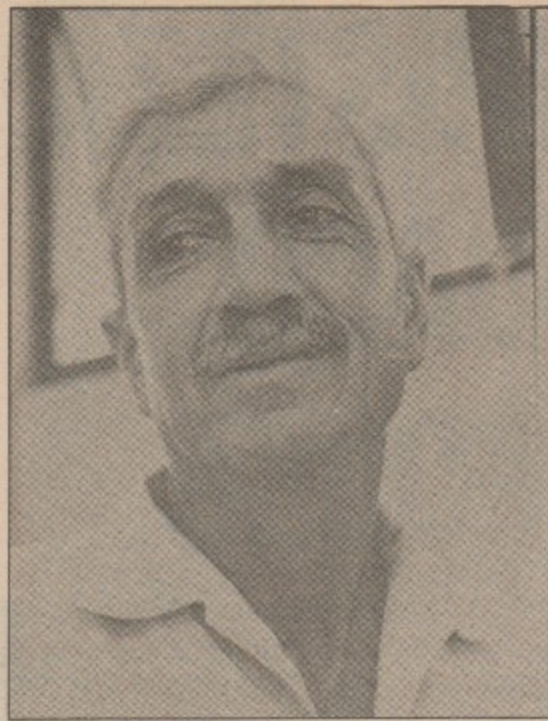
Evaldo: aumentando a área



Oscar: de pouco ajuda



Ausilia: é comum nem tirar semente



Arlindo: é tarde para arriscar

já prevista para o mês de abril. O povo até entende que se a safra é boa, o preço mais baixo até pode compensar, porque se tem bastante produto para vender. Só que quando a safra nega, nem sempre o preço acompanha. E quando acompanha, como agora, o Governo tabelou o produto, prejudicando o agricultor.

AUMENTO DA ÁREA

O brabo é que o feijão não tem dado mesmo. Dona Ausilia Morche, do Saltinho da Guarita, também em Portela, tem andado meio desacomodada com o feijão. Na safra ela plantou 3,7 quilos de sementes, para tirar só 15 quilos. E isto que não foi dos piores resultados, pois é muito comum não tirar nem a semente. Em todo caso, ela também vai aproveitar o financiamento para plantar uma bolsa, pois afinal das contas ela tem um trecho de terra vazio:

— A soja não nasce direito e vou plantar o feijão num trecho dobrado, que é terra boa, de pedregulho.

Já com o seu Evaldo Wunibaldo de Borba, da Linha São João, em Palmitinho, as medidas do Governo só irão influenciar num aumento da área que ele pretendia plantar. Na verdade, desde o início de janeiro já está lançando umas sementes na terra e de nada custava aproveitar o dinheiro do crédito e a garantia do Proagro. Mas vai plantar pouco também, coisa de um sa-co:

— Comecei em janeiro, por conta própria, e me fui indo aos poucos. O primeiro feijão plantado foi um desastre. Não vai dar nada que o caruncho comeu. Agora, do dia 1º de fevereiro em diante o que plantei está bonito, saozinho mesmo.

Agora ele se explica bem:

— Sempre plantei feijão por conta, com semente minha mesmo. Nunca fiz financiada uma lavoura. Só resolvi de aproveitar o crédito que a semente minha era ruim demais. Os vizinhos também não tinham prá ceder e da onde tirar dinheiro prá comprar semente? Se não tinha este incentivo eu plantava só um pouco mesmo, aquilo que já estava lá semeado.

POUCO AJUDA

Mas nem todos, na verdade, vão se aproveitar do crédito. "Pegar este dinheiro de pouco ajuda", diz seu Oscar Stein, do Alto Grohs, "pois o feijão não tem dado e o pouco que se colhe não se consegue vender bem". Oscar plantou por conta, "que para mim é melhor. Pena que nem todos mais podem fazer isto, porque tudo é muito caro e o dinheiro vale pouco. Quem pega este financiamento, quando vê já gastou tudo". Ele plantou pouquinho mesmo,

4 quilos nesta safrinha, tentando defender pelo menos o alimento prá família durante o ano.

Quem também não gostou muito desta história foi seu Arlindo Lucas, de Derrubadas, que nem de longe pensou em plantar feijão só porque estão dando dinheiro fácil e rápido:

— Não compensa. Na nossa região o clima está muito variado. Assim o feijão "arrepóia" e não dá. Agora, então, é muito tarde para se arriscar. E tem mais: assim o agricultor vai indo, vai indo, e fazendo sempre mais dívida, que diz que o Proagro cobre todos prejuízos mas sempre se perde alguma coisa.

Seu Arlindo ainda se preocupa com outra questão:

— Sei de muita gente que vai plantar só um pedacinho de terra e tirar financiamento. Plantando um pouquinho de feijão que seja já enche a terra. E aí é que não compensa. Acho que muitos vão pegar o financiamento e não vão plantar tudo. Depois, se aparece o fiscal do Banco prá ver a lavoura e enxerga só um pedacinho plantado, como é que fica?

SEM PLANEJAMENTO

O caso é que mesmo alguns gostando da medida e outros achando que de pouca valia ela pode ser, a verdade é que a área de plantio do feijão, pelo menos em Tenente Portela, deverá emparelhar com a da safra, que ficou nos seus 500 hectares. E na safrinha isto nunca aconteceu. Quando muito, os produtores preparavam a metade da área ocupada na safra.

Mas a preocupação dos técnicos já é outra, como contam os agrônomos e técnicos da Cooperativa na unidade de Tenente Portela:

— Se este incentivo tivesse vindo mais cedo, se poderia planejar melhor e semear na época mais adequada. Estamos enfrentando um sério problema de falta de sementes, pois ninguém se prevenira na região para este aumento na área de plantio provocado pelo incentivo à cultura. O produtor não tem semente guardada, porque na safra os resultados não foram muito animadores, e a própria Cooperativa teve dificuldades em encontrar semente no mercado, a preços que não fossem proibitivos.

O feijão é uma cultura muito perseguida pelos insetos. Neste ano, por exemplo, quase todas as lavouras do cedo foram perdidas por causa das chuvaradas e ataque de um inseto verde e amarelo conhecido, por causa de sua cor, como "patriota". O agricultor que não cuidar muito bem de sua lavoura, contam os técnicos, porque está

atendendo outras lavouras de maior expressão, está sujeito a perder seu feijão. E quem quiser defendê-lo dos insetos, precisará ter plantado na época recomendada e ainda fazer um número grande de aplicações de defensivos.

Para melhor poder avaliar o comportamento do feijão-preto na região — antes mesmo de todo este incentivo — os técnicos da Unidade de Tenente Portela fizeram um experimento testando 20 cultivares de feijão. E, realmente, o ataque do "patriota" foi grande. "Só com 5 aplicações de defensivos", contam os técnicos, "conseguimos defender o feijão dos insetos".

Houve, ainda por cima, um ataque de doenças, principalmente antracnose e bacteriose. Ele aconteceu logo após o florescimento, quando os legumes estavam se desenvolvendo e ocorreram os ventos frios e baixas temperaturas. A produção foi muito reduzida, principalmente em algumas variedades, como o "Cubano", que praticamente não produziu.

Neste experimento, destacaram-se entre as outras variedades, a "Rio Tibagi" e "Turrialba 4". Mesmo com os frios de outubro e novembro a "Rio Tibagi" aguentou firme e por esta razão foi recomendada pelos técnicos para a safrinha, esperando assim uma melhor resposta em termos de rendimento da cultura.

E AS OUTRAS?

Realmente não é de questionar em si este programa de incentivo à cultura do feijão. O que se reclama é que ele veio tarde. E tarde não só em relação à época de plantio. Ele veio tarde no tempo, pois muitos agricultores desistiram do feijão exatamente pela falta de estímulo a esta cultura de tão alto risco. E antes, quando se produzia melhor não havia sequer garantia de preço. Parece até mesmo castigo. Quando a produção brasileira se mantinha a níveis mais satisfatórios, o País importava feijão do exterior, para assim poder regular o preço no mercado interno. O incentivo, neste caso, ia todo para fora, para os produtores de outros países.

Dá para se perguntar ainda por que estas facilidades de crédito, este incentivo, inesperado até, à cultura do feijão não são prolongados também para as outras culturas de subsistência? O Governo, com este "pacote do feijão" mostrou que quando quer, tudo fica fácil: dinheiro, garantias, etc. Seria o caso, então, de aproveitar a lição do feijão para não deixar que os outros produtos que fazem falta na mesa do brasileiro ganhem também um programa de incentivo na última hora, quando pouco, na verdade, ainda se pode fazer.

As facilidades

A campanha pelo feijão oferece quatro facilidades para quem se dispuser a tentar seu cultivo:

1 — o agricultor não é obrigado a plantar semente certificada nem a usar fertilizante para ter direito à cobertura do Proagro, que atinge a 100 por cento da eventual frustração da safra;

2 — as taxas de juro que incidem sobre o financiamento de custeio continuam sendo as existentes até sete de dezembro, quando foram elevadas de 13 e 15 por cento para 24 e 33 por cento (para pequeno e grande ou médio produtor, respectivamente).

3 — o plantio do feijão consorciado com "lavouras brancas" (arroz, milho, trigo) receberá um VBC (Valor Básico de Custeio) no valor de Cr\$ 5.829,00 para uma produtividade equivalente a 800 quilos por hectare. Assim, além do VBC para a lavoura principal, existirá um outro para o feijão. No caso de café e cana-de-açúcar, foi criada a obrigatoriedade de plantar 5 por cento da área com feijão, para que as culturas principais possam obter financiamentos a juros subsidiados, com as taxas também anteriores ao pacote de sete de dezembro.

4 — o Banco do Brasil libera 80 por cento do valor do VBC como parcela inicial (antes era 60 por cento), sem a menor burocracia, pois despacha o contrato no mesmo dia em que ele é apresentado na agência. Os 20 por cento restantes serão liberados na época da colheita.

A medida mais criticada deste pacote do feijão — além, é claro, da época tardia em que foi decidido — foi exatamente a obrigatoriedade de plantar 5 por cento da área da lavoura de café ou cana com feijão, considerada "inviável e antipática" pelo secretário paranaense de agricultura, Reinhold Stephanes. Segundo ele, a melhor medida que o Governo poderia tomar para aumentar a área plantada de feijão preto, "seria retirar o tabelamento".

Homero Pegas Guimarães, presidente da Fearroz (Federação das Cooperativas de Arroz), também critica as medidas, dizendo que "estamos diante de mais um pacote casuístico". Ele afirma:

— Quero ver plantar feijão na várzea do Rio Grande do Sul, em terreno argiloso, banhado e sem declive. O feijão é uma cultura delicada, que onde chover e acumular umidade no pé, estraga a planta.

Isso sem contar uma outra questão levantada por Benjamin Hammerschmidt, presidente da Organização das Cooperativas do Paraná:

— Obrigar o produtor de café ou açúcar a plantar 5 por cento de sua área com feijão é uma medida dura demais, porque ele não está habituado a esta cultura, não tem mão-de-obra disponível e nem tecnologia. Ao invés deste tipo de atitude, o Governo deveria estimular ainda mais o pequeno produtor, e teria bons resultados.

Na verdade, o pacote do feijão, será muito bem aproveitado pelos grandes produtores de café e cana. O Jorge Volney Atalla, por exemplo — ex-presidente da Copersucar, conhecido pelos agricultores depois daquela confusão das cooperativas de usineiros —, conforme saiu nos jornais, pegou Cr\$ 14 milhões para plantar feijão. E será que colheu?

COM A TRISTEZA TODO CUIDADO AINDA É POUCO

O seu Selvino Porazzi da Linha 11 Norte, em Ijuí, chegou impressionado uma segunda-feira pela manhã na Cooperativa, com um pacotinho embaixo do braço. Largou tudo na mesa do veterinário, o João Carlos Schiffer, e falou:

— Acho que deu a "tristeza" na novilha que comprei faz só um mês da Cotri.

No pacotinho uns remédios que ele, colono prevenido, comprou quando ouviu falar que estavadando a tristeza neste bicharedo todo. E os sintomas que a novilha, coberta de três meses, estava apresentando, eram dito e feito os da tristeza parasitária, doença que os veterinários chamam de babesiose ou anaplasmosose, dependendo do tipo de germe que infestou a vaca:

— Ela baixou a cabeça e não quis mais comer. Parece triste mesmo. E ficou tudo amarelo, nos olhos, no úbere, na vagina. Tá toda amarela. E deve estar com febre também, que ela fica lá deitada no sol, como que prá se esquentar.

Foi no sábado que ele começou a reparar que a novilha não estava lá muito bem. Aplicou então as injeções que o veterinário lá de Ajuricaba tinha falado para ele uns tempos atrás que sempre era bom ter em casa. Homem já meio preparado, fez até um curso na cooperativa sobre o tratamento que o próprio colono pode dispensar aos animais, não esperou muito para aplicar os remédios. Só que a novilha não reagiu. Por isto veio logo na manhã de segunda-feira para saber ao certo o que fazer.

DOIS TIPOS DE TRISTEZA

A novilha do seu Selvino não reagiu porque os remédios que ele aplicou não eram para o tipo de tristeza que tinha o animal. É o João Carlos quem explica:

— A tristeza pode ter duas fases. A primeira é provocada por um protozoário, que é um animal formado só por uma célula, chamado babesia. Esta fase se chama babesiose ou piroplasmose. A outra fase é provocada por um germe chamado anaplasma, e daí vem o nome desta fase que é a anaplasmosose.

Tanto uma como a outra podem matar o animal se ele não é

medicado imediatamente. A babesiose, porém, se multiplica mais rapidamente. Se vê que o animal não está bem pela manhã e até o final da tarde ele já pode até ter morrido. Já a anaplasmosose, que atacou a novilha do seu Selvino, tem um curso menos intenso, podendo levar até três ou quatro dias para o animal morrer.

O mais comum por esta região é a tristeza provocada pelo anaplasma. Um outro veterinário, Otalíz de Vargas Montardo, é quem conta que antes de se fazer exames de laboratório ninguém pode atestar se o animal está com a anaplasmosose ou a babesiose:

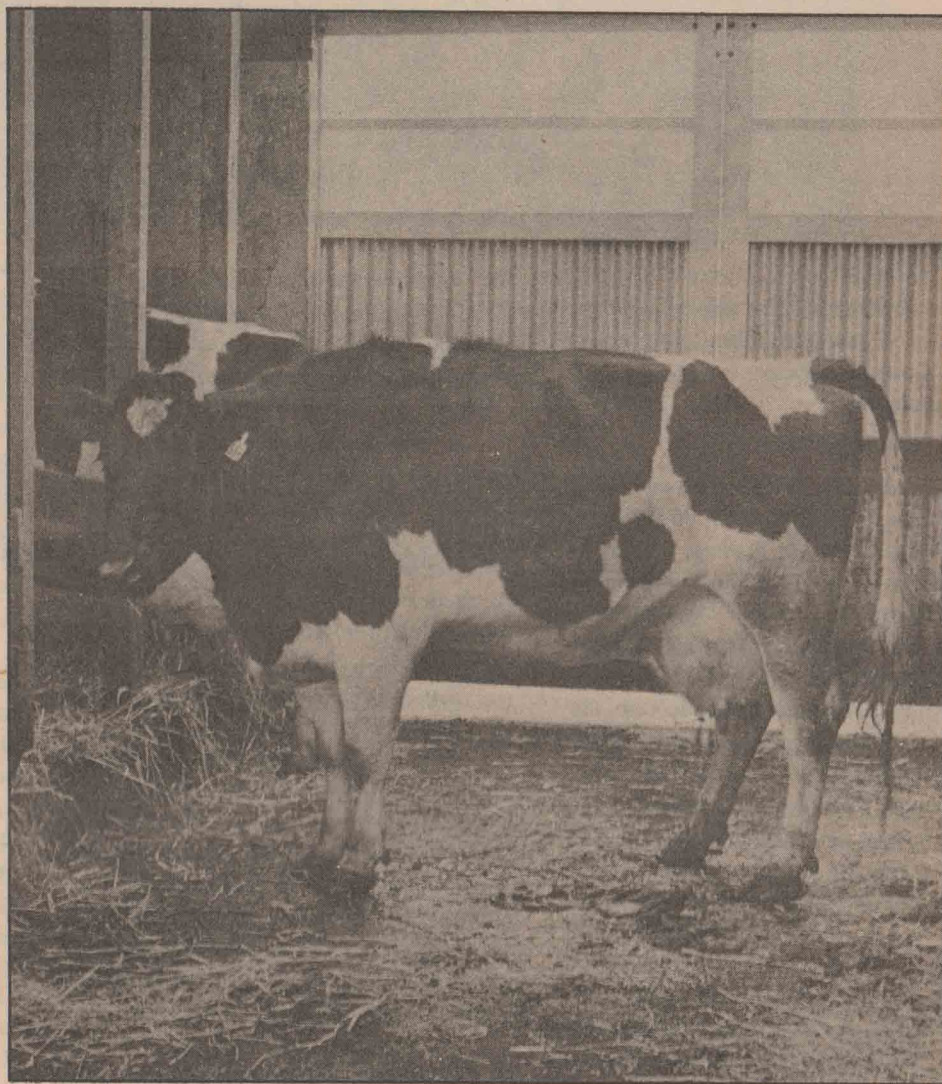
— Inclusive nós imaginávamos que grande parte dos casos de tristeza que davam aqui nesta região fossem provocados pela babesiose. Mas os exames de laboratório demonstram que não é bem assim. De cada 10 casos, 8 são de anaplasmosose.

OS SINTOMAS

Pois com o seu Arnaldo Reinke, do Barro Preto, em Ajuricaba, foi só trocar o gado de piquete para que uma terneira de sete meses começasse a apresentar os sintomas da doença:

— A gente cada dia vai observando o bicharedo que se tem. Um dia fui lá no piquete e a terneira estava lá solita e o resto do gado tudo pastando. Até chamei ela prá bandas da cerca e dei uma folha de milho prá ela comer. Fui prá lavoura e quando voltei tava do mesmo jeito,

Quase 60 por cento dos atendimentos prestados pelos veterinários da Cotrijuí têm sido de "tristeza parasitária". A doença pode ser fatal para os bovinos se não for controlada a tempo.



Um dos primeiros sintomas é que o animal deixa de comer

sem comer nada e parada no mesmo lugar. Quando caminhava era estranho, parecia meio bêbada.

É, são bem estes os sintomas da tristeza. Isto sem contar que dá o amarelão no animal, fácil de se ver que ele fica com os olhos amarelados, e ainda fica com uma respiração difícil e sobe sua temperatura,

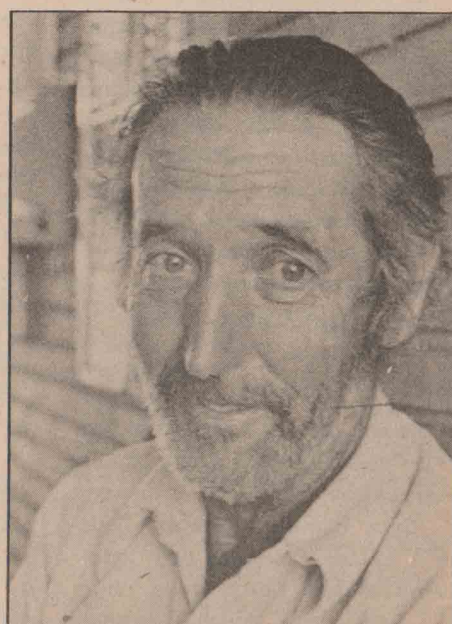
dando uma febre de 40, 41 °C. Pode acontecer ainda da urina da vaca ficar avermelhada, às vezes até da cor de vinho, o que é um sintoma de que o sangue está sendo atacado pela doença. O produtor que observar estes sintomas nos seus animais deve procurar imediatamente a assistência de um veterinário.



Selvino



João Carlos



Arnaldo

CARRAPATO É O CULPADO

E sabem o quê provoca esta tristeza do animal, este jeito de aborrecido como ele anda, pelos cantos de cabeça baixa? É o carrapato, na maioria das vezes. Pode acontecer ainda, no caso da anaplasmosose, da doença ser transmitida por moscas, pelo arame farpado (onde um animal doente se machuca e vem um outro são e se machuca também no mesmo arame) ou de uma agulha de injeção.

Mas a culpa, disparado, é do carrapato. Ele gruda no couro do bovino e suga seu sangue. Enquanto ele está sugando está também despejando dentro do corpo do animal milhares de babesias ou anaplasmas, que vão se multiplicando assustadoramente pelo sangue do bovino. No caso da babesia, mais ou menos oito dias depois da infestação o animal fica doente. Com a anaplasmosose é mais demorado, coisa de 28 dias.

O engraçado é que os animais que vivem na presença constante do carrapato não ficam doentes. Conta o João Carlos:

— É bom não deixar o animal muito tempo sem a presença do carrapato, que ele acaba perdendo a imunidade à doença. É que o carrapato, ao mesmo tempo que transmite a doença pode também transmitir a imunidade ao animal.

COMO PREVENIR

De tanto ser picado pelo carrapato, o bicharedo nem sente mais os efeitos da doença. As picadas acabam funcionando mais ou menos como uma vacina, que não permite que a doença se alastre pelo animal a ponto de prejudicá-lo. Inclusive a forma mais segura de prevenir a tristeza nos casos de animais que vêm de regiões onde não existem carrapatos (como na Argentina e no Uruguai, de onde vem as vacas importadas, onde as condições de clima são desfavoráveis para o carrapato) é fazer a chamada pré-imunização, que é realizada da seguinte forma, conforme explicação de João Carlos:

— Se retira o sangue de um bovino adulto, com mais de cinco anos que esteja bem carrapateado, e se injeta este sangue num animal que vem de zonas onde não tem carrapato. Este sangue vai estar cheio de babesias ou anaplasmas e vai agir como uma vacina. É a mesma coisa que uma vacina feita numa pessoa contra determinada doença. Aí o animal ou cria resistência à doença e não apresenta nenhum problema ou ele fica doente e precisa ser tratado. Durante este período o animal é permanentemente acompanhado e acaba criando resistência à tristeza.

O problema é que não se sabe por quanto tempo dura ao certo es-



Nas pastagens altas, o carrapato encontra um ambiente propício

ta imunidade, se por dois, três, quatro ou cinco meses. Por esta razão é que os veterinários, por incrível que pareça, dizem que o melhor é não deixar os bovinos muito tempo sem carrapato pelo corpo. Mas é lógico que também é preciso cuidado para não deixar o animal puro carrapato, que daí a resistência que ele adquiriu à doença é prejudicada, de tantas babesias e anaplasmas que estarão circulando pelo seu sangue.

Nenhum produtor deve ter vergonha de admitir que tem carrapato pelos seus campos. Isto é uma coisa perfeitamente natural. Tão natural como ter moscas nos estábulos. O que se precisa evitar é que o número de carrapatos ou de moscas chegue a um ponto incontrolável.

Pois esta onda de tristeza que anda assustando muito criador, é consequência exatamente de um quase desaparecimento dos carrapatos pela região. De tanto passar veneno nas lavouras muito carrapato acabou morrendo. Eles também somem quando se lavra a terra para preparar a lavoura. Mas sempre alguns conseguem sobreviver e se multiplicam rapidamente.

A transferência de piquete porém pode explicar porque acontece a doença, já que numa pastagem mais alta o carrapato encontra um ambiente muito propício para se desenvolver. Ele não suporta o sol, o que é bem fácil de se notar, pois nos bovinos ele se localiza exatamente nas partes do corpo menos expostas ao sol e ao calor.

O BANHO CARRAPATICIDA

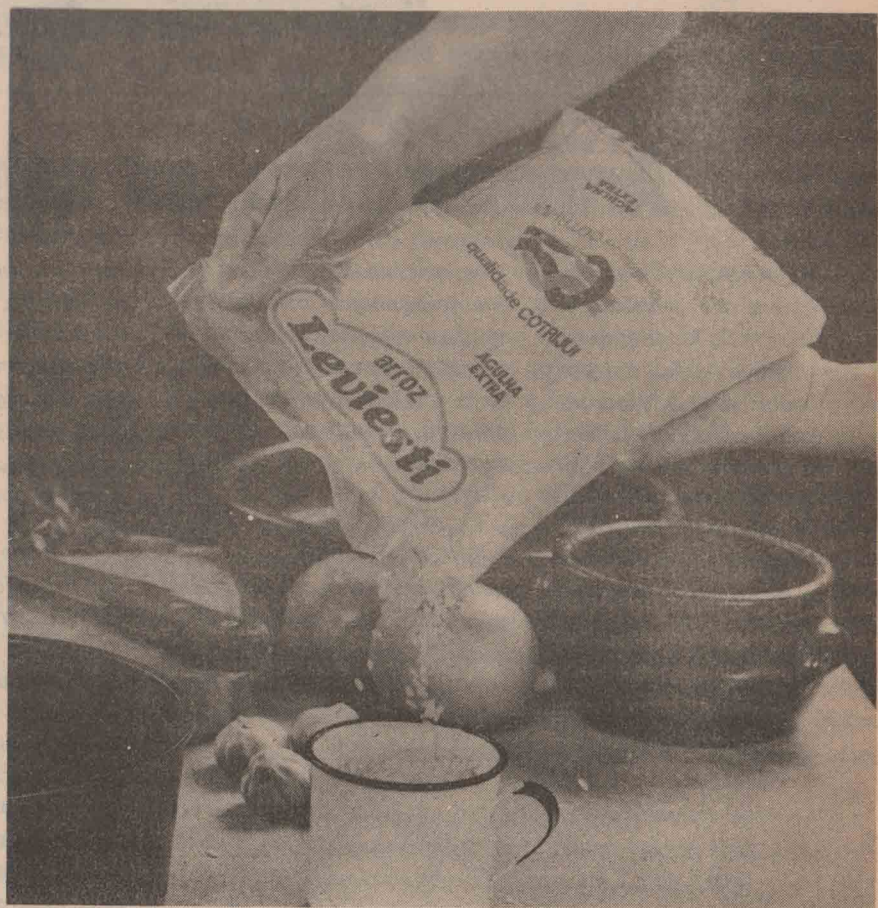
O que os veterinários recomendam é que se controle bem o rebanho para evitar que a infestação de carrapatos chegue a um nível muito elevado. Quando o número de carrapatos for grande se deve dar um banho carrapaticida nos bovinos, cuidando porém, para que o banho seja realmente eficiente. Conta o João Carlos:

— Para dar banho seria preciso ao menos um pulverizador manual, pois assim se consegue espalhar bem o produto. Geralmente o pessoal prepara a solução e passa no animal com um paninho. Isto é até um perigo, pois alguns carrapaticidas são tóxicos e podem envenenar a pessoa que está passando no bovino.

Outro cuidado é na preparação da solução do banho. Acontece às

vezes de se aplicar menos carrapaticida do que o necessário, o que no final das contas até prejudica mais o animal. Esta subdose além de não matar o carrapato, vai acabar permitindo que ele crie resistência ao produto. Além de não matar o carrapato, todos seus filhotes e suas futuras gerações também terão resistência aos carrapaticidas. E aí, o carrapato toma conta mesmo do rebanho.

Arroz Leviesti, o melhor desempenho em qualquer panela.



COTRIJUI

cooperativa regional tritícola serrana Ltda.

A TROCA DE EXPERIÊNCIAS

Os agricultores aprendem com um outro produtor como desenvolver uma atividade. Esta vez a experiência foi com o leite.

"Coisa muito boa. Só não gostei do serviço que a propriedade dá", foi o comentário do seu Harri Henrique Treter, após visitar a propriedade de Helmuth Guth, na Linha 6 Leste (Ijuí).

O Francisco Casalini Neto, que é de Coronel Barros, também achou "muito bom" tudo o que viu, "mas bastante trabalhoso. Cuidar disso aí e mais uma lavoura de soja, não dá".

Agora, para o seu Guth está dando certo. Ele, juntamente com dona Justina e os dois filhos, cuida de uma propriedade de 25 hectares com vacas de leite e forrageiras e mais 10 hectares arrendados, onde planta soja. Já construiu um silo com capacidade de 50 toneladas que garante a alimentação dos animais na época de escassez de pastagem. Foi principalmente a prática de silagem que levou até sua propriedade uma porção de agricultores do interior oeste do município de Ijuí. E o seu Guth explicou:

— No primeiro ano que a gente fez silagem, foi sozinho. Aí realmente foi difícil, trabalhoso. A lavoura ficou por muitos dias. Mas depois se fez em conjunto com os vizinhos e foi num instante. Eles

também fazem silagem e então a gente se ajuda. É mais rápido e mais fácil.

A produção de leite da propriedade é boa. Com 25 vacas, a maioria da raça holandesa, a família tem garantida uma média diária de 200 litros de leite.

O seu Arlindo Treter achou isso muito interessante. Pra ele que planta trigo e soja em 20 hectares, a diversificação é uma necessidade, "porque só da lavoura não é mais possível. Ainda mais com as frustrações que tem dado. Por isso já es-

tou começando com a criação de gado leiteiro". E seu Arlindo observou ainda:

— A gente precisa ver esses exemplos. Propriedade bem organizada como esta, são poucas.

Pedro Pittol, um dos técnicos da Cotrijuí que acompanhou os agricultores, falou sobre a finalidade do "dia de campo":

— Tentamos mostrar aos produtores que se pode desenvolver a atividade de pecuária leiteira tendo bons resultados, fazendo uso principalmente de pastagens perenes (capim setária, capim pânico, alfafa,

trevo branco, bermuda e outras). Elas são mais resistentes e o custo de implantação é bem menor.

Realmente é menor, porque as pastagens anuais precisam ser renovadas cada ano e isso implica em novas despesas com combustíveis, mão-de-obra e sementes. Enquanto que as perenes, depois de plantadas, duram uns seis anos.

O técnico Sadi Pereira, da área de forrageiras da Cotrijuí, acrescentou ainda a importância da consorciação, como foi observada pelos agricultores na propriedade do seu Guth:

— Consorciar, por exemplo, capim pânico com siratro ou capim setária com siratro é bastante vantajoso, porque a pastagem se torna mais rica. O siratro, que é uma leguminosa, assimila o nitrogênio do ar e o incorpora ao solo, fazendo com que o capim pânico (que é gramínea) cresça mais. Além disso, é mais pasto para o gado.

Uma série de experiências com forrageiras está sendo desenvolvida no CTC (Centro de Treinamento Cotrijuí) em Augusto Pestana e também em algumas propriedades que participam do Programa de Integração Lavoura Pecuária.



Um dia inteiro de atividade

Armazenando as sobras para quando faltar

Na verdade, a técnica não é nada nova. Há milhões de anos os povos do Mediterrâneo já armazenavam grãos em poços fechados, sem ar. Mais recentemente, em 1876, parece que um granjeiro dos Estados Unidos fez ensilagem e há uns 60 ou 70 anos está prática vem sendo introduzida na América do Sul, nas regiões de pecuária leiteira.

A ensilagem é uma maneira de conservar as forragens verdes por meio de fermenta-

ções parciais da massa verde, que vai acontecer pela falta de ar. É uma forma de guardar as sobras de épocas de fartura para os períodos de escassez. O produto, pronto para ser consumido pelos animais, chama-se silagem.

O milho, o sorgo e o milho são as culturas mais recomendadas para a silagem. Mas também podem ser misturadas outras, como cana-de-açúcar, alfafa, soja, aveia, etc. . . Basicamente é usado o milho, por

ser um tipo de alimentação muito rico. Existem alguns cuidados que devem ser observados nestas misturas. Por exemplo, as leguminosas (soja, feijão-miúdo, lab-lab), quando misturadas, não devem ultrapassar a quantia de 25 por cento.

Toda essa forragem deve ser bem picada, em pedaços de 3 a 6 centímetros e colocada dentro do silo, socada de tal maneira que não sobre espaço para ficar ar entre os pedaços. Deve ser usado um trator para garantir a compactação.

As plantas devem ser colhidas e colocadas no silo no mesmo dia. O enchimento do silo deve ser contínuo, começando pelo lado que é fechado e deve ser uns 120 centímetros mais alto que o próprio silo, porque depois vai baixando, conforme as plantas vão murchando e sendo socadas.

Depois de cheio, o silo deve ser fechado completamen-

te. Em cima da silagem deve ir mais ou menos uns 40 centímetros de terras. Entre esta terra e a forragem é usada uma camada de capim seco ou um plástico.

Uma silagem bem feita pode durar até três anos.

O SILO TRINCHEIRA

Por ser mais simples e mais barato, o tipo de silo que está sendo muito recomendado é o chamado "Trincheira". Tem este nome porque normalmente é cavado numa-meia encosta, sendo que um dos lados (a parte aberta) fica no nível do chão, o que facilita a descarga e a drenagem.

O cálculo do tamanho do Silo Trincheira é feito em função de duas coisas: o número de animais que vão receber a silagem e a duração do período em que estes animais vão precisar ser alimentados com silagem.

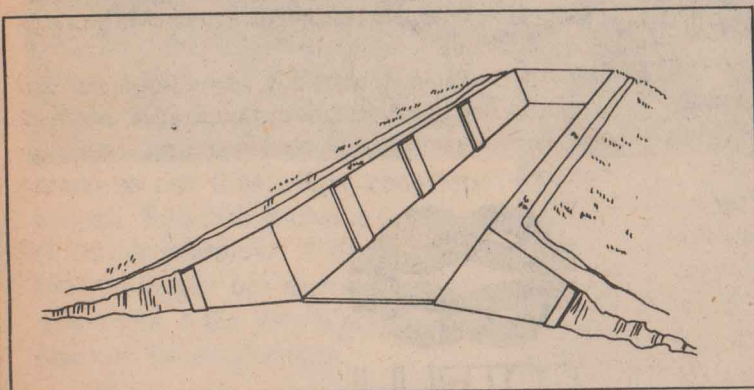
Se uma vaca come 15 quilos de silagem por dia, 30

vacas irão comer 450 quilos. Aí a gente calcula o comprimento do silo pelo número de dias que as vacas deverão ser alimentadas. A altura ou profundidade pode variar de 1,5 metros a 3 metros.

Quando for usada, a silagem deve ser cortada sempre de cima para baixo, em fatias. Assim como se corta pão.

É importante saber que nos primeiros dias de alimentação com silagem os animais devem receber apenas de 2 a 4 quilos, aumentando depois um pouco cada dia. Também se deve cuidar para que as vacas de leite sejam alimentadas sempre após a ordenha, evitando deixar o leite com um gosto diferente.

Na área da Cotrijuí já foram construídos cerca de 15 silos do tipo Trincheira, com uma capacidade que varia de 20 a 50 toneladas, visando principalmente melhorar a atividade leiteira na região.



O silo trincheira é cavado numa meia encosta

Condecoop: uma nova proposta

Hoje se tem bem clara a idéia de que o próprio Cooperativismo deve escolher os rumos de seu futuro, buscando sua autonomia e desenvolvimento. Assim como isto está bem claro, também se sabe que nada poderá ser feito isoladamente por cada uma das cooperativas existentes, trabalhando cada uma a seu modo, na busca de objetivos comuns. Isso sem contar todas as entidades de apoio que também desenvolvem um trabalho de divulgação e compreensão do cooperativismo, como as universidades e mesmos órgãos fiscalizadores do sistema, a exemplo do INCRA.

Desta idéia nasceu uma proposta nova: a criação do Conselho de Desenvolvimento do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do

Sul. Duas reuniões já aconteceram desde o início do ano, onde se procurou determinar as linhas de ação deste órgão. Acima de tudo ele funcionará como um pacto entre as cooperativas e as entidades que dele participam.

Será um pacto no sentido de identificar os problemas das cooperativas — tanto as de produção, como as de crédito, as de trabalho ou consumo — e a partir disto determinar formas de superar as dificuldades enfrentadas. Cada cooperativa, cada entidade de apoio, deverá participar integralmente de um trabalho que permita assegurar as condições de autonomia e desenvolvimento exigidas pelo cooperativismo gaúcho. Pode servir de exemplo a idéia de aproveitar os recursos fi-



Um pacto entre as cooperativas e entidades

nanceiros e humanos colocados à disposição por entidades como o INCRA ou a própria Fetag, em cursos de desenvolvimento cooperativista. No lugar de cada órgão traçar linhas de trabalho isoladamente, que inclusive às vezes são idênticas, se determinará através do Conselho a melhor forma de conduzir este trabalho.

Paralelamente à criação do Condecoop/RS está sendo estudada a regionalização do Conselho pelo

interior do Estado. Em cada região serão agrupadas cooperativas que vivam uma situação semelhante e enfrentem problemas comuns. Um representante de cada região participará do Condecoop, ao lado do presidente da OCERGS e demais membros do Conselho de Administração desta entidade, dos presidentes de Federações e Centrais, representantes de órgãos executivos federais e estaduais da área do cooperativismo e de entidades de apoio (como a Fidene e Unisinos).

Uma associação dos produtores

Os produtores de leite e os criadores de suínos de Ajuricaba resolveram se organizar. Fundaram sua Associação — a APLESA — e estão pensando firmemente em levar para frente a luta pela defesa de seus interesses. No dia 26 de janeiro foi empossada sua primeira diretoria, que é assim composta:

Presidente — Serafim Carlos Dallabrida; vice-presidente — Alfredo Kleibert; 1º secretário —

Olimpio Bandeira; 2º secretário — Victor Tremer; 1º tesoureiro — Harri Radke; 2º tesoureiro — Carlos Humberto Corassa. Os membros efetivos do Conselho Fiscal são Norberto Odemann, Orlando Mariotti, Otavio Sangiogo. Os suplentes do Conselho Fiscal são Dari Bandeira, Clementino Angelo Sperotto e Bortolo Pio Andreghetto.

Armazéns para o Mato Grosso



Os armazéns ficarão prontos até a safra

A perspectiva de uma excelente safra de soja no Mato Grosso obrigou a Cooperativa a tomar antecipadamente providências que permitissem receber a produção de seus associados naquela região. Uma linha especial de crédito foi liberada para a construção de 12 armazéns com a capacidade de 17 mil toneladas cada um, dentro de um programa de armazenamento à nível de lavoura. Três destas unidades deverão estar concluídas até 10 de março, em condições, portanto, de receber a safra ainda deste ano. Os armazéns estão localizados em Rio Brillante, Douradina (município de Dourados) e Vista Alegre (em Maracajú).

Outro armazém, mas de 40 mil toneladas de capacidade estática, foi construído em Sidrolândia, junto à unidade localizada na entrada da cidade.

Falta ainda iniciar a construção de 9 outros armazéns de 17 mil toneladas, que deverão ser localizados em Caarapó, Pára-Pedro (em Ponta Porã), Montese (em Itaporã), Anhanduí (em Campo Grande), Amambaí, Bonito, Itaum (em Dourados) e em Deodópolis. Todos estes armazéns, entretanto, estarão com suas obras concluídas até outubro deste ano, em condições de receber a safra de trigo.

A contabilidade, agora, é com os técnicos

A partir de agosto, os associados que se inscreverem no projeto de Contabilidade Agrícola, passarão a ser orientados pelos próprios técnicos agrícolas da cooperativa que já atuam nas áreas; e não mais pelos funcionários da Fidene como acontecia anteriormente.

“O objetivo principal dessa mudança é fazer com que os nossos técnicos possam adquirir uma melhor visão das técnicas recomendadas” — diz o Paulo Roberto da Silva, Gerente de Planejamento e Projetos da Cotrijuíf.

Na opinião de Paulo Roberto, “uma técnica só é recomendável quando for economicamente viável”. Isso quer dizer que não adianta o técnico sugerir que o produtor plante uma coisa ou outra, que use um tipo de metodologia, se não está sabendo o custo disso.

De março a julho deste ano, os técnicos agrícolas farão um trabalho de acompanhamento, procurando aprender como está sendo desenvolvido até agora o projeto Cotri-Ceca (Cooperativa e Centro de Ciências Agrárias da Fidene). Os 493 produtores que já estão participando das diversas etapas deste projeto, continuarão sendo atendidos pelo pessoal da Fidene, enquanto que apenas os produtores que se inscreverem no segundo semestre deste ano serão atendidos pelo pessoal da própria Cooperativa, ou seja, pelo técnico que atualmente está atendendo a sua área.

Diz o Paulo Roberto que, além de melhorar o nível de trabalho dos elementos da Cooperativa, esta medida representa também uma economia. Uma mesma pessoa estará fazendo o trabalho que antes, duas ou mais, faziam”.

O tecnólogo em Administração Rural, João Valmir Cezimbra Lopes, que é chefe do Departamento de Estudos Técnicos e Econômicos da Cotrijuíf, será o responsável pela Coordenação do Projeto Cotri-Ceca na Cotrijuíf.

Para Adelar Francisco Baggio, diretor do Ceca, “isso representa o ideal. Estamos chegando onde se deve chegar”.

O MELHOR LEITE É O DA MAMÃE

De repente, lá no interior da África, as mulheres deixam de dar leite do peito para os filhos e passam a usar mamadeiras e leite em pó. A tribo é tão primitiva, que essas mulheres nem compram as latas de leite. Fazem trocas por produtos agrícolas locais. E por que acontece isso?

É que as fábricas de leite em pó fazem uma propaganda tão intensa que conseguem convencer as mães de que seus filhos crescem melhor, mais gordos e mais saudáveis com a alimentação artificial.

Mas, na realidade, até hoje ninguém conseguiu descobrir um tipo de alimentação que seja melhor para a criança que o leite da mãe.

Uma das primeiras coisas boas que a criança retira do mundo externo é a satisfação que sente ao ser alimentada. Já foi provado que apenas uma parte desta satisfação vem do alívio da fome. A outra parte, também muito importante, vem do prazer que o bebê experimenta quando sua boca é estimulada pela sucção do seio da mãe.

O prazer também se manifesta quando este leite desce pela garganta e enche o estômago.

É maravilhoso o estreito vínculo que se estabelece entre o bebê e a mãe, tendo por centro a relação com o seio. Embora, desde os primeiros dias de vida, o bebê também reaja a outras características maternas — a voz, o rosto, as mãos — as experiências mais profundas de felicidade e amor, de frustração e ódio, estão fortemente ligadas ao seio da mãe. Esse vínculo primitivo, tão antigo como a própria humanidade, fica mais forte na medida em que o seio é firmemente estabelecido no mundo interior da criança. Isso tem influência em todas as outras relações, principalmente com o pai. É através dessa primeira experiência que a criança se torna capaz de estabelecer mais tarde, um relacionamento profundo e sólido com outra pessoa.

ALIMENTAÇÃO ARTIFICIAL

De alguns anos para cá, principalmente por causa da industrialização, surgiu e se estabeleceu o hábito, cada vez maior, de uso da alimentação artificial, principalmente o leite de vaca. Esta prática traz muitos problemas, além do emocional. Tem problemas de ordem nutricional, econômica e de saúde pública. As causas das mães deixarem de alimentar seus bebês com seu próprio leite, são muitas. Vejamos algumas:

a) Criação e aperfeiçoamento de novas técnicas na indústria de alimentação, especificamente na de leite em pó;

b) Muitas campanhas publicitárias dos fabricantes, que às vezes até usam processos que não são corretos, como por exemplo os concursos de robustez infantil. O volume de propaganda de leite em pó é enorme diante das campanhas de amamentação;

c) O abandono do ensino de instruções sobre o aleitamento;

d) A idéia errada das mães de que o aleitamento (e não o envelhecimento) é que torna os seios flácidos e deformados;

e) O abandono da amamentação é devido às mudanças dos hábitos de vida das mulheres de nossa época: trabalho fora de casa, viagens, diversões, em resumo, uma vida mais ocupada, o que significa menos horas com o filho, menos repouso e mais tensões e angústias;

f) Imitação por parte das jovens mães de baixo padrão sócio-econômico dos hábitos de mulheres consideradas socialmente superiores, sendo que um desses



hábitos é o desmame muito cedo e o aleitamento artificial. É a imitação das coisas que são moda, mas que nem por isso são as mais corretas e as melhores.

IMPORTÂNCIA DO LEITE HUMANO

Alguns pesquisadores já provaram que as doenças (principalmente diarreias) estão aumentando nas crianças, em parte, devido à desastrosa troca do leite humano pelo leite artificial. Entre as camadas de baixo nível sócio-econômico, está aumentando a ocorrência de desnutrição e infecção.

O leite humano é um dos mais importantes preventivos da mortalidade e das doenças infantis. Além disso, é o alimento ideal para a espécie humana. As principais razões para isso, são:

1. É mais econômico.
2. Está sempre disponível.
3. É asséptico (não se contamina).
4. A temperatura é adequada.
5. É um alimento completo, não sendo necessário até o 4º mês de vida outro tipo de alimentação.
6. A oferta é adequada, pois sua produção é proporcional às necessidades, não causando desnutrição (falta de alimentação) e nem obesidade (alimentação em excesso) como acontece com os alimentos artificiais.
7. Previne o câncer no seio materno.
8. Possui fatores de resistência às doenças e anticorpos específicos que protegem o bebê.
9. É imperecível (não estraga).
10. Não depende das condições sanitárias locais (ambiente limpo, sem micróbios, etc...).

A infecção, associada à desnutrição, é responsável por dois terços das mortes em menores de dois anos, sendo o desmame precoce ou a ausência da amamentação, uma das causas principais.

Para que as mães passem a amamentar seus filhos, será talvez necessário um programa conjunto de Saúde e Educação, para que o leite materno torne-se parte do conjunto de bens da comunidade como único e insubstituível alimento para a manutenção da espécie humana.

O peixe no cardápio da família

O peixe é um alimento muito nutritivo que deve fazer parte do cardápio da família. A concentração de sais minerais no peixe é idêntico à de outros tipos de carnes, com exceção do iodo que ocorre com maior quantidade nos peixes de água salgada.

(que é uma importante proteína), isto na cota diária de uma pessoa.

Por exemplo, 100 gramas de peixe meio gordo fornece a cota diária de proteínas animais necessárias a uma pessoa adulta.

COMO CONSERVAR O PEIXE

O peixe pode ser conservado congelado, temperado de um dia para o outro na geladeira, frito no máximo até três dias. Quando congelado, deve-se deixar as escamas, podendo ser descamado apenas quando for descongelado para uso imediato. Nunca se deve mergulhar o peixe em água quente por ocasião da limpeza.

Os principais minerais encontrados no peixe: cálcio, ferro, iodo, fósforo, cobre e magnésio. Também é excelente fonte de vitamina B e gordura. Cem gramas de carne de peixe cozido pode suprir cerca de 10 por cento das necessidades de vitamina B1, 15 por cento de vitamina B2 e 5 por cento da niacina



Ensopado de peixe

É uma receita muito simples e gostosa que a família vai apreciar.

Novamente uma camada de peixe e assim por diante até encher a panela.

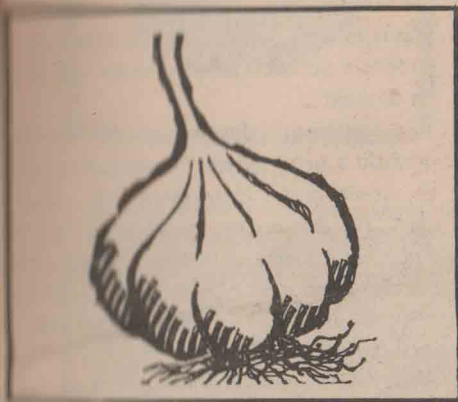
Coloque em uma panela uma camada de peixes em pedaços, temperados com sal, pimenta e limão ou vinagre branco. Em seguida, vai uma camada de batatinhas em rodela; uma camada de cebolas em rodela, cenouras (um pouco cozidas), azeitonas, ovos cozidos; mais uma camada de tomate, pimentão, e outra de milho verde em grãos. Por cima, sal a gosto e, se quiser, pimenta e extrato de tomate.

Em cima de tudo, regue com um pouco de óleo e complete com água ou com o caldo onde foi fervido os legumes. Tampe a panela e deixe até o ponto, sem mexer.

O ensopado pode ser acompanhado de pão, polenta ou arroz branco. Fica bem servir, como bebida, vinho.

Importante: O peixe ideal para ensopado é aquele que só tem a espinha dorsal, como o cascudo e o surubi.

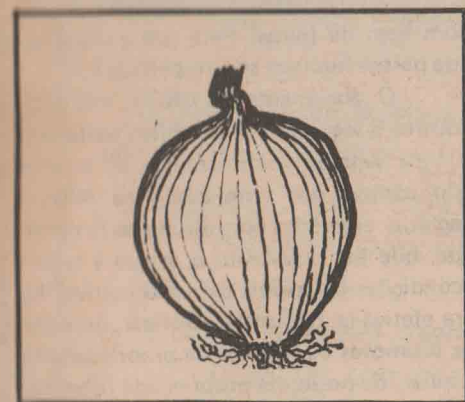
LAVOURA NO MÊS



ALHO

Já está na hora de preparar a área para iniciar o próximo plantio agrícola. Como a semeadura é realizada durante os meses de abril e maio, recomenda-se que neste período, além de preparar o solo, deva-se providenciar também a matéria orgânica (esterco), para que seja misturada junto ao solo. Nas áreas que não tiverem sido corrigidas, o calcário deve ser adicionado imediatamente para se obter os efeitos desta cultura.

Por outro lado, a semente também deve ser preparada durante este período, ou seja, debulhada e separada por tamanho para facilitar assim a semeadura. Lembramos também, que durante o mês de março, embora freqüentemente sejam realizadas semeaduras, o recomendável é fazê-la durante o mês de abril, para desta forma evitar a provável colheita em período chuvoso, na primavera, comprometendo assim, a qualidade do produto.



CEBOLA

A cebola e o alho, como hortaliças de inverno, têm muitas exigências e características semelhantes, como as citadas no caso do preparo do solo e adição de matéria orgânica. A cebola tem a característica de passar por fases: a da semeadura e a da obtenção de mudas. Esta última etapa é desenvolvida durante os meses de março e abril.

O solo onde deve ser semeada a cebola, não deve ser muito rico

em matéria orgânica para diminuir o ataque de fungos. Uma prática muito boa para prevenção de fungos é derramar água fervente sobre a terra e somente semear a cebola, 2 ou 3 dias após esta operação.

Um detalhe muito importante que deve ser observado por quem cultiva cebolas: mesmo que a cebola seja para o consumo familiar deve-se escolher variedades adequadas a nossa região, como as nacionais Baía Periforme, Jubileu e Pera de Rio Grande. Estas variedades têm dado bons resultados. Outras variedades são muito sensíveis a doenças e dificilmente produzem um produto de boa qualidade. Lembramos mais uma vez que se a variedade da semente for boa, grande parte da possível produção será alcançada, enquanto que com variedades pouco adaptadas e recomendável, será difícil obter uma boa produção.



HORTALIÇAS DIVERSAS

O mês de março é chamado o mês do horticultor. Nesta época, as hortas domésticas são reavivadas e são feitas as mais importantes semeaduras do ano. A maioria das hortaliças podem ser cultivadas neste período, com exceção do tomate, do pimentão e da melancia. Para as demais (alface, rúcula, salsa, rabanete, cenoura, beterraba, couve, repolhos e outros) esta é a época ideal.

Para fins comerciais, este na realidade, não é um bom período, pois na época de colheita os preços normalmente são baixos em consequência da grande oferta de produtos.

Nas hortas domésticas o preparo do solo é fundamental com a aplicação do esterco. Deve-se colocar de 4 a 5 quilos de esterco por metro quadrado, que deve estar bem curtido para evitar o surgimento de inços e dar melhor resultado para as plantas.

Lembre-se sempre: os defensivos agrícolas são tóxicos. Eles podem matar não só as pragas como também o próprio agricultor. Consulte sempre um técnico antes de fazer qualquer aplicação.

Recados

Neste mês de março ainda é tempo de semear eucaliptos para a produção de mudas, visando um plantio em meados de agosto. A Cotrijuí tem sementes para vender e, em todas as unidades, os técnicos estão dando a necessária orientação de como produzir estas mudas.

O Setor de Silvicultura da Cotrijuí está avisando aos associados interessados em mudas florestais e frutíferas, que os pedidos poderão ser encaminhados a partir de 10 de março até o dia 11 de abril. Esses pedidos poderão ser feitos em qualquer uma das unidades da Cooperativa.

Junto ao Banco Sul Brasileiro foi obtida mais uma verba de 8 milhões de cruzeiros para repasse aos produtores leiteiros. O financiamento se destina a investimento com instalações, equipamentos, animais e pastagens perenes. Essa verba é destinada somente aos mini-produtores, ou seja, produtores cuja renda global anual for inferior a Cr\$ 196.220,00.

É preciso muito cuidado para não deixar o gado pastar nas áreas cultivadas com sorgo forrageiro antes que a pastagem atinja 40 centímetros de altura ou logo que chove após um período de seca, quando o sorgo rebrota. É que nestes períodos acontece uma concentração muito alta de ácido cianídrico, uma substância que intoxica e mata o animal. O cuidado deve ser maior ainda em áreas cultivadas com sorgo granífero, onde sob hipótese alguma pode-se permitir que o gado paste.

Foi instalado na entrada do supermercado da sede, em Ijuí, um telefone público, daquele tipo "orelhão". Agora fica mais fácil para os associados que precisam fazer uma ligação telefônica, já que os telefones da Cotrijuí estão permanentemente ocupados.

A Cotrijuí está recebendo a produção de mel e cera de abelha de seus associados. Além dos descontos normais de Funrural e capitalização, existe uma quebra técnica de 7 por cento. Este alto percentual é justificado, pela perda de produto decorrente da mudança de vasilhames, já que o produto para ser comercializado exige vasilhames padrão. O mel, como se sabe, é um produto muito pegajoso, que fica depositado nas paredes das vasilhames.

O associado que estiver interessado na aquisição de sementes de hortaliças, poderá procurá-las em todos os supermercados da Cotrijuí.

Saúde:

A solução de Miraguaí

Num encontro que aconteceu no final de janeiro, em Tenente Portela, foi encontrada uma solução — mesmo que parcial — para os problemas na área previdenciária enfrentados pelos agricultores de Miraguaí.

Participaram do encontro os representantes dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Tenente Portela e Miraguaí, os médicos Guiomar Steffens, coordenador do Funrural, Sérgio Pacheco Ruschel, Ciro Miguel Dull, presidente da Seção Regional da AMRIGS, João Álvaro Machado Filho, representante do Sindicato Médico, Ubiratan Vieira, diretor-clínico do Hospital Santo Antônio e todos os médicos do corpo clínico deste hospital.

Os Médicos da Região Cealeiro presentes à reunião, unanimemente manifestaram seu total descontentamento com a possibilidade de rescisão do Convênio do FUNRURAL com o Hospital Nossa Senhora de Fátima de Miraguaí, por não entenderem haver justa causa nesse ato.

Uma vez que o principal objetivo desta reunião era analisar a solicitação do INAMPS de que os Médicos e o Hospital Santo Antônio passassem a atender os Trabalhadores Rurais de Miraguaí, mediante convênio, ficou estabelecido que: 1º) Deverá ser mantido o convênio existente entre o Hospital de Miraguaí e o

FUNRURAL, nos mesmos termos legais em que atualmente vigora;

2º) O Hospital e o Corpo Clínico de Tenente Portela, uma vez cumprido pelo INAMPS o ítem anterior, aceitam a realização de um Termo Aditivo do convênio existente entre o FUNRURAL e o Hospital Santo Antônio de Tenente Portela, para atendimento única e exclusivamente hospitalar aos trabalhadores rurais de Miraguaí. O atendimento em consultório e ambulatório, a estes agricultores, será em caráter particular (fator moderador).

3º) As Guias de Internação Hospitalar aos Agricultores de Miraguaí, que necessitarem internação no Hospital Santo Antônio de Tenente Portela, serão fornecidas pelo REPRESENTANTE LOCAL DO FUNRURAL;

4º) Os pacientes hospitalizados em Miraguaí, quando necessitarem transferência para outro hospital, deverão ser encaminhados ao Hospital Zonal de Três Passos, não cabendo transferência para o Hospital de Tenente Portela;

5º) Este convênio entrará em vigor a partir do dia 1º de fevereiro de 1980;

6º) Em caso de rescisão do convênio do FUNRURAL com Miraguaí, estará automaticamente rescindido o Termo Aditivo de Tenente Portela, para atendimento aos Trabalhadores Rurais de Miraguaí.



A IGREJA E A TERRA

Não é de hoje que os padres estão se envolvendo com o assunto terra. Mas agora o movimento parece ter se estendido à toda a Igreja Católica no Brasil, de maneira tão autêntica que o próprio episcopado se pergunta se também não é hora de revisar a destinação dos próprios bens da Igreja.

Decididamente, os bispos do Brasil se colocam ao lado do trabalhador rural: daquele que tem pouca terra e é explorado, daquele que tinha terra e está marginalizado, e daquele que ocupa terra desocupada e é perseguido.

"A situação dos que sofrem por questões de terra em nosso país é extremamente grave. Ouve-se por toda a parte o clamor desse povo sofrido, ameaçado de perder sua terra ou impossibilitado de alcançá-la".

É assim que começa o documento "Igreja e os Problemas da Terra", aprovado pelos bispos brasileiros que estiveram reunidos em Itaici (São Paulo), de 5 a 14 de fevereiro, participando da 18ª Assembleia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).

Analisando a concentração da propriedade da terra no Brasil, diz o documento:

"Em 1950, apenas 19,2 por cento dos lavradores não eram proprietários dos seus estabelecimentos rurais. Em 1975, essa porcentagem tinha subido para 38,1 por cento. Em 1950, para cada lavrador

não proprietário, havia 4,2 que eram proprietários. Em 1975, para cada lavrador não proprietário havia apenas 1,6 proprietários.

Esses números, constantes dos censos oficiais, não incluem aqueles que são trabalhadores rurais propriamente ditos e, portanto, assalariados temporários, parceiros subordinados, mas somente os responsáveis pelos estabelecimentos.

Se analisarmos a situação em relação aos pequenos produtores agrícolas, verificaremos que ela é mais grave ainda. Em 1975, para cada lavrador proprietário havia um não proprietário da terra, no que se refere aos estabelecimentos com menos de 20 hectares. Se nos limitarmos aos estabelecimentos com menos de 10 hectares, que constituem mais da metade das unidades de produção do país, notaremos que para cada lavrador proprietário

há 1,3 lavradores não proprietários. Desde 1950 vem se agravando essa proporção, o que indica que um número crescente de lavradores não tem terra e, para conseguí-la, deve pagar renda ou é forçado a invadi-la.

Além disso, devemos considerar os milhares de lavradores que tiveram que sair da terra, seja terra própria, seja terra arrendada, seja terra ocupada. Entre 1950 a 1970, as oportunidades de trabalho para terceiros na agropecuária, assalariados e parceiros subordinados, caíram em cerca de um milhão e meio de empregos".

MIGRAÇÕES E VIOLÊNCIAS

O documento segue analisando o estrangulamento da pequena agricultura e a política de distribuição de crédito que estaria beneficiando "os grandes mais do que os pequenos", embora estes sejam mais numerosos.

Com referência às reservas indígenas, observa que "nenhuma das comunidades indígenas, em contato com a sociedade nacional, escapou às investidas sobre suas terras. Apesar da vigência do estatuto do índio, os conflitos em áreas indígenas se tornam cada vez mais violentos e generalizados".

E sobre os milhões de migrantes que são obrigados a sair do seu lugar de origem, os bispos fazem a seguinte colocação:

"Uma grande parte dos lavradores migrou para as grandes cidades à procura de uma oportunidade de trabalho, indo engrossar a massa marginalizada que vive em condições sub-humanas nas favelas, alagados, em loteamentos clandestinos, cortiços e nas senzalas modernas dos canteiros de obra da construção civil. O desenraizamento do povo gera insegurança pelo rompimento dos vínculos sociais e perda dos pontos de referência culturais, sociais e religiosos, levando à dispersão e à perda de identidade".

"Outra parte", continua o documento, "se dirige às regiões agrícolas pioneiras à procura de terras. Entretanto, com frequência, sua tentativa de fixar-se à terra choca-se com uma série de barreiras: dificuldades para obter o título definitivo da terra, no caso de compra, a falta de apoio ou o próprio fracasso das companhias colonizadoras, nova expulsão da terra, ante a chegada de novos grileiros ou de reais ou pretensos proprietários.

Em quase todas as unidades da Federação, sob formas distintas surgem conflitos entre, de um lado, grandes empresas nacionais e multinacionais, grileiros e fazendeiros e, de outro, posseiros e índios. Violências de toda a ordem se cometem contra esses últimos para expulsá-los da

terra. Nessas violências, já se comprovou amplamente, estão envolvidos desde jagunços e pistoleiros profissionais até forças policiais, oficiais de justiça e até juizes. Não raro observa-se a anomalia gravíssima da composição de forças de jagunços e policiais para executar sentenças de despejo".

Os bispos dizem que isso aconteceu quando a propriedade "é um bem absoluto, usado como instrumento de exploração". No documento está bem clara a distinção que existe entre os dois tipos diferentes da apropriação da terra no Brasil: terra de exploração e terra de trabalho. E esclarece:

"Terra de exploração é a terra de negócio, é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente e gerar sempre novos e crescentes lucros. Terra de trabalho é a terra possuída por quem nela trabalha. Não é terra para explorar os outros nem para especular. A terra é uma dádiva de Deus. Ela é um bem natural que pertence a todos e não um produto do trabalho. Mas, é o trabalho, sobretudo que legitima a posse da terra. É o que entendem os posseiros quando se concedem o direito de abrirem suas posses em terras livres, desocupadas e não trabalhadas, pois entendem que a terra é um patrimônio comum e que enquanto trabalharem nela não poderão ser expulsos".

QUEM É RESPONSÁVEL?

A situação gravíssima apontada pelo documento de Itaici, tem como responsáveis todos nós, pois "a responsabilidade não cabe a Deus, como se dá a entender, quando se diz que as coisas estão assim porque Deus quer. Não é vontade de Deus que o povo sofra e viva na miséria".

Mas, mais adiante, está dito que "a responsabilidade maior cabe aos que montam, e mantêm no Brasil, um sistema de vida e de trabalho que enriquece uns poucos às custas da pobreza e miséria da maioria".

Os bispos, no final, se perguntam:

— Que faremos para que a terra seja um bem de todos? Para que a dignidade da pessoa humana seja respeitada?

O documento da CNBB, traz entre outros o seguinte compromisso pastoral:

"Apoiamos os esforços do homem do campo por uma autêntica reforma agrária, em várias oportunidades já definida, que lhe possibilite o acesso à terra e condições favoráveis para seu cultivo. Para efetivá-la, queremos valorizar, defender e promover os regimes de propriedade familiar, da posse, da propriedade tribal dos povos indígenas, da propriedade comunitária em que a terra é concebida como instrumento de trabalho".

Para onde vais?

Como acontece em todos os anos no início da Quaresma, a Igreja Católica, através da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), lança no Brasil a Campanha da Fraternidade.

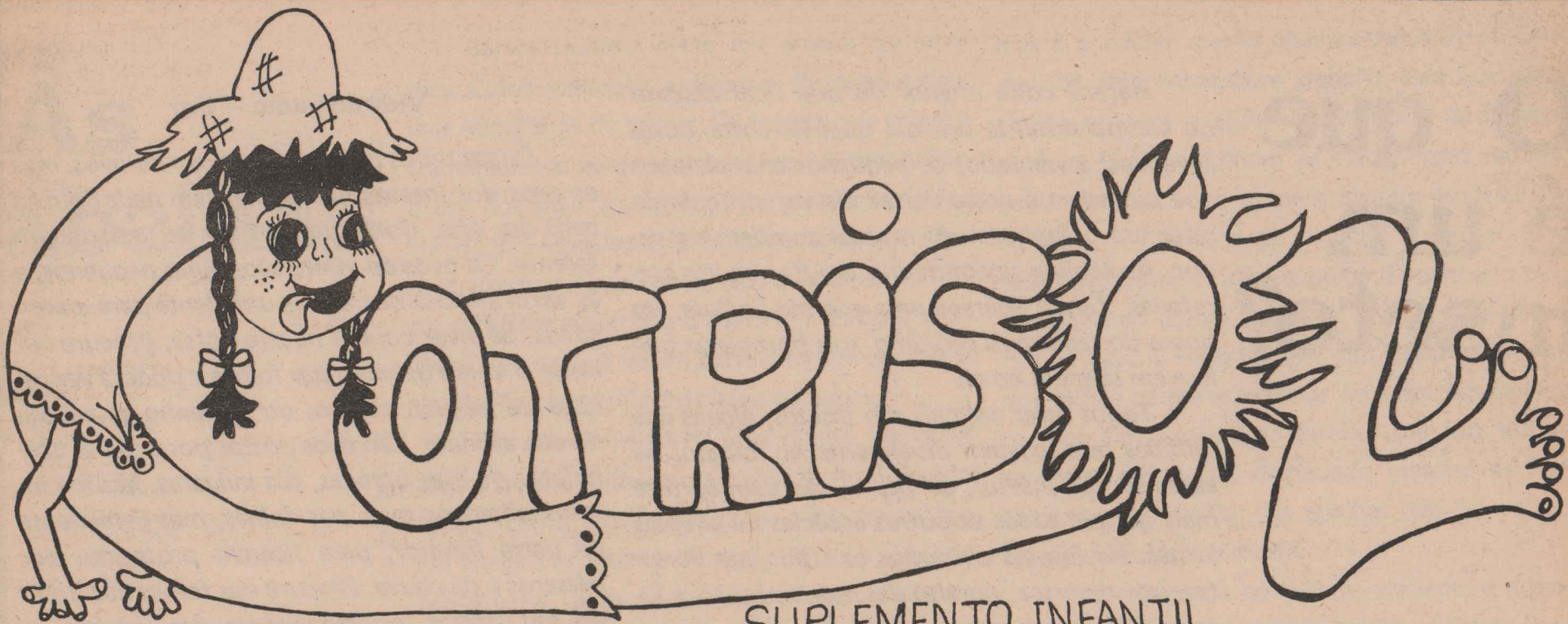
Este é o ano da 17ª Campanha, que foi aberta pelo Papa João Paulo II e tem como lema-interpelação "Para Onde Vais?". O tema é Migrações, ou seja, a saída do homem do campo para a cidade.

Explica a CNBB que cerca de 40 milhões de migrantes estão saindo do campo em direção às grandes cidades "on-

de geralmente não encontram nem trabalho, nem moradia e muito menos assistência. Vão encontrar a marginalidade, a prostituição, falta de recursos, exploração e principalmente a indiferença".

Esta Campanha da Fraternidade tenta fazer alguma coisa em busca de solução para um problema que a cada dia se torna mais grave no Brasil.

"Para Onde Vais?" é uma proposta para que todos os cristãos lembrem daquela gente que "precisa, apesar de tudo, viver como gente".



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

História de assombração

— Acho que é melhor a gente entrar na casa e esperar passar a chuva, Chico.

— Mas é que essa casa tem uma fama desgraçada, compadre . . .

— O que tem isso, Chico? Pois a gente não tem medo de assombração.

— Ah! é mesmo, compadre. Então vamos.

E foram. Entraram sem abrir a porta porque não tinha mais porta nem janela.

Mas entraram com muita precaução, espiaram prá dentro, foram andando de manso, chegaram no centro da casa, juntaram uns gravetos e tal, e fizeram fogo. O fogo eles disseram, lá entre eles, que era prá esquentar o corpo, mas eu desconfio que era prá espantar as almas do outro mundo. Porque, francamente, eles não estavam muito firmes, não. Coragem eles tinham, e bastante, mas o Sr. compreende, numa hora dessas, num lugar assim mal afamado, meia-noite, aquela chuva trovoando, aquela casa escangalhada, a gente fica mesmo meio esquisito. Mas eles estavam ali prá agüentar a mão. Fosse como fosse.

De repente um barulhinho esquisito, que nem gente que pisa disfarçado. Os dois estavam agachados na frente do foguinho (porque é muito incômodo ficar em pé no escuro), e nessa hora arregalaram os olhos, ficaram assuntando prô lado do ruído, que era no vão da porta.

Prá dizer a verdade estavam com os olhos deste tamanho, olhavam um prô outro e depois prá porta.

Outro barulhinho mais perto e apareceu uma sombra se mexendo na porta, mal dava prá ver que era alguma coisa que vinha vindo. Nhô Bê puxou a faca da cintura, Chico Pagode apalpou a pernambucana e ficou pronto prá enfrentar o bicho. Mas porém o bicho não era bicho assim como gente diz que é. Era um franguinho. O pobre vinha todo molhado, pingando chuva, querendo encontrar um cantinho prá se esquen-

tar. Aquilo foi um contentamento prôs dois, um alívio prá alma deles, até prá mim que não tinha nada com o caso. Não é que eles tivessem medo, mas numa hora daquelas, aquela buia na porta, um negócio assim que vinha agachado prô lado deles, era mesmo prá gente arregalar os olhos e parar a suspiração.

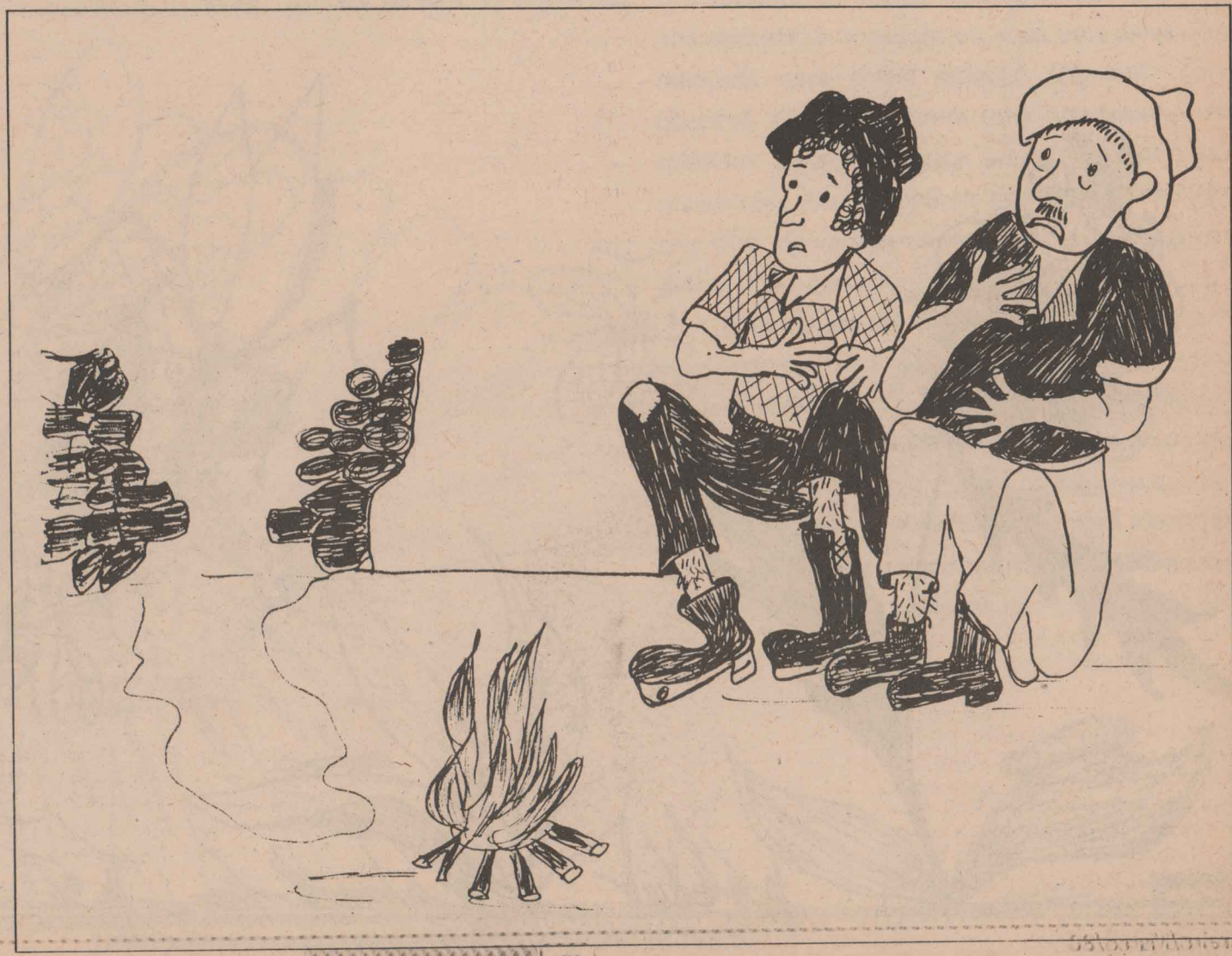
— Está vendo, Chico, se a gente tivesse medo podia até morrer do sus-

to agora, vai ver que é um franguinho.

— Pois é, compadre, um franguinho, um franguinho compadre . . .

O franguinho veio vindo, chegou perto do fogo, chacoalhou as assas, esticou o pescoço prá cima, fez assim uma carinha de gente e falou prôs dois com voz de trovão:

— Puxa vida, como está chovendo, não?



O que é um inseto?

Haverá coisa melhor do que ficar deitado no campo durante um dia quente, entre flores silvestres, a ver todos os pequenos animaizinhos que cirandam à nossa volta? De vez em quando salta um gafanhoto. As moscas zumbem em redor. As abelhas voam de flor em flor, muito atarefadas. Talvez apareça uma enorme libélula, em busca do lago mais próximo, e as borboletas bailam em silêncio no ar.

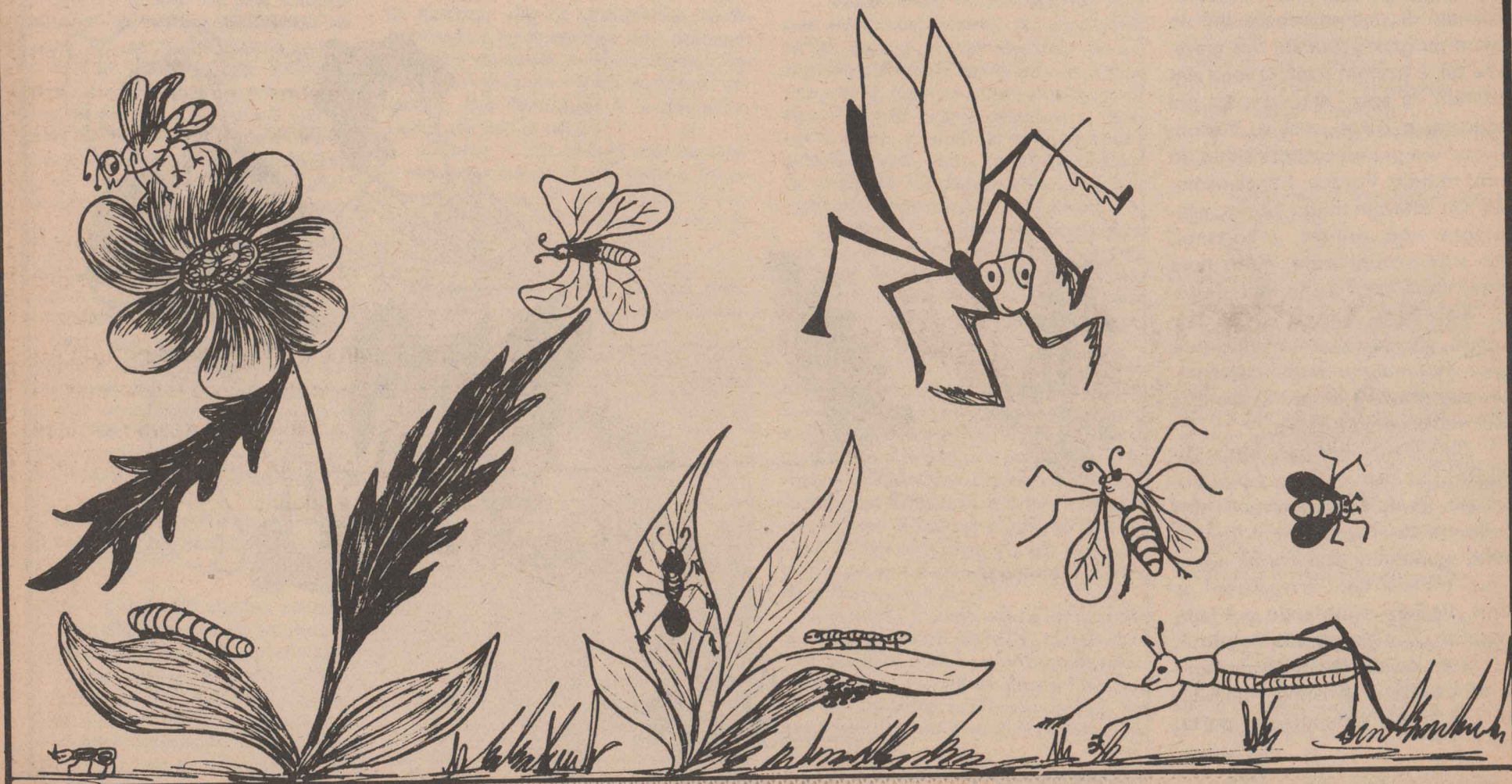
Todos estes animais são insetos, alguns dos milhões que existem atualmente no mundo. As espécies dos insetos, só por si, são com certeza mais do que todas as outras espécies de animais juntas. Há insetos em todos os sítios, nas florestas, nos desertos, no alto das montanhas, nos lugares frios e nos quentes. Há insetos que comem madeira, carne, papel, sementes, quase tudo o que podemos imaginar.

Mas o que é um inseto? É um animal sem ossos, mas que tem um esqueleto de pele dura e resistente por fora do corpo. Este compõe-se de três partes. Na parte da frente está a cabeça. A parte do meio chama-se tórax e a terceira parte chama-se abdômen. A maioria dos insetos têm asas, e todos possuem três pares de pernas. O corpo de um inseto é normalmente muito pequeno, mas as asas podem ser bastante grandes. Alguns insetos que viveram há milhões de anos tinham uma envergadura de quase um metro.

Vida do inseto — ovo

Quase todos os insetos nascem de ovos, mas os ovos dos insetos não se parecem nada com os ovos das aves. Começam por ser de tamanho diferente. Os ovos de inseto são muito pequenos, e às vezes precisamos até de uma lente para enxergá-los. Se tiver couves na sua horta, procure durante o verão debaixo das folhas e poderá ver cachos de pequenos ovos, do tamanho da cabeça de um alfinete. São ovos postos por aquelas borboletas de asas brancas, tão vulgares. Muitos insetos põem os ovos nas folhas, mas geralmente na parte inferior, para ficarem protegidos dos pássaros e da chuva. Procure nas folhas das flores do seu jardim, principalmente nas roseiras, os ovos amarelos ou cor-de-laranja postos pelas joaninhas. Os ovos de moscas são fáceis de encontrar.

Deixe um bocadinho de carne ao ar livre num dia quente de verão, e daí a pouco a mosca varejeira dá com ele. Se observar cuidadosamente, pode vê-la pôr os ovos na carne. Embora estes ovos sejam também pequenos, é possível ver que são mais alongados do que os ovos de borboleta na folha de couve. Ao microscópio, verifica-se que um ovo de inseto está cheio de altos e baixos, formando lindos desenhos. Isto serve para conservar uma camada de ar junto ao ovo se ele ficar molhado, por exemplo, depois da chuva.



As abelhas

Certos insetos vivem em grupos ou colônias. Como exemplo, existem as formigas e algumas variedades de vespas. Os insetos que vivem e trabalham em conjunto chama-se insetos sociais, e um dos mais conhecidos é a abelha melífera. Há muitas espécies diferentes de abelhas e algumas vivem por sua conta, mas as abelhas melíferas atraíram a atenção do homem durante séculos. Estes insetos vivem perfeitamente em caixas de madeira especiais chamadas colméias.

Em cada colméia há uma rainha, uns quantos zangões e milhares de obreiras. A rainha tem apenas como função pôr ovos, e em certas épocas chega a produzi-los à razão de mil e quinhentos por dia. Os zangões são os machos, e não trabalham. Todas as tarefas da colméia são efetuadas pelas obreiras. Estas tratam da rainha e de todas as larvas que saem dos ovos que ela põe. Constróem paredes cheias de compartimentos de seis lados, ou favos, onde armazenam os ovos e a comida. Se faz muito calor no verão, refrescam a colméia agitando as asas como se fossem ventiladores. Vigiam a colméia para não deixarem entrar outras abelhas que a queiram roubar, e procuram o alimento. No verão, as obreiras trabalham tanto que só vivem quatro ou cinco semanas. As abelhas que nascem no outono não têm tantas preocupações e geralmente duram todo o inverno.

Uma visita ao jardim num dia de verão permite observar como as abelhas procuram o alimento. Voam de flor em flor para recolher o néctar e o pólen. Ambos servem de alimento,

mas é o néctar que as abelhas transformam em mel. Se você olhar com atenção, verá que cada abelha procura o alimento em flores da mesma espécie. Umam escolhem as malvas-rosas, outras os ranúnculos, mas nunca misturam espécies diferentes. A abelha suga o néctar e mete-o num estômago especial, mas o pólen é apanhado por uns pêlos do corpo quando o animal penetra na flor, e depois introduzido num cesto do pólen que existe na parte exterior de cada pata traseira. Por fim, acaba por parecer que traz borlas amarelas nas patas, demasiado grandes para o tamanho da abelha. As abelhas dão ferroadas, por isso não as incomode.

No regresso à colméia, o alimento é armazenado nos alvéolos, parte para ser utilizado imediatamente e o resto como reserva para o inverno, quando não há flores. Para conseguir todo o alimento necessário, as abelhas têm de saber onde crescem as flores apropriadas. Umam quantas abelhas atuam como exploradoras e voam em busca de novos campos com flores. Se encontram algum, voltam à colméia e indicam às outras onde podem encontrar aquela nova reserva de alimento. Para isso, não usam sons, como fariam as pessoas, mas executam uma "dança". Esta dança consiste em movimentos que a abelha executa, às vezes agitando a parte posterior do abdômen. Estes movimentos indicam às outras abelhas a distância a que estão as flores e se devem voar em direção ao Sol ou no sentido contrário.

Quando as larvas saem dos ovos que a rainha depositou nos alvéolos, cada uma delas é alimentada com geléia especial preparada pelas obreiras. Quando querem uma nova rainha, alimentam constantemente uma larva com este preparado, que se chama geléia real. Passados três dias, deixam de alimentar as restantes com a geléia e dão-lhes apenas mel e pólen.

Quando sai do seu alvéolo, a nova rainha fica a voar por fora durante um dia inteiro e une-se com vários zangões, que a seguiram. Depois a rainha volta à colméia e começa a postura dos ovos. No fim do verão, todos os zangões que ainda vivem na colméia são expulsos para morrerem de frio, visto que ficariam ali a comer sem fazer nada. Na primavera, alguns dos ovos postos pela rainha darão zangões.



